

Monica Bernardo Schettini

Formulações de C. S. Peirce para conceitos-chave do século XIX:
o instante e a evolução.

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Monica Bernardo Schettini

Formulações de C. S. Peirce para conceitos-chave do século XIX:
o instante e a evolução.

PUC/SP
São Paulo 2007

Para meu esposo, Lauro.

Agradecimentos

À professora Lucia Santaella, personificação de inteligência e conhecimento, pela orientação e incentivo indispensáveis para a concretização desta pesquisa.

À professora Leda Tenório da Motta, de quem tive várias vezes a oportunidade de ser aluna, e ao professor Sérgio Bairon pelas valiosas contribuições que ambos nos deram por ocasião do exame de qualificação.

Não podemos ainda deixar de agradecer às idéias e sugestões bibliográficas, entre outras contribuições, que recebemos dos seguintes professores e pesquisadores: Antonio Carlos Bernardo, Basílio Ramalho, Cassiano Terra Rodriguez, Eliane Hojaij Gouveia, Edith Frankental, Flávio Pierrucci, Jorge Albuquerque Vieira, Maria de Lourdes Bacha, Mariza Reis, Martin Christofferson, Nélio Bizzo, Sérgio Danilo Penna, Vera Lúcia Valsecchi e Walter Zingerevitz.

Aos meus queridos pais, Teresinha e Sérgio, zelosos e inspiradores.

Ao programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP.

Ao CNPQ.

Resumo

O século XIX viu nascer a produção industrial de bens materiais e a explosão demográfica. Trouxe também à luz os primeiros meios técnicos de comunicação, o telégrafo e a fotografia. Aliados às máquinas impressoras, esses meios foram responsáveis pela explosão do jornal e pelo advento da comunicação de massa. Ao mesmo tempo, revolucionaram-se os meios de transporte acionados pela máquina a vapor. Enquanto isso, surgiam grandes rupturas no mundo da arte e da literatura, subvertendo as regras de representação herdadas do passado. Enfim, trata-se de um século de grandes transformações que se fizeram certamente acompanhar por transformações conceituais. Quais os conceitos mais paradigmáticos dessas transformações? Como Charles Sanders Peirce, sem dúvida, o maior pensador norte-americano do período, reagiu a elas, enquanto criava a sua teoria geral dos signos, numa marcante antecipação da proliferação crescente de signos que seria a tônica do século XX? Essas são as perguntas centrais propostas por esta pesquisa.

Os estudos preliminares sobre a história das idéias do século XIX nos levaram à hipótese de que duas das principais correntes conceituais que emergiram nesse século, a valorização do instante como nova instância do tempo e o evolucionismo encontraram na filosofia de Peirce formulações inovadoras que podem nos fornecer subsídios para a leitura das formações culturais que os meios de comunicação de massa trouxeram à tona.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa foi trazer à reflexão a semelhança entre a concepção peirceana de primeiridade e o conceito de instante, assim como analisar o diálogo que Peirce desenvolve com o pensamento evolucionista que não se circunscreve aos limites da biologia, mas penetra também em todas as dimensões do social: o econômico, o político e o cultural.

Por se tratar de uma pesquisa eminentemente teórica, a metodologia adotada respaldou-se na pesquisa bibliográfica, na sistematização dos conceitos e nas técnicas de argumentação que cabem a esse tipo de pesquisa.

Para o tema do instante no século XIX foi tomado como ponto de partida o estudo de Leo Charney - "Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade". Este trabalho nos fez compreender a valorização do instante que emerge no campo da estética no período oitocentista como uma forma de resgatar a possibilidade de resposta sensorial diante da transitoriedade e do excesso de estímulos do ambiente moderno. A concepção de primeiridade desenvolvida por Peirce foi analisada, a partir dos escritos do próprio autor e das contribuições de alguns de seus comentaristas, principalmente Santaella e Rosensohn. O estudo comparativo entre a primeiridade e o instante revelou-nos que ambos podem ser interpretados como rupturas ao excesso de estímulos da modernidade, engendrados pela explosão demográfica e pela transformação do ambiente comunicacional em função do surgimento de novos meios de comunicação de massa e da expansão dos já existentes.

O exame do paralelismo acima exposto foi seguido pela análise e interpretação das reflexões de Peirce sobre o evolucionismo em franca expansão no século XIX, devido às implicações advindas da teoria Darwiniana. Examinamos as teorizações que Peirce estabelece para explicar o processo evolutivo, ao qual, em sua perspectiva, não somente os seres vivos, mas também os Estados, instituições, linguagens e idéias estariam submetidos. Os escritos do autor e de alguns dos principais evolucionistas contemporâneos, especialmente Ernest Mayr e Stephen Jay Gould, foram as principais fontes teóricas desta parte da tese.

Palavras-Chave: Charles Sanders Peirce; Século XIX; Instante; Primeiridade; Comunicações; Evolucionismo.

Abstract

In the nineteenth century the industrial uprising and demographic blowing were born, also bearing the first technical means of communication, like the telegraph and photography. Allied to the first printer machines, these means of communication were responsible for the rush in of journalism as also the appearing of the mass medium. At the same time, a revolution arose in the means of transport, that resulted from arose of the steam engine. Meanwhile, great breakages appeared in the artistic and literary world, changing abruptly the old inherited rules from the past. After all, it's a century plenty in great transformations, certainly done in order to follow the conceptual ones. What are the most paradigmatic concepts of these transformations? How Charles Sanders Peirce, certainly the best American thinker by that time, has reacted to them, while creating his own general signs' theory, in a remarkable foreseeing the growing proliferation of the signs that would be the twentieth century landmark. These are the central questions of this research.

The preliminary studies about history of the ideas during the twentieth century, bring us to the hypothesis that two of the main conceptual tendencies uprising in this century, to increase the value of the instant as a new moment of the time and the theory of evolutionism, have found in Pierces' philosophy innovative formulations, whose can supply us the assistance for reading the cultural structures the means of mass communication put on the surface.

Thus, the main purpose of this research was to bring the reflection about the likeliness between the Peirce's concept of firstness and the instant concept, as so to make an analysis of the dialog developed between Peirce and the evolutionist thinking, which doesn't remains to the limits of biology, but reach far into in all social extensions: the economics, politics and also the cultural ones.

Concerning the fact this is an imminent theoretical search, the method adopted by us was based upon in bibliography research, in the methodological conceptual arrangements and argumentation techniques proper to use in this kind of search.

In respect to the subject about instant in the nineteenth century, was assumed as a starting point the Leo Charney's study - "Into an Instant: the cinema and the modernity philosophy". This paper brings us an adequate knowledge in respect to prize the instant that emerges in an esthetical field of activity in that period, as a way to rescue a possibility sensorial reply face the transitory and the excess stimuli that appears from modern environment.

The conception of firstness developed by Peirce was submitted to an analysis, based upon author's written itself and from contributions based on some commentators, mainly Santaella and Rosensohn. The comparative study between primarily and instant, has show to us both may be known as ruptures to an excess of stimulus provided by modernity, the overwhelming population increase and by modifications of the communication environment, due to the

uprising of new means of mass communication and the increase of the subsisted ones.

The exam of the aforementioned correspondence was followed by the analysis and interpretation regarding to the Peirce's reflections about evolutionism, in great expansion during the nineteenth century, owing to implications from Darwinism.

We have examined the theories established by Peirce, in order to explain the evolutive process, which itself, into the Peirce's perspective not only the live beings but also the nations, institutions and ideas were submitted. The author's writes and those from some of the contemporary ones like Ernest Mayr and Stephen Jay Gould, were the main theory sources from this part of this study.

Key-words: Charles Sanders Peirce; Nineth Century; Instant; Firstness; Communications; Evolutionism.

Sumário

Introdução	12
Capítulo 1	
Notas sobre o século XIX	17
1. Indústria, cidades, pobreza e multidões	17
2. Um século de signos	28
Capítulo 2	
A Primeiridade e o instante.....	46
1. Introdução	46
2. A subjetividade e a metrópole.....	49
3. A exatidão da vida moderna	52
4. Da intensificação da intelectualidade metropolitana à atitude <i>blasé</i>	54
5. A atitude de blasé em imagens literárias.....	60
6. A Fenomenologia.....	65
7. As faculdades fenomenológicas.....	70
8. As categorias peirceanas	80
9. Instantes	92
Capítulo 3	
Evolução.....	105
1. Introdução	105
2. Preâmbulos às teorias da evolução	108
3. Preparando o terreno para o evolucionismo.....	121
4. Buffon	128
5. Lamark	132
6. Darwin, Lamark e o Progresso.....	138

7. Charles Darwin	142
8. Pierce Darwin e o Acaso.....	150
9. Pierce e a Evolução	159
10. Pierce crítico de Darwin.....	163

Introdução

O século XIX viu nascer a produção industrial de bens materiais e a explosão demográfica. Trouxe também à luz os primeiros meios técnicos de comunicação, o telégrafo e a fotografia. Aliados às máquinas impressoras, esses meios foram responsáveis pela explosão do jornal e pelo advento da comunicação de massa. Ao mesmo tempo, revolucionaram-se os meios de transporte acionados pela máquina a vapor. Enquanto isso, surgiam grandes rupturas no mundo da arte e da literatura, subvertendo as regras de representação herdadas do passado. Enfim, trata-se de um século de grandes transformações que se fizeram certamente acompanhar por transformações conceituais. Quais os conceitos mais paradigmáticos dessas transformações? Como Charles Sanders Peirce, sem dúvida, o maior pensador norte-americano do período, reagiu a elas, enquanto criava a sua teoria geral dos signos, numa remarcável antecipação da proliferação crescente de signos que seria a tônica do século XX? Essas são as perguntas centrais propostas por esta pesquisa.

Os estudos preliminares sobre a história das idéias do século XIX nos levaram à hipótese de que duas das principais correntes conceituais que emergiram nesse século, a valorização do instante como nova instância do tempo e o evolucionismo, encontraram na filosofia de Peirce formulações

inovadoras que podem nos fornecer subsídios para a leitura das formações culturais que os meios de comunicação de massa trouxeram à tona.

Assim sendo, o objetivo desta pesquisa foi trazer à reflexão a semelhança entre a concepção peirceana de primeiridade e o conceito de instante, assim como analisar o diálogo que Peirce desenvolve com o pensamento evolucionista que não se circunscreve aos limites da biologia, mas penetra também em todas as dimensões do social: o econômico, o político e o cultural.

Por se tratar de uma pesquisa eminentemente teórica, a metodologia adotada respaldou-se na pesquisa bibliográfica, na sistematização dos conceitos e nas técnicas de argumentação que cabem a esse tipo de pesquisa.

Esta tese divide-se em três capítulos. No primeiro, examinados o contexto oitocentista, procurando apurar como os dois temas discutidos nos capítulos subseqüentes inserem-se naquela conjuntura caracterizada por transformações no processo produtivo, na experiência urbana, nas relações sociais, nas comunicações e nas ciências.

No segundo capítulo, debruçamo-nos sobre a temática do instante, examinando as similitudes entre o conceito de instante, proposto inicialmente pelo esteta Walter Pater, em 1873, e a concepção peirceana de primeiridade, quando examinada sob o ponto de vista fenomenológico.

O ponto de partida dessas reflexões foi o iluminador estudo de Leo Charney (2001, pp.386-410) – “Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade” – no qual o autor nos apresenta a valorização do instante que

emerge no campo da estética no período oitocentista como uma forma de resgate da possibilidade de resposta sensorial diante da transitoriedade e do excesso de estímulos do ambiente moderno.

No início do capítulo, procuramos explorar a experiência urbana, na qual o indivíduo se depara com um verdadeiro bombardeio de estímulos, baseando-nos, sobretudo, no fascinante estudo de Simmel de 1903, “A metrópole e a vida mental” (Simmel, 1987, pp.14-27). Seguimos analisando a concepção peirceana de primeiridade, a partir dos escritos do próprio autor e das contribuições de alguns de seus comentaristas, principalmente Santaella (2001) e Rosensohn (1987). Detivemo-nos, então, no conceito de instante para em seguida compará-lo à primeiridade, procurando atentar para as semelhanças que podem ser percebidas justapondo-se as duas noções. Ambas, em nossa interpretação, podem ser pensadas como rupturas ao excesso de estímulos a que estavam submetidos os habitantes metropolitanos em função do crescimento urbano, da industrialização, do tráfego intenso, das aglomerações e da transformação do ambiente comunicacional, com o surgimento dos telégrafos, da fotografia e do cinema e com o crescimento da imprensa.

O exame do paralelismo acima exposto foi seguido no Capítulo 3 pela análise e interpretação das reflexões de Peirce sobre o evolucionismo em franca expansão no século XIX, devido às implicações advindas da teoria darwiniana, e do amplo poder explanatório que esta encerra. A popularização da ciência verificada no período, para a qual colaboraram o surgimento de periódicos científicos dirigidos a um público mais amplo, bem como o barateamento e o

desenvolvimento do processo de impressão (Roan, 2001, p.7), também contribuem para a rápida divulgação das propostas de Darwin.

Ao longo desse último capítulo, procuramos apresentar um panorama do desenvolvimento do pensamento sobre a evolução, evidenciar as dificuldades que este enfrentou para que pudesse se consolidar, à medida que contrariava uma série de concepções da cultura ocidental, explorar as principais teorias evolucionistas do século XIX, o lamarckismo e o darwinismo, dando especial atenção à leitura que Peirce faz desses dois modelos explicativos da evolução das espécies e, atentando também para aquilo que o filósofo denomina uma teoria necessitarista da evolução. Procuramos ainda contribuir para a leitura da explicação que Peirce constrói para o processo evolutivo, ao qual, em sua perspectiva, não somente os seres vivos, mas também os Estados, instituições, linguagens e idéias estariam submetidos. Os escritos peirceanos e de alguns dos principais evolucionistas contemporâneos, especialmente Ernest Mayr e Stephen Jay Gould, foram as principais fontes teóricas dessa parte da tese.

Este estudo na realidade apresentou uma mudança de rumo. De início, havíamos conjecturado que a teoria dos signos desenvolvida por Peirce, apesar de seu caráter abstrato, fazia eco às amplas transformações na vida urbana verificadas no período, ao surgimento de novos meios de comunicação e à expansão dos já existentes, um conjunto de situações que faria da representação uma questão basilar para a época.

Embora não tenhamos descartado essa hipótese inicial, o desenvolvimento das relações entre a teoria dos signos e o contexto em que esta

se inseria encontrou alguns percalços. Um deles já antevíamos – o nível elevado de abstração da semiótica peirceana, algo que dificultava o estabelecimento das relações conjeturadas anteriormente.

Apesar da impossibilidade de prosseguirmos com nossa hipótese primeira, as leituras sobre o século XIX paralelas às pesquisas sobre a obra peirceana revelaram-nos outros e também ricos pontos de contato entre o autor e o seu tempo.

Capítulo 1

Notas sobre o século XIX

1. Indústria, cidades, pobreza e multidões

A aspiração de examinar as relações entre os conceitos peirceanos e alguns dos temas capitais do século XIX, requer, primeiramente, uma contextualização do período, mesmo que breve e sem a pretensão de alcançar os inúmeros aspectos daquele século de tantas e tão profundas transformações.

A matéria-prima se transformava em produto industrializado. O trabalho, a vida comunicativa, as cidades se transformavam. A transformação das espécies era definitivamente assumida. Também nos filmes de truques, repletos de metamorfoses mágicas, a idéia de transformação se perpetrava. Essas películas, seguindo a interpretação de Gunning (2001, p.41) faziam eco à transformação da matéria-prima no sistema da fábrica. Os espetáculos de mágica, populares na época, também parecem revelar esta atmosfera de contínua mudança.

Certamente não há como tentar esboçar um contexto do período negligenciando aquele elemento propulsor de uma profunda modificação no modo de vida das pessoas – a revolução industrial.

Na realidade, a revolução iniciou-se por volta das últimas duas décadas do século XVIII na Grã-Bretanha, difundindo-se no século seguinte nos Estados Unidos e no continente europeu. A década de 1780 é apontada por Hobsbawn

(2006, p.50) como o momento da “partida” revolucionária, tendo em vista os índices estatísticos que permitiram a localização do período e não de décadas anteriores ou posteriores, como momento de guinada na economia. Nas palavras do historiador:

Pela primeira vez na história, foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes de multiplicação rápida, constante e até o presente ilimitada de homens, mercadorias e serviços(ibid.)

Hobsbawn considera correto o emprego do termo Revolução Industrial, defendendo que “se a mudança rápida, fundamental e qualitativa que se deu por volta da década de 1780 não foi uma revolução, então a palavra não tem qualquer significado prático”. Nesse sentido, não se vê diante de um processo contínuo desprovido de uma transformação abrupta, muito embora se refira a uma pré-história da revolução e observe que esta não se encerrou.

A industrialização envolve uma modificação profunda no processo produtivo com a introdução de máquinas automáticas e da fábrica, unidade na qual o trabalho e a produção se organizariam de um modo diverso daquele verificado em períodos anteriores.

A fim de alcançar uma compreensão da primazia britânica, Hobsbawn traz à baila múltiplos fatores – uma política governamental que almejasse o lucro privado e o desenvolvimento econômico, o direcionamento da agricultura ao mercado, a disseminação de manufaturas pelo interior não feudal, além do

constante aperfeiçoamento do sistema de transportes. Observa ainda que mesmo antes da revolução, naquilo que se refere ao comércio e a produção *per capita*, a Grã-Bretanha superava seu principal concorrente, a França (ibid., 52).

É importante destacar que as atividades comerciais e manufatureiras progrediam extraordinariamente no século XVIII, atreladas à exploração colonial, e que este crescimento já era mais significativo na Grã-Bretanha, favorecendo a acumulação de capital, necessário para a industrialização. Além disso, os britânicos apresentavam reservas de carvão e ferro, materiais importantes para a indústria.

Para Hobsbawn (ibid.,52), o pioneirismo britânico não se deve a um maior desenvolvimento no campo científico ou técnico. Constata que a revolução deslanchou sem a necessidade de grandes desenvolvimentos nessas arenas. Na realidade, como observa, a França era mais desenvolvida que a Grã-Bretanha nas ciências. Ressalta que as invenções técnicas foram modestas e que não estavam além das capacidades construtivas de moleiros, carpinteiros e serralheiros. Nem a máquina a vapor, de James Watt, salienta, “necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há quase um século” (Hobsbawn, ibid.,54). Mas, quando se reflete sobre a máquina a vapor é preciso ter em vista um aspecto bastante significativo das ciências no século XIX. Estas, como sublinha Roan (2001, p.7), adquiriam no período um caráter mais público, na medida em que suas conseqüências práticas se tornavam evidentes na vida cotidiana.

Uma das principais implicações da industrialização foi o incremento da especialização do trabalho. A fim de aumentar a produção, o processo de transformação da matéria-prima em produtos manufaturados foi decomposto em etapas especializadas. O trabalhador passaria a realizar uma tarefa específica, perdendo a dimensão do processo como um todo.

A expansão do comércio foi outra implicação da revolução industrial, já que a oferta de produtos crescia vertiginosamente. A construção de ferrovias, que novamente tiveram início na Grã-Bretanha, utilizando a tecnologia da máquina a vapor, corroboraram com esse processo, à medida que favoreciam a comunicação entre os diversos centros comerciais.

A industrialização foi seguida por um crescimento alarmante das cidades, inicialmente, desprovidas da infra-estrutura necessária para atender aos enormes contingentes populacionais que buscavam trabalho nas fábricas, com a expectativa de alcançar uma remuneração maior do que aquela obtida no trabalho agrícola. A população de Londres que em 1841 era de 1.873.676 habitantes, em 1891, registrava 4.232.118 habitantes (Briggs *apud* Bresciani, 1982, p.31).

Munford (2004, pp.483-489) descreve o ambiente urbano do século XIX, como degradado e caótico, sublinhando que mesmo os bairros habitados pelas classes mais altas eram imundos e congestionados. Na realidade, esse importante crítico da cidade moderna vê no período um estado de decomposição que não se circunscreveria aos domínios das cidades, mas num ritmo veloz alastrar-se-ia para outras partes do globo, destruindo florestas, dizimando várias

espécies, num movimento que arrasaria o equilíbrio natural dos organismos dentro de seus ambientes, algo que como sabemos bem hoje, continua a se perpetuar.

Relatos do período apontam para a superlotação das moradias e para a propagação de epidemias, dadas as condições de higiene insatisfatórias em que vivia a maior parte da classe trabalhadora (Guerrand, 2003, p.360).

Como argumentaria Marx, o capitalismo apresentava contradições internas, que em sua perspectiva “havam de mergulhá-lo em uma crise da qual não poderia sair” (Hobsbawn, 2006, p.339). Longe, contudo, de apenas atacar aquele modelo econômico, o pensador alemão usou “sua eloquência arrebatadora para proclamar seus empreendimentos históricos” (ibid.), sublinhando também aquilo que o modelo significava de avanço se comparado às experiências anteriores.

Se desumanizantes eram as condições de muitos dos trabalhadores, mais assustadoras seriam as vidas daqueles que iriam constituir o “exército industrial de reserva”, concebido por Marx e Engels, em *O Capital*. Tratava-se de uma massa de desempregados, criada pela introdução cada vez mais acentuada de máquinas na produção. O “exército de reserva” funcionava como um mecanismo que possibilitava o controle das reivindicações dos operários, favorecendo a manutenção dos baixos salários.

Grande parte das pessoas que viviam em estado de miserabilidade em centros, como Londres, não seriam identificadas como componentes do “exército de reserva”. Muitos eram simplesmente considerados indivíduos –

“fora da sociedade”. Como pondera Bresciani, a pobreza era aceita desde que se constituísse em “bolsões de resistência ainda não absorvidos pelo mercado de trabalho, mas passíveis de a ele serem introduzidos”. Já aqueles que não pautavam suas existências no trabalho, na propriedade e na razão, eram vistos como perigos para a organização social.

O universo do trabalho árduo, da cidade caótica, do tempo útil da fábrica, é retratado por Dickens em *Tempos Difíceis (Hard Times)*, obra inserida numa tendência realista evidenciada nas artes oitocentistas. Embora a abordagem do mundo do trabalho não fosse uma exigência daquela tendência, esta pode ser verificada também em telas de artistas considerados realistas como Courbet e Millet¹.

O realismo oitocentista parece ter se constituído numa reação ao romantismo. Conforme informa Moisés (1985, p.428), a arte literária realista foi influenciada por ensaios de positividade científica e apresentava, ainda, relações contextuais com a revolução de 1848. O realismo na literatura oitocentista, de acordo com o especialista, seria caracterizado por um “enfoque objetivo do mundo em oposição ao subjetivismo romântico”. Verificava-se a substituição do culto do “eu” próprio aos artistas românticos, pelo “não-eu”, “entendido como sinônimo de realidade concreta”.

Voltaremos ao tema do realismo nas artes plásticas no próximo capítulo, mas de antemão pode-se atentar para os limites e os entraves das tendências

¹ Gombrich observa na famosa obra de Millet, “As Respigadeiras” - retrato de “três pessoas labutando num campo raso onde a colheita está em andamento” - uma abordagem desprovida de um acidente dramático, de qualquer sugestão de idílio campestre ou do olhar cômico ao homem do campo. Trata-se, assim, de uma abordagem mais “realista” do camponês.

realistas nas artes, percebidos, entre outros, por Gombrich, cuja abordagem retomaremos mais adiante.

A adoção de medidas para minimizar os problemas oriundos da urbanização desenfreada, ou que visassem regular as longas jornadas nas fábricas, o trabalho infantil e os baixos salários praticados, eram inibidas, em grande parte, em função das idéias de *laissez-faire* vigorosas no período, embora na segunda metade do século esse tipo de concepção fosse mais questionado.

Bresciani sublinha o medo verificado nas classes altas inglesas diante das multidões amotinadas nas ruas de Londres, em meio à crise da indústria local, na década de 80 dos oitocentos. A intervenção do Estado no sentido de sanar o problema da miséria no caso inglês teve, contudo, caráter higienista, como pondera a autora, tornando-se uma saída amplamente discutível.

A adesão à livre competição parece apresentar algumas sutilezas em solo norte-americano que merecem ser notadas. Hobsbawn (2005b, p.281) observa que apesar de ninguém ser mais devoto do individualismo do que o fazendeiro ou fabricante estadunidense e da constituição daquele país opor-se a interferências à liberdade, quando certos aspectos da pura competição não fossem benéficos, os próprios burgueses lhe colocavam entraves e empenhavam-se para obter proteções ‘artificiais’.

O livre comércio é um tópico central na história norte-americana do século XIX, inserindo-se na Guerra Civil², a Guerra da Secessão, que teve início em 1861, estendendo-se até 1865, e deixando quase 600 mil mortos.

Ao discutir as desavenças entre o sul e o norte dos Estados Unidos que deflagraram o conflito, Hobsbawn (2005a, p.204) sublinha que o sul achava vantajoso o livre comércio, à medida que fornecia grande parte do algodão empregado pela indústria têxtil inglesa, enquanto que o norte, industrial, defendia tarifas protecionistas, mas era incapaz de impô-las adequadamente em função das divergências com os estados sulistas.

Voltando à questão da pobreza no século XIX, evidentemente, não se pode limitar os desdobramentos da industrialização à emergência de populações carentes nos grandes centros. A miséria já existia no campo. Mas a expansão do capitalismo industrial e dos credos a ele associados – razão, ciência, progresso e liberalismo, o triunfo da burguesia que significava uma maior mobilidade social, depois da quebra, através da Revolução Francesa, da antiga hierarquia – todas essas instâncias que parecem personificar a idéia de progresso não estavam separadas do desemprego e de tempos árduos para boa parte da classe trabalhadora. Esta, contudo, não era um todo homogêneo. Subdividia-se em várias categorias, abarcando desde operários mais qualificados que tinham um padrão de vida razoável, até aqueles que viviam em situação de miserabilidade.

As diferenças também eram salientes na burguesia, como aponta Peter Gay (1999, pp.24-33), observando que o extenso vocabulário empregado na

² A relação entre o conflito e o pragmatismo peirceano é detidamente analisada por Menand (2001).

Europa e nos EUA para se dirigir às classes médias comprova o quão multifacetado era esse grupo no século XIX, que incluía desde magnatas, advogados, professores, comerciantes, a indivíduos que lutavam para sobreviver.

As várias facetas da burguesia se revelariam na sua aparência externa, vestuário, gestualidade, como também no gosto estético bastante diversificado.

Embora as diferenças entre os burgueses fossem extremamente relevantes no período, a tentação pela simplificação fazia com que muitos dos jornalistas, políticos e romancistas se referissem a essa classe como se fosse “uma entidade social sólida, única, definível e imensamente importante” (Gay, 1999, p.34).

O autor procura mostrar as várias facetas da burguesia, sem partir para generalizações que minimizem a complexidade do tema. Assim, ao mesmo tempo em que enfatiza a existência dos magnatas, que apoiavam as artes e as ciências, descreve também o comportamento dos novos-ricos, que em sua ansiedade por obter *status* social agarravam-se ao gosto já estabelecido das gerações anteriores, desdenhando qualquer experimentação estética.

Outra característica do período que, como os miseráveis, assustava os habitantes dos grandes centros era o bombardeio de choques e sobressaltos ao qual estavam submetidos. Como observa Singer (2001, p.116), o aumento radical da estimulação nervosa e do risco corporal era uma constatação generalizada, no final do século XIX, revelando-se em comentários leigos, revistas acadêmicas, manifestos estéticos (como os de Marinetti e Leger) e

como tema da imprensa. De acordo com o autor, os perigos do tráfego, da linha de montagem e os riscos das moradias populares eram constantemente alvo do jornalismo sensacionalista e colaboravam para criar uma imagem de risco vinculada às metrópoles e às novas tecnologias.

A existência de grandes aglomerações humanas parecia constituir-se em mais um problema urbano. Na descrição de Engels, retomada por Benjamin (2006), as multidões revelam-se em seu aspecto desumanizador:

O próprio tumulto das ruas possui algo de repugnante, algo que revolta a natureza humana. Estas centenas de milhares de pessoas de todas as classes e camadas sociais, que se comprimem ao passar umas pelas outras, não são todas elas seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e o mesmo interesse de serem felizes? E não devem elas finalmente buscar a felicidade da mesma forma e com outros meios? No entanto, estas pessoas passam apressadas umas pelas outras, como se nada tivessem em comum, como se nada as unisse, mantendo apenas um único acordo tácito, o de que cada uma se mantenha ao lado direito da calçada para que as duas correntes da multidão, ao passar por ali, não se detenham mutuamente; a ninguém ocorre conceder ao outro o mais simples olhar [M 5a, 1].

Mas entre os observadores contemporâneos, havia também aqueles que ao abordarem a multidão não se centralizavam naquele caráter desagregador enfatizado por Engels. Autores como Baudelaire, que se deixavam fascinar

pelas massas urbanas. Em seu ensaio sobre Guys Constantin, “O pintor da vida moderna”, o poeta comenta sobre o ilustrador:

A multidão é seu universo, como o ar é o dos pássaros, como a água o dos peixes. Sua paixão e profissão é desposar a multidão. Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito (2002, p. 857).

E neste trecho de “As Multidões” (“*Les Foules*”), a multidão é motivo de gozo para o solitário que parece se fundir às dezenas de transeuntes com os quais de depara:

O passeador solitário e pensativo encontra singular embriaguez nessa comunhão universal. Aquele que desposa facilmente a multidão conhece gozos febris, de que estão privados para sempre o egoísta, fechado como um cofre, e o preguiçoso, encaramujado feito um molusco. Ele adota como suas todas as profissões, todas as alegrias e todas as misérias que as circunstâncias lhe deparam (1976, p.39)

2. Um século de signos

O período oitocentista revela-se na proliferação de signos. Toda essa proliferação, verificada na multidão urbana, nas vitrines, nas mercadorias cada vez mais diversificadas, no trânsito, nas inúmeras e diferentes faces daqueles que cruzavam as principais vias dos grandes centros, seria observada também no campo das comunicações que se expandiam no período.

Como salientam Asa Briggs e Peter Burke (2004, p. 111). “A tecnologia nunca pode ser separada da economia, e o conceito de revolução industrial precedeu o de revolução da comunicação – longa contínua e eterna”.

Tal consideração é muito evidente no campo da imprensa. Em 1814, quando uma prensa a vapor foi instalada na sede do *The Times*, possibilitou a tiragem de mil exemplares. Com esse avanço técnico, o jornal poderia ser impresso mais tarde, além de trazer notícias mais recentes (Briggs e Burke, 2004, p.117-119). A conjugação da máquina a vapor à imprensa também foi fundamental para o barateamento dos livros, que alcançariam no século XIX um público leitor muito mais vasto.

Até o século XVIII, a leitura atingia apenas as classes mais altas. No século XIX, essa atividade se amplia significativamente, em função do barateamento dos livros, da crescente presença das classes médias, da alfabetização em massa, de uma literatura de caráter mais popular e de jornais de grande tiragem que freqüentemente abordavam temas sensacionalistas para atrair um público composto por indivíduos, muitas vezes, recém-alfabetizados.

O campo das comunicações realmente se alargava não apenas com o crescimento da imprensa. Uma série de desenvolvimentos científicos e tecnológicos levariam ao surgimento, ao longo do século XIX, da fotografia, dos telégrafos, do cinema e do telefone.

Os avanços nas comunicações e nos transportes intensificariam o aspecto sincrônico da vida moderna. Como sublinha Mumford, “o serviço postal universal, a locomoção rápida e a comunicação quase que instantânea por meio dos telégrafos sincronizaram a atividade de massas enormes de homens”(2004.,p.489). Uma nova relação do homem com o tempo e o espaço se constituía, a partir de então.

As ferrovias solicitavam a pontualidade (Briggs & Burke, 2004, p.129). Quantas vezes o cinema não capturou a imagem do personagem que corre para pegar o trem que se prepara para a partida? Ao mesmo tempo em que requer exatidão no cumprimento dos horários, a viagem de trem assemelha-se, em certa medida, à experiência cinematográfica. Como notam Charney e Schwartz (2001, p.26), “uma pessoa em uma poltrona observa vistas em movimento através de um quadro que não muda de posição”. Nos dois casos, estamos diante de espectadores estáticos, postos em movimento em função do aparato tecnológico.

Essa característica do cinema foi metaforizada esplendidamente por Hitchcock, em *Janela Indiscreta*, através de um fotógrafo interpretado por James Stewart que quebrou a perna e passa os dias imobilizado diante de uma janela

observando “o espetáculo da vida, projetado no prédio em frente” (Merten, 1995, p.14).

O transporte ferroviário, bem como as navegações a vapor reduziram acentuadamente o tempo necessário para cruzar países, ou mesmo continentes. Os telégrafos, nas palavras do primeiro-ministro britânico, Marquês de Salisbury, em 1889, reuniram “toda a humanidade em um grande nível, em que se podia ver [sic] tudo o que é feito e ouvir tudo o que é dito, e julgar cada política adotada no exato momento em que os eventos aconteciam” (Briggs & Burke, 2004, p.140). A transmissão da informação de um continente a outro poderia ser realizada em questão de horas. Evidentemente, o tom exultante de Salisbury, no que diz respeito ao caráter comunal dos telégrafos é excessivo, nem na atualidade esse compartilhamento de informações se concretizou plenamente, mas, sem dúvida, esses meios proporcionariam uma nova experiência de tempo e de espaço e uma ampliação no acesso às informações.

Nos fins do século XIX, a intensa circulação de idéias e produtos ao redor do planeta faria com que este se tornasse mais global, por outro lado, as disparidades entre países ricos e pobres, que tinham no problema da tecnologia uma de suas principais causas, acentuavam-se cada vez mais, como pondera Hobsbawn (2005b, p.31).

Imprensa, cinema, fotografia, cartões postais e cartazes, trens, bondes e telégrafos trariam mais estímulos aos já hiperestimulados habitantes metropolitanos.

O problema da superestimulação nos grandes centros é detidamente analisado por Georg Simmel (1987), sociólogo contemporâneo de Peirce, em “A metrópole e a vida mental”. Este estudo será retomado no próximo capítulo, quando nos deteremos de modo mais acurado nas implicações do excesso de estímulos dos grandes centros, nas relações sociais que se limitam cada vez mais a relações monetárias, no triunfo do tempo útil do trabalho e procuraremos mostrar que a concepção de primeiridade desenvolvida por Charles Sanders Peirce, apesar de seu caráter abstrato, pode ser interpretada como um antídoto para esse estado de coisas, tal qual o conceito do instante formulado pelo esteta Walter Pater. De antemão, já podemos afirmar que a hiperestimulação das metrópoles é, de acordo com Simmel, um dos fatores responsáveis para aquilo que denomina uma atitude *blasé*, que consistiria numa certa indiferença diante das coisas.

Apesar das cidades se configurarem em nossa análise como um ambiente propício para a atitude *blasé* se instaurar, parece-nos possível tanto pensar em oscilações contínuas na atenção do indivíduo metropolitano, que varia de um estado de acentuada concentração para outro de distração, como é a interpretação de Crary, também retomada no próximo capítulo, quanto visualizar situações e movimentos que se configuram como antídotos para a *blaserie*.

A figura do *flâneur* parece condensar estas duas atitudes que a vida em metrópole predispõe. Como bem observa Bolle, analisando a abordagem benjaminiana do *flâneur*, este tanto apresenta um vivo interesse pelo espetáculo

da cidade, quanto uma disposição ao ócio e ao devaneio. É concentração, mas também dispersão (2000, pp.366-367).

Vemos nascer no século XIX, através da narrativa policial, um gênero literário absolutamente atento aos signos da vida urbana, como atentos são os detetives que protagonizam estas histórias. Edgar Allan Poe, com “Os Crimes da rua Morgue”, inauguraria este tipo de narrativa, em 1841, e o detetive por ele criado, Dupin, serviria de modelo para toda uma legião de detetives ficcionais, como o padre Brown, de Chesterton, ou o mais famoso de todos, Sherlock Holmes, de Arthur Conan Doyle.

Se a vida nos grandes centros urbanos convida de uma certa forma a uma atitude *blasé*, se o outro se torna invisível em meio ao excesso de estímulos, não se pode negar movimentos contrários a esse olhar embaçado. Uma tendência ao escrutínio da multidão e de seus signos também se revela, nesse ínterim, como diagnostica Bresciani (2004, p.16):

Viver numa grande cidade implica o reconhecimento de múltiplos sinais. Trata-se de uma atividade do olhar, de uma identificação visual, de um saber adquirido, portanto. Se o olhar do transeunte que fixa fortuitamente uma mulher bonita e viúva ou um grupo de moças voltando do trabalho pressupõe um conhecimento da cor do luto e das vestimentas operárias, também o olhar do assaltante ou do policial buscando ambos a sua presa, implica um conhecimento específico da cidade.

Em “O Homem da Multidão”, de Edgar Allan Poe, o escrutínio das massas urbanas parece alcançar um ponto proeminente na literatura oitocentista. Nessa narrativa poeana, deparamo-nos com a imersão de um homem na multidão londrina e com seu exímio talento para a observação capaz de apreender a extensa variedade dos habitantes da capital inglesa. Se, no início da caminhada, o narrador-personagem olha para os transeuntes em massa, percebendo-os em suas relações coletivas, logo se dá conta das “inúmeras variedades de figura, vestuário, jeito de andar, rosto e expressões fisionômicas” (Poe, 1993, p.13). Passa, assim, de um olhar inicialmente generalizado para uma atenção detalhada aos elementos visuais que compõem a diversidade dos habitantes metropolitanos. Em seguida, começa a categorizá-los. Refere-se à extensa multiplicidade de classes dos passantes. Distingue o grupo dos pequenos funcionários de estabelecimentos chiques, daquele composto pelos altos funcionários de firmas sérias, que diferiam também do grupo dos advogados, agiotes e fidalgos. Todas estas distinções e classificações fundamentavam-se num atento exame sócio e parecem se relacionar ao processo de especialização do trabalho, bem como à diversidade das classes médias oitocentistas. São, também consequência de um olhar atento e treinado, capaz de reconhecer os sinais específicos de cada grupo.

Tal qual o narrador de “O Homem da Multidão”, outro e mais célebre personagem poeano, Dupin, o detetive já mencionado, também almeja apreender os signos em sua totalidade. O detetive criado por Allan Poe é especialmente hábil ainda na tarefa de reconhecer indícios que nada significam

para os demais investigadores, conjugando-s até chegar à hipótese correta sobre o caso investigado. O personagem nos é apresentado como alguém capaz de chegar aos pensamentos mais íntimos de um indivíduo, pela observação e análise da mais ínfima mudança de expressão ou do gesto que, à maioria, passa despercebido.

Essa busca obsessiva por sinais que tornem possível a identificação, o conhecimento do outro, é concomitante e reflexo da própria supressão dos traços do indivíduo na multidão dos grandes centros. Como formulou Benjamin (1991, p.71), o conteúdo primitivo das histórias de detetives é o desaparecimento dos vestígios dos habitantes metropolitanos em meio à aglomeração humana.

A multidão que pode ocultar o crime e o criminoso é dissecada não apenas por Poe em seu “O Homem na Multidão” ou nas histórias de detetives. A fotografia policial, o método de identificação antropométrica estabelecido por Bertillon e, no início do século XX, as impressões digitais, também buscarão o controle e identificação da multidão antes anônima.

Ginsburg (2004, p.89-129) em um estudo iluminador, levanta a hipótese que um novo paradigma ou modelo epistemológico constituía-se no final do século XIX - o modelo conjectural ou semiótico, saliente na narrativa policial e personificado no historiador da arte, Giovanni Morelli, no personagem-detetive de Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes, e em Sigmund

Morelli, “baseado na apreensão de detalhes marginais e irrelevantes enquanto chaves reveladoras” (ibid., p.98), realmente contribuiu para a cristalização da psicanálise, não se trata “apenas de uma coincidência advertida posteriormente”.

Embora não nos detenhamos nesta tese à semiótica peirceana, nem à concepção de abdução desenvolvida por Peirce, deve-se destacar que estes dois temas da obra peirceana, conectados, respectivamente, ao escrutínio de todas as espécies possíveis de signos e à ênfase no processo de formulação de hipóteses explicativas, parecem estar associados ao paradigma conjectural investigado por Ginsburg.

Além da coincidência biográfica mais evidente que existe entre Morelli, Freud e Conan Doyle – os três eram médicos e fazem uso da semiótica médica ou da sintomatologia – Ginsburg argumenta que de forma crescente nas ciências humanas no final do século XIX revelar-se-ia aquela abordagem semiótica, a qual nos referimos anteriormente, nas palavras do historiador: “Um paradigma ou modelo baseado na interpretação de pistas” (ibid.). Morelli, Freud e Holmes são exemplares deste paradigma, que embora ganhe centralidade nos séculos XIX, tem raízes muito remotas, já observáveis nos caçadores primitivos.

Este tipo de abordagem explicitasse em *Zadig ou o destino* (1747), narrativa em que Voltaire põe em relevo a técnica do caçador. O personagem-título é capaz de descrever em minúcias os animais que passaram por um bosque, a partir da análise de seus rastros. Zadig é capaz de “visualizá-los com perfeição”, uma cadela que acabara de dar cria e um cavalo, sem vê-los de fato.

Como sublinha Ginsburg (ibid.,p.119), Thomaz Huxley, em 1880, em conferência dedicada a divulgação da obra de Darwin, define como “método Zadig” – “o procedimento comum à história, arqueologia, geologia, astronomia física e paleontologia” – que consiste na formação de prognósticos retrospectivos.

Parece ser correto afirmar que esse tipo de abordagem também tenha sido empregada por Darwin, contribuindo para que chegasse ao seu modelo explanatório para a evolução das espécies. Várias situações, ao longo de sua lendária viagem a bordo do *Beagle*, entre 1831-1836, parecem exemplificar o “método Zadig”. Em Punta Alta, o naturalista se detém em grande quantidade de fósseis de mamíferos desdentados que apresentavam notáveis semelhanças com espécies contemporâneas. Na Cordilheira dos Andes, encontra a 4.000 metros de altitude conchas marinhas, que o fizeram conjecturar o lento soerguimento do terreno durante milhares de anos (Tort, 2004, p.48). Em Galápagos, o naturalista faz observações ainda mais relevantes, constantemente

desenvolvidos por Freud, conformaram-se como dois grandes golpes à megalomania do homem, como diagnostica o psicanalista nesta maravilhosa passagem da Lição XVII, de suas *Lições Introdutórias à psicanálise*, intitulada “O sentido dos sintomas”:

Esta importância que concedemos ao inconsciente na vida psíquica do homem foi aquilo que fez surgir as mais ferozes críticas à psicanálise. Mas não creio que a resistência que se opõe a nossas teorias neste ponto concreto é devida à dificuldade de conceber o inconsciente ou a relativa insuficiência de nossos conhecimentos sobre esta área da vida anímica. Em minha opinião, procede de causas mais profundas. No transcurso dos séculos a ciência infringiu à *naïve* autoestima dos homens duas graves afrontas. A primeira foi quando mostrou que a Terra, longe de ser o centro do Universo, não constituía senão uma parte insignificante do sistema cósmico, cuja magnitude apenas podemos representar. O primeiro descobrimento se vincula para nós ao nome de Copérnico, não obstante a ciência alexandrina anunciasse anteriormente algo muito semelhante. A segunda mortificação foi infringida à Humanidade pela investigação biológica, a qual reduziu a sua mínima expressão as pretensões do homem de um posto privilegiado na ordem da criação, estabelecendo sua ascendência zoológica e mostrando a indestrutibilidade de sua natureza *animal*. Esta última transformação de valores foi levada a cabo em nossos dias por Charles Darwin, Wallace e seus predecessores, apesar da brutal oposição da opinião contemporânea.

Mas, todavia a megalomania humana espera por uma terceira e mais grave mortificação, quando a investigação psicológica moderna conseguir seu propósito de demonstrar ao eu que nem sequer é dono ou senhor de sua própria casa, senão que deve contentar-se com escassas e fragmentárias informações sobre o que sucede fora de sua consciência, em sua vida psíquica. (Freud, 1995).

Mas terá realmente a Humanidade apreendido as lições de Copérnico, Darwin e Freud? Será mesmo que a megalomania humana se limitou?

Diversos avanços da ciência no século XIX, atrelados, em grande medida ao método experimental, reforçavam as idéias de progresso do período e, como sublinha Hobsbawn, alguns chegavam equivocadamente a conceber que se chegara a um conhecimento final (2005, pp.149-151).

Mas, se o saber é alguma coisa que está sempre em continuidade e não se pode conceber um conhecimento absoluto, os avanços, quando estes ocorrem, não podem ser negados. Novos campos de pesquisa eram abertos, como o do eletromagnetismo, levando a conseqüências tecnológicas imediatas. Princípios da termodinâmica eram formulados. A teoria atômica fundada por Dalton, que retomaria o modelo de Demócrito, permitiu a invenção das fórmulas e com isso a emergência de estudos acerca da estrutura química. Esta ciência, que tanto se desenvolveu no século XIX, apresentando aplicações na indústria de tecidos, teve uma outra descoberta significativa - percebeu-se que a vida poderia ser analisada em termos das ciências inorgânicas (Hobsbawn, 2006, p.389).

O surgimento e desenvolvimento da bacteriologia, cujos pioneiros foram respectivamente Louis Pasteur e Robert Koch (Hobsbawn, 2005a, p.358) assinalam que o mundo a ser conhecido, apresentava-se cada vez mais vasto. A descoberta da radioatividade de certos compostos químicos por Marie Curie, só o comprova. Como também a exploração do inconsciente humano, através da obra freudiana. Já as magnitudes infinitas de Cantor “que criou um mundo onde os conceitos intuitivos de maior e menor não eram aplicáveis e onde a aritmética não dava os resultados esperados” (Hobsbawn, 2005b, p.342), levou grande parte dos matemáticos a emancipar a matemática de qualquer correspondência com o mundo real, acentuando o formalismo desta ciência.

Influenciada pela revolução francesa e pela revolução industrial, a história passaria a ser vista como um processo de evolução lógica e não como simples sucessão de acontecimentos (Hobsbawn, 2006, p, 392). Também na filologia se instaurou uma perspectiva evolutiva, procurando-se reconstituir a evolução histórica das línguas indo-européias (ibid. p, 395). Tentativas de descobrir as origens e o desenvolvimento da fala foram feitas (Hobsbawn, 2005, p.367). Mas é na biologia que o tema da evolução chega a seu ponto culminante com Charles Darwin, em *A origem das espécies*, lançada em 1859.

Antes da publicação da obra, uma síntese da mesma é apresentada no encontro da Sociedade Linneana de Londres, pelos amigos de Darwin, o geólogo Charles Lyell e o botânico Joseph Hooker, juntamente com manuscritos de Alfred Russel Wallace, nos quais este outro naturalista inglês chega

basicamente às mesmas conclusões que Darwin sobre a evolução das espécies (Mayr, 2006, pp.6-7).

Como veremos no Capítulo 3, quando mostraremos o diálogo que Peirce estabelece com as teorias sobre a evolução de seu tempo, embora Darwin publique as *Origens* em 1859, cerca de vinte anos antes já havia alcançado as principais conclusões que expõe na obra, mas postergava sua publicação e ao receber um artigo de Wallace em que o naturalista expõe idéias semelhantes, apresenta o problema a Lyell e Hoocke, que levam as formulações dos dois autores à Sociedade Linneana.

Na realidade, o questionamento acerca da imutabilidade das espécies ganha corpo no século XVIII na obra do zoólogo francês George Louis Leclerc de Buffon e tem prosseguimento na teoria da evolução apresentada em 1809, por Jean-Baptiste Lamarck, mas é Darwin, quem desvenda o principal mecanismo através do qual a evolução das espécies ocorre – a seleção natural.

Como diagnostica Hobsbawn, a teoria darwiniana rompe com as divisões rígidas entre as ciências humanas e naturais:

Ao trazer o próprio homem para dentro do esquema de evolução biológica (a teoria da evolução darwiniana) abolia a linha divisória entre ciências naturais e humanas ou sociais. Portanto todo o cosmo, ou pelo menos todo o sistema solar, precisava ser concebido como um processo de mudança histórica constante (Hobsbawn, 2005a , p.359).

O homem deixa de ter um *status* especial, o que levou a teoria darwiniana a um conflito com as forças tradicionais, especialmente as religiosas, algo que parece persistir até os nossos dias. Nas palavras de Hobsbawn: “como conceber que o homem criado à imagem de Deus, não fosse mais do que um macaco modificado?” (ibid.,p.360).

O sucesso da seleção natural teve, contudo, algumas conseqüências, menos animadoras, no panorama das ciências oitocentistas. Como sublinha Hobsbawn (ibid., p.360), uma abordagem perigosa se instalou. Passou-se a negar ou minimizar os processos que governam as transformações históricas, reduzindo-se “as mudanças na sociedade humanas a regras da evolução biológica”. A conseqüência disso, o darwinismo social, propagado por Herber Spencer, baseava-se na idéia de que a seleção natural deve ser buscada na sociedade e que nenhuma ação deve ser tomada em relação àqueles que não alcançassem sucesso na “luta pela sobrevivência”. As idéias do *laissez faire* apareceram aí de modo particularmente desastroso. Como veremos no capítulo 3, seguindo os estudos de Tort (2000), Darwin não era um darwinista social. Já seu primo, Francis Galton, ia ainda mais além que Spencer, propagando a eugenia (ibid.,p.132).

Não nos parece que exista qualquer causalidade, qualquer relação necessária, entre a abolição de linhas entre as ciências e uma abordagem reducionista, mas isso pode ocorrer quando se pretende que uma teoria dê conta dos mais variados processos, que podem estar longe de seu escopo e requerem outros modelos explicativos.

Antes de concluirmos este capítulo em que procuramos tocar mesmo que de forma abreviada em alguns aspectos que nos parecem centrais no século XIX, embora existam muitos outros, não podemos deixar de tentar entender um pouco mais o sentido daquela palavra tantas vezes associada ao período em questão – modernidade.

São muitos os autores que lançam luz sobre a matéria. Berman (1989) é um deles. O autor destaca que ser moderno é estar num ambiente que anuncia crescimento, transformação, autotransformação, mas que ao mesmo tempo ameaça destruir aquilo que sabemos, aquilo que somos. O autor aponta diversas fontes que alimentariam a vida moderna: avanços científicos, industrialização, explosão demográfica, sistemas de comunicação de massa, Estados Nacionais, movimentos sociais. Procura dividir a história da modernidade em três partes. A primeira estender-se-ia do século XVI até o fim do século XVIII. Neste estágio, as pessoas ainda não se davam conta de que experimentavam a modernidade. Não tinham a percepção “de um público ou comunidade moderna, dentro do qual seus julgamentos e esperanças pudessem ser compartilhados” (ibid.,16). A segunda fase tem início com a Revolução Francesa quando ganha vida um imenso público que “partilha o sentimento de viver numa era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis da vida pessoal, social e política”(ibid.). Uma era em que o “público ainda se lembra do que é viver, material e espiritualmente em um mundo que não é moderno por inteiro” (ibid.). De acordo com Berman, é desta dicotomia que emerge e se desdobra a idéia de modernismo e modernização. No século vinte, ao mesmo

tempo em que o processo de modernização se expande, fragmenta-se, perdendo sua “nitidez, ressonância e profundidade” e assim sua “capacidade de dar sentido e organizar a vida das pessoas” (ibid.).

Krishan Kumar (Outhwaite et. al., 1993, 473) destaca que a partir do Iluminismo ocorre a identificação decisiva entre o moderno e o aqui e agora. Salienta ainda que a sociedade ocidental tornou-se o emblema de uma modernidade pautada na indústria, na ciência, no Estado-Nação e num papel sem precedentes atribuído à economia e ao crescimento econômico.

Talvez a reflexão de Singer (2001, pp.115-116) consiga uma sistematização esclarecedora. O autor observa que existem várias concepções relacionadas ao termo modernidade no pensamento contemporâneo. Assim, o autor considera possível pensar num conceito moral e político de modernidade associado ao “desamparo ideológico de um mundo pós-sagrado e pós-feudal”, no qual tudo pode ser questionado; num conceito cognitivo que aponta para a “racionalidade instrumental como a moldura intelectual por meio da qual o mundo é percebido e construído”; num conceito socioeconômico que designa as grandes mudanças sociais e tecnológicas dos últimos dois séculos e ainda, numa concepção neurológica de modernidade, presente em autores como Simmel, Kracauer e Benjamin. Esta última concepção registra uma profunda transformação na experiência subjetiva, transformação esta que decorre de um ambiente caracterizado por choques físicos e perceptivos.

Sobre estes choques que permeiam a experiência nos grandes centros nos deteremos no próximo capítulo, examinado duas concepções que em nossa

interpretação podem ser vistas como rupturas a tal estado de coisas, a concepção peirceana de primeiridade e o conceito de instante, proposto inicialmente por Walter Pater.

Capítulo 2

A Primeiridade e o Instante

1. Introdução

A valorização do instante, observada no campo da estética no século XIX, parece condensar amplas transformações sociais, econômicas e culturais do período. Procuraremos mostrar, neste capítulo, que tal valorização foi exemplarmente traduzida na concepção peirceana de primeiridade, indicando que, embora Peirce estivesse produzindo uma obra recheada de conceitos altamente abstratos, estes acabaram por revelar uma profunda sintonia com as mudanças que emergiam em seu tempo.

A temática deste capítulo começou a se delinear após a leitura do artigo de Leo Charney (2001, pp.386-410), “Num instante: o cinema e a filosofia da modernidade”, no qual o autor refere-se à valorização do instante iniciada no século XIX, pelas mãos do esteta Walter Pater, como uma forma de resgatar a possibilidade de resposta sensorial diante da superestimulação e conseqüente efemeridade do ambiente moderno. Tal consideração, de imediato, levou-nos à hipótese de que a primeira categoria peirceana estaria, de alguma maneira, atrelada a este contexto. Cogitamos, assim, uma proximidade entre a concepção de primeiridade e a temática do instante, proximidade que não significa, de modo algum, uma equiparação total entre as duas idéias, nem implica uma simples relação de causalidade entre as categorias peirceanas e o momento

histórico em que Peirce desenvolve sua obra. Aquilo que, na realidade, cogitamos, é que a primeira categoria peirceana, tal qual o conceito do instante de Pater, poderia também ser vislumbrada como uma ruptura ao excesso de estímulos da modernidade, como um contraponto à frenética existência metropolitana.

Mesmo que estivesse longe de ser o objetivo de Peirce esboçar qualquer relação entre suas categorias universais e o momento histórico em que vivia, sustentamos essa possibilidade interpretativa. Como já notava Platão, por meio da voz de Tamuz, em seu diálogo Fedro, “uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros!” (Platão, 2000, p.121).

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Num primeiro momento, examinamos o problema da superestimulação da vida urbana e suas conseqüências para a subjetividade humana, a partir do artigo, “A metrópole e a vida mental”, escrito pelo pensador alemão, Georg Simmel, em 1902. Em seguida, a fenomenologia peirceana, também denominada pelo autor como “Doutrina das Categorias”, é examinada. Trata-se, aí, da disciplina no interior da qual Peirce desenvolve seus extensos estudos sobre a primeiridade, segundidade e terceiridade, as categorias universais por ele concebidas, que não se circunscrevem, contudo, aos estudos fenomenológicos, mas alicerçam toda a obra do autor, fundamentando, inclusive, a classificação das ciências que desenvolve.

É interessante observar que a experiência comum da vida moderna, que é objeto de reflexão deste capítulo, sintoniza-se com a experiência em aberto que Peirce toma como campo da fenomenologia. Para ele, a fenomenologia estuda o fenômeno como este se apresenta e procura encontrar, através de um exame atento, aqueles que seriam os elementos indecomponíveis da experiência cotidiana de cada ser humano.

O conceito do instante revela-se, em nossa análise, como algo inseparável do universo das comunicações sobre dois aspectos. Por um lado, o desenvolvimento de novos meios de comunicação ao longo dos oitocentos – a fotografia, os telégrafos, o cinema, bem como o acentuado crescimento da imprensa – trazem mais estímulos aos já hiperestimulados habitantes dos grandes centros. Por outro, esses próprios meios, em particular o cinema, podem ser vistos como capazes de isolar o instante que passa, diante da fragmentação da experiência.

Na medida em que o tema deste capítulo ia sendo trabalhado, foram surgindo outras articulações possíveis entre os conceitos peirceanos e as idéias oitocentistas. A concepção de primeiridade foi, assim, também aproximada do conceito de sentimento oceânico, formulado por Romain Rolland e debatido por Freud em *O mal estar da civilização*, e a primeira faculdade fenomenológica foi relacionada aos movimentos artísticos oitocentistas, caracterizados por orientações realistas. Estas outras afinidades, se por um lado, desviam um pouco a nossa atenção do tema central deste capítulo, por outro, trazem mais

elementos capazes de mostrar a consonância e também a dissonância entre a obra de Charles Sanders Peirce e as idéias de seus contemporâneos.

2. A subjetividade e a metrópole

O artigo de Simmel, “A metrópole e a vida mental” (Simmel, 1987, p. 13-28) é uma referência basilar para a compreensão da experiência subjetiva no mundo moderno. As conseqüências da vivência nas grandes cidades são detidamente analisadas neste que é um clássico dos estudos urbanos.

O resgate da obra de Simmel, como enfatizam Rammstedt e Dahme (1998, p.206), é algo que cresce internacionalmente, deixando para trás classificações do autor como um pensador “conservador-burguês”, “atomista”, “psicologista”, entre outras. Numa linha contrária a essas qualificações depreciativas, esses comentaristas alçam Simmel como provavelmente “o único pai fundador da sociedade moderna, na qual o problema do indivíduo na sociedade cada vez mais complexa se encontra no centro do interesse sociológico” (ibid, p.207).

Já Leopoldo Waizbort (2000, p.11), outro de seus comentaristas, atenta para o fato de que considerar Simmel exclusivamente como um sociólogo é reduzir a abrangência de sua obra, que de modo original conjuga perspectivas diversas oriundas não só da sociologia, mas também da filosofia, da economia, da psicologia, da história e da estética.

Talvez as palavras de Adorno, enfatizadas por Waizbort, sejam capazes de sintetizar o espírito da obra simmeliana, quando diz tratar-se de uma “virada da filosofia rumo aos objetos concretos” (*apud* Waizbort, 2000, p.11).

Seguindo a reflexão de Waisborg, parece-nos importante ressaltar que Simmel procurava reabilitar aqueles conteúdos que não eram considerados dignos de profundidade metafísica, mostrando que “também eles são dignos de análise, que também neles reside sentido e que também neles se mostra o todo” (*ibid.*,p.24). Adotava, desse modo, o espírito moderno concebendo tudo como passível de interpretação. Tanto é assim que num texto sobre a filosofia da refeição alertava que o mais ínfimo, o mais superficial, traz muito consigo, permite inúmeras interpretações (*ibid.*, p.25).

Este tipo de análise que se atém aos detalhes muitas vezes negligenciados da existência pode ser verificado em “A metrópole e a vida mental”.

Contrastando o estilo de vida metropolitano com aquele verificado nas pequenas cidades ou no ambiente rural, nesse ensaio, Simmel parte da idéia de que “a base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na intensificação dos estímulos nervosos, que resulta da alteração brusca e ininterrupta de estímulos interiores e exteriores” (Simmel, 1987, p.14).

“A rápida convergência de imagens em mudança, a descontinuidade aguda contida na apreensão com uma única vista de olhos e o inesperado de impressões subidas” (*ibid.*, p.15), estímulos contrastantes de um modo geral, presentes no mero atravessar da rua, na multiplicidade de vida econômica,

social e ocupacional, acabariam por exigir uma consciência mais aguda dos habitantes metropolitanos.

Como esclarece, a mente humana é estimulada pela diferença entre uma dada impressão e aquela que a precedeu. Já impressões duradouras, ou aquelas que variam pouco em relação às anteriores, ou ainda aquelas que assumem ou caráter regular, habitual, mais freqüentes no universo rural, exigiriam um menor grau de consciência dos indivíduos (ibid., p.14).

Simmel tenta elucidar a conscientização crescente que norteia os habitantes dos grandes centros em termos fisiológicos. Explica que o homem metropolitano desenvolve um órgão, o intelecto, situado nas camadas mais altas do psiquismo. Considera-o a mais adaptável de nossas forças interiores, apto a acomodar-se ao contraste e a mudança dos fenômenos, sem maiores transtornos, sendo ainda capaz de preservar a vida subjetiva, a área mais profunda da personalidade, da superestimulação que marca a existência nos grandes centros. Como observa:

A reação aos fenômenos metropolitanos é transferida àquele órgão que é menos sensível e bastante afastado da zona mais profunda da personalidade. A intelectualidade, assim se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador da vida metropolitana (Simmel, 1987, p. 14).

O domínio da intelectualidade na vida metropolitana, para Simmel, é também consequência da economia monetária, que ganha nesse ambiente uma

importância muito maior do que aquela assumida na zona rural. Nesta última situação, intercâmbios transcorreriam em pequenos círculos, favorecendo o conhecimento mais aprofundado do outro, resultando, em relações de caráter marcadamente emocional, que iriam além do “mero balanceamento objetivo dos serviços e retribuição” (ibid., p.16). Em contrapartida, na metrópole moderna, as relações econômicas seriam pautadas pelo anonimato, dificilmente o comprador conhece o vendedor e vice-versa, favorecendo o aparecimento de relações mais calculistas.

3. A exatidão da vida moderna

O aspecto calculista da vida metropolitana revela-se em acordos e combinações precisos que evitam, a todo custo, ambigüidades. Esta calculabilidade com a qual se reveste a existência não apenas associa-se à economia do dinheiro e a eficácia dos acordos, como também se configura, para Simmel (ibid., p.17), como um fator que favorece a exclusão dos impulsos irracionais do indivíduo. Não podemos ainda nos esquecer, que cada vez mais, o tempo tornava-se o tempo útil do trabalho. Momentos de ócio e deleite não seriam bem vindos.

A calculabilidade e a exatidão da vida metropolitana parecem se corporificar, exemplarmente, num de seus objetos mais típicos – o relógio. O status do aparelho na modernidade é captado com perfeição por Allan Poe em seu conto, “The Predicament”.

Nesta estória, uma senhora passeava por Edimburgo,

principais emblemas da modernidade – o relógio. Como veremos mais à frente, não há espaço, ou melhor, há pouco espaço, na agitação da metrópole, para as situações associadas à primeridade, ou para as situações em que a primeira categoria aparece em proeminência.

4. Da intensificação da intelectualidade metropolitana à atitude blasé

Os estímulos contrastantes tão característicos dos grandes centros urbanos, co-responsáveis por aquilo que Simmel denomina “intensificação da intelectualidade metropolitana”, como já explicamos, geram, de acordo com o autor, outro tipo de consequência para a vida mental dos indivíduos, a chamada atitude blasé, que consiste numa certa indiferença diante do outro, do mundo objetivo em sua totalidade.

Na realidade, para Simmel (1987, p.18-19), a atitude *blasé* decorre de dois fatores. O primeiro, fisiológico, pode ser compreendido como um mecanismo de proteção às excitações que marcam as grandes cidades. À medida em que é submetida, muito rapidamente, a uma grande quantidade de estímulos contraditórios, a mente do indivíduo chega a um estado tal de esgotamento, que deixa de reagir a novas alterações. Já o segundo fator, de caráter econômico, é explicado pelo autor a partir do aspecto nivelador da economia monetária. Uma vez que o dinheiro é o equivalente a todas as coisas, estas passam a ser

experienciadas como desprovidas de substância, aparecendo à pessoa blasé num tom uniforme.

A economia monetária implicaria, assim, em uma indiferença a toda a individualidade genuína³. Como esclarece:

A individualidade dos fenômenos não é comensurável com o princípio pecuniário. O dinheiro se refere unicamente ao que é comum a tudo: ele pergunta pelo valor de troca, reduz toda qualidade e individualidade à questão: quanto? (ibid., p.19).

Esta seqüela da economia monetária para a vida nos grandes centros é muito importante para a tese de que a primeiridade pode ser pensada como um contraponto à vida metropolitana. Sobre este assunto nos deteremos mais à frente.

O autor finaliza a descrição da atitude blasé com uma constatação pessimista e que 103 anos depois da publicação inicial do artigo parece ser extremamente válida:

³ Em “O fetichismo da mercadoria: seu segredo”, Marx (2004, p.94) afirma: “A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades materiais inerentes aos produtos do trabalho (...), ou como afirma logo a seguir: “uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”(ibid., 95). A isso Marx chama o caráter fetichista da mercadoria – e é este seu segredo, como salienta no subtítulo. Nesse contexto, o valor de uma mercadoria que depende do trabalho socialmente necessário para produzi-la assume a forma de - “uma propriedade quase natural de outra mercadoria” – o dinheiro, como esclarece Zizek (1996, p.308). O fetichismo da mercadoria parece colaborar assim, para a atitude blasé, à medida que as relações sociais aparecem como relações entre coisas, ou o valor do trabalho assume a forma de dinheiro – se tudo está nivelado, está aberto terreno para a atitude blasé se instaurar.

A autopreservação de certas personalidades é comprada ao preço da desvalorização de todo o mundo objetivo, uma desvalorização que no final, arrasta inevitavelmente a personalidade da própria pessoa para uma sensação de igual inutilidade (Simmel, 1987, p.19).

Talvez seja possível conjecturar uma aproximação entre a atitude blasé e o *spleen*⁴ baudelariano, aquela apatia absoluta, a qual se reporta o autor de *As flores do mal*.

Em *As flores do mal*, de 1857, encontraremos quatro poemas, intitulados *Spleen*. E Baudelaire dá ao segmento inicial de seu livro, o título ‘*Spleen e o Ideal*’. Como explica Junqueira, os poemas desta primeira parte da obra, se desenvolvem sob o antagonismo de duas matrizes polares: “De um lado o *spleen*, esse estado indefinível de uma angústia sem causa e que constitui a expressão suprema do tédio baudelairiano; de outro a aspiração do poeta pelo absoluto e infinito, cujo símbolo é o ideal” (Junqueira, 1985, p. 87).

De acordo com Junqueira (ibid., pp.87-88), o tédio baudelairiano parece advir do fato de que o poeta de formação cristã não conseguiu “desviar os olhos da hipnótica vertigem da Queda”, convergindo suas preocupações antes para o inferno e o pecado do que para a redenção.

O tédio baudelariano, a partir do estudo de Junqueira, parece ser uma condição da existência humana. Não parece ser engendrado, como a atitude blasé, examinada por Simmel, pela interiorização da economia monetária ou pelo excesso de estímulos dos grandes centros. A multidão, por exemplo, um

⁴ *Spleen* é um vocábulo de língua inglesa, incorporado à língua francesa no século XVIII, para designar uma sensação de tédio sem causa (Junqueira, 2002, p.1052).

poderoso foco de estímulos, ou de excessos da metrópole, é referida por Baudelaire em seu ensaio sobre o ilustrador Guys Constantin, “O pintor da vida moderna”, como nos lembra Benjamin [D 5,3], “como supremo remédio contra o tédio”⁵.

Pode-se, no entanto, sugerir que a presença de uma parcela da população que vive acima do nível de subsistência e que dispõe de tempo ocioso, condições geradas pela Revolução Industrial, e que já estavam presentes quando o poeta escreve *As Flores do Mal*, cria um espaço maior para que um estado de enfado diante da vida se instaure.

Mas o que nos parece realmente central em relação a uma possível afinidade entre o *spleen* e a atitude blasé, é que se atentarmos para os poemas em que Baudelaire focaliza o tédio, notaremos que o sentimento ao qual o autor se reporta apresenta semelhanças com aquele que caracteriza a atitude blasé. Parece ser possível dizer que nos dois casos estaríamos diante de um certo desinteresse em relação às coisas, de uma apatia generalizada, uma ausência de vontade. Já no poema-dedicatória de *As flores do mal*, isso pode ser cogitado, quando o autor nos diz: “É o Tédio! O olhar esquivo à mínima emoção” (Baudelaire, 1985, p.101)⁶. Os versos que se seguem nos levam à mesma direção:

Nada iguala o arrastar-se dos trôpegos dias,
quando, sob o rigor das brancas invernias,

⁵ O gozo do escritor diante das aglomerações humanas pode ser evidenciado também em um de seus *Pequenos poemas em prosa*

O tédio taciturno exílio da vontade, assume as proporções da própria eternidade.

- Doravante hás de ser, ó pobre e humano escombro!⁷

Sou como o rei sombrio de um país chuvoso,
Rico, mas incapaz, moço e no entanto idoso,
Que, desprezando do vassalo a cortesia,
Entre seus cães e outros bichos se entedia.⁸

Retornando a Simmel, não podemos deixar de ressaltar que o autor não explicita se existe uma relação de causalidade entre a intensificação da intelectualidade metropolitana e a atitude blasé. Como já salientamos, a fonte das duas situações é a mesma – o excesso de estímulos. A partir de suas considerações, contudo, parece ser possível pensar que o excesso de estímulos torna o indivíduo metropolitano provido de uma conscientização crescente; em contrapartida, esses estímulos podem levar a uma situação de esgotamento que resultaria na atitude blasé. Assim, até um certo ponto, a estimulação da vida urbana contribui para a agudização da consciência, mas essa mesma estimulação pode atingir uma situação extrema em que o indivíduo deixa de reagir adequadamente a novos sinais.

⁷ *Spleen, LXXVI.*

*Rien n'égale en longueur les boiteuses journées,
Quand sous les lourds flocons des neigeuses années,
L'ennui, fruiti de la morne incuriosité,
Prend les proportions de l'immortalité.
- Désormais tu n'es plus, ô matière vivante!*(Baudelaire, 1985 ,p.292)

⁸*Spleen, LXXVII,*

*“Je suis comme le roi d'un pays pluvieux,
Riche, mais impuissant, jeune et pourtant très-vieux,
Qui, de ses précepteurs méprisant les courbettes,
S'ennuie avec ses chiens comme avec d'autres bêtes.(...)”*(Baudelaire, 1985, p.294)

Conforme nos informa Crary (2001, p.83), a saturação de informação característica do período, fez com que a temática da atenção ganhasse destaque nas ciências humanas, especialmente na psicologia científica, no final do século XIX.

A falta de atenção passaria a ser vista como um perigo no contexto do trabalho industrial, como capturou Chaplin, em *Tempos Modernos* (1936)⁹, e, embora Crary não se reporte diretamente aos estudos de Simmel, a temática da atenção-distração é fundamental em “A metrópole e a vida mental”.

O autor parece conceber na modernidade uma oscilação constante entre a atenção e a distração, numa conjuntura em que continuamente o indivíduo se vê diante de “novos produtos, novas fontes de estímulo e fluxo de informações”. A própria lógica cultural do capitalismo exigiria uma troca constante da atenção de uma coisa a outra (ibid.).

Sua abordagem, neste aspecto, parece assemelhar-se àquela de Simmel. Empregando a terminologia do sociólogo alemão, estaríamos diante de uma oscilação entre uma consciência aguda e uma atitude blasé. Possivelmente, esta contínua alternância de estados, mais do que a transformação do primeiro no segundo, como parece ser a interpretação de Simmel, caracterizam a existência nos grandes centros urbanos.

A vida comunicativa, neste contexto, parece estar em constante transformação. O indivíduo se vê diante de uma profusão de representações - fotografias, muitas vezes apartadas de seu referente, imagens em movimento,

⁹ Neste caso, a vida urbana e o trabalho industrial nos EUA são focalizados em outro momento histórico, os anos 30.

jornais, revistas, sinais de trânsito, cartazes. Defronta-se com uma multidão urbana. Trava múltiplos contatos com várias pessoas ao longo do dia. Contudo, aquilo que parece caracterizar esses contatos, muitas vezes, é uma postura de reserva, uma atitude blasé, que acaba por se conformar, de acordo com Simmel (1987, p.20), como um mecanismo de proteção a tantos excessos.

Mas o sociólogo não é um detrator ingênuo da metrópole e das relações sociais que nela têm lugar. Sabe que, se por um lado os contatos entre as pessoas se pautam pela reserva, por outro, nos grandes centros, o indivíduo adquire, de um modo geral, uma liberdade pessoal maior do que aquela proporcionada pelos pequenos círculos, situação em que os limites impostos aos membros do grupo são muito mais nítidos (ibid.).

5. A atitude blasé em imagens literárias

O escritor inglês Gilbert Keith Chesterton (1874-1936), em seu conto, “O Homem Invisível”, publicado pela primeira vez em 1911, parece nos brindar com uma intrigante ilustração da atitude blasé.

Um padre é chamado para ajudar um homem que acaba de receber uma ameaça de morte. Quando o padre chega em socorro, sabe que nada mais há a fazer. As quatro sentinelas, encarregadas da vigilância do edifício em que o indivíduo ameaçado se encontrava, afirmam que ninguém entrou no local. O padre, entretanto, constata pegadas recentes na neve, que significavam exatamente o contrário. Padre Brown tinha certeza de que todos viram o

assassino adentrando despreocupadamente na residência da vítima. Mas os vigilantes não se deram conta de que o carteiro que passava por lá todas as tardes poderia ser um criminoso.

Sobre o episódio, o protagonista, padre Brown, conclui com lucidez: “Ninguém presta atenção em carteiros, contudo, eles têm paixões como qualquer ser humano” (Chesterton, 1997, p.47).

Chesterton, em sua ficção, possivelmente nos apresenta à atitude blasé dos londrinos. Tal atitude, tendo em vista o comentário do padre, parece estar atrelada às relações sociais, nas quais aqueles que exercem funções de pouco prestígio permanecem invisíveis aos olhares alheios.

Talvez seja importante notar que no final do século XIX, conforme nos informa Crary (2001), emergiram uma série de estudos acerca da percepção que se orientavam para o funcionamento do aparelho sensorial e a visão passou a ser entendida como discutível ou até mesmo arbitrária. Começava-se a conceber que o sujeito construía o mundo ao seu redor ativamente, não era apenas um receptáculo de estímulos exteriores.

Penna (1997, p.44) observa que são numerosos os experimentos comprovadores do papel das influências culturais no processo de percepção da realidade. Ressalta, ainda, os estereótipos e preconceitos circulantes no interior dos grupos, que acabam por interferir na situação perceptiva.

Não podemos esquecer, contudo, que a própria regularidade do evento, um carteiro passa pelo mesmo edifício todos os dias, é um elemento extremamente significativo, capaz de dar margem a outras interpretações¹⁰.

Nelson Rodrigues já disse que a grande obra de Otto Lara Rezende é a conversa, acrescentando que deveriam pôr um taquígrafo atrás dele e vender suas anotações em uma loja de frases. Sem querer contrariar o dramaturgo carioca não podemos deixar de anotar a perspicácia de Otto Lara também em suas crônicas, como em “Vista Cansada”, quando o autor nos apresenta de forma sucinta e precisa o comportamento *blasé*, numa narrativa que em muito se assemelha ao conto de Chesterton.

3 Peirce, em formulações sobre a percepção, parece constatar que a regularidade de um evento faz com este passe despercebido. Como explica o autor: “para mim é surpreendente que o relógio de meu gabinete soe a cada meia hora de modo mais audível possível e mesmo assim eu nunca o ouço. Eu não saberia dizer se o mecanismo que o faz soar está funcionando ou não, a menos que esteja desarranjado e soe fora de hora” (Peirce 1999: 228). Estudos clássicos sobre o chamado *orienting reflex*, levados a cabo por Sukolov nos anos 60, seguindo as formulações iniciadas por Pavlov, chegam a formulações semelhantes àquela de Peirce sobre a audição do relógio. Como observa Sukolov (1969: 673): o traço característico do reflexo orientado é que depois de diversas aplicações de um mesmo estímulo (geralmente de cinco a quinze) a resposta desaparece, se extingue. Contudo, a mais ligeira modificação no estímulo é suficiente para despertar uma resposta. Peirce e Sukolov parecem concordar que aquilo que se torna por demais habitual deixa de ser percebido. As formulações dos dois autores não nos parecem contraditórias, ao menos num exame preliminar, com estudos recentes sobre consciência e percepção. Em artigo de 1992, reeditado recentemente pela *Scientific American*, Christof Koch e Francis Crick (2004:19), este último co-descobridor, junto com James Watson, da dupla estrutura helicoidal do DNA, observam que pessoas sem problemas de visão podem reagir a sinais visuais atrelados a ações automáticas como nadar ou dirigir, ações estereotipadas, embora, muitas vezes, apresentem pouca ou nenhuma consciência visual dos referidos sinais.

Vista cansada¹¹

Otto Lara Resende

Acho que foi o Hemingway quem disse que olhava cada coisa à sua volta como se a visse pela última vez. Pela última ou pela primeira vez? Pela primeira vez foi outro escritor quem disse. Essa idéia de olhar pela última vez tem algo de deprimente. Olhar de despedida, de quem não crê que a vida continua, não admira que o Hemingway tenha acabado como acabou. Se eu morrer, morre comigo um certo modo de ver, disse o poeta. Um poeta é só isto: um certo modo de ver. O diabo é que, de tanto ver, a gente banaliza o olhar. Vê não-vendo. O que nos cerca, o que nos é familiar, já não desperta curiosidade. O campo visual da nossa rotina é como um vazio. Você sai todo dia, por exemplo, pela mesma porta. Se alguém lhe perguntar o que é que você vê no seu caminho, você não sabe. De tanto ver, você não vê. Sei de um profissional que passou 32 anos a fio pelo mesmo hall do prédio do seu escritório. Lá estava sempre, pontualíssimo, o mesmo porteiro. Dava-lhe bom-dia e às vezes lhe passava um recado ou uma correspondência. Um dia o porteiro cometeu a descortesia de falecer. Como era ele? Sua cara? Sua voz? Como se vestia? Não fazia a mínima idéia. Em 32 anos, nunca o viu. Para ser notado, o porteiro teve que morrer. Se um dia no seu lugar estivesse uma girafa, cumprindo o rito, pode ser também que ninguém desse por sua ausência. O hábito suja os olhos e lhes baixa a

¹¹ Texto publicado no jornal “Folha de S. Paulo”, edição de 23 de fevereiro de 1992.

voltagem. Mas há sempre o que ver. Gente, coisas, bichos. E vemos? Não, não vemos. Uma criança vê o que o adulto não vê. Tem olhos atentos e limpos para o espetáculo do mundo. O poeta é capaz de ver pela primeira vez o que, de fato, ninguém vê. Há pai que nunca viu o próprio filho. Marido que nunca viu a própria mulher, isso existe às pampas. Nossos olhos se gastam no dia-a-dia, opacos. É por aí que se instala no coração o monstro da indiferença.”

De tanto ver, você não vê. Simmel atribui a atitude blasé ao excesso de estímulos contrastantes da vida em metrópole e à economia monetária que faz com que as coisas apareçam como destituídas de substância. Otto Lara parece imputar ao caráter habitual de certos fenômenos ou mesmo ao *status quo* do indivíduo invisível aos olhares alheios, a origem para esta visão fatigada que se instaura na vida cotidiana e que alguém como o poeta é capaz de resgatar. Chesterton, do mesmo modo, parece conferir essa visão obliterada ao escasso valor que se dá a certos funcionários, percebidos quase que como engrenagens da vida metropolitana. Peirce, embora não se reporte diretamente a este problema que afeta a vida moderna, talvez nos indique algumas saídas. A primeira faculdade essencial para o estudo fenomenológico, ou a primeiridade, quando associada a uma situação de contemplação estética, podem ser vistos como estados que se distanciam da atitude blasé. Retomaremos este assunto mais à frente.

O que já podemos adiantar é que a primeira categoria peirceana, atrelada às noções de frescor, vida, liberdade (CP 1.302), parece-nos uma via de escape ao excesso de estímulos que a metrópole impõe àqueles que precisam ou

aceitam viver nela. Pode ser pensada, também, como uma evasão à economia monetária, já que esta, de acordo com Simmel, seria incompatível com a individualidade dos fenômenos, pois, à medida que o dinheiro se refere ao que é

terceiridade, às categorias mais universais da experiência humana, normal e cotidiana, a que o homem tem acesso em cada hora consciente do seu viver.

A tarefa desta disciplina filosófica, denominada por Peirce também como a Doutrina das Categorias, é explicitada pelo autor:

É a tarefa da Fenomenologia ou Doutrina das Categorias desemaranhar a confusa mistura de tudo que em qualquer sentido aparece em distintas formas (...) fazer a máxima análise da experiência é a primeira tarefa a qual a filosofia deve se aplicar. É talvez a mais difícil de todas as suas empreitadas. Demanda capacidades de pensamento muito peculiares, a habilidade de apanhar nuvens, vastas e inatingíveis e colocá-las na devida ordem (CP1. 280).

Como observa Noeth (2003, p.63), filósofos, desde Aristóteles, têm perseguido a idéia de encontrar um número limitado de categorias capazes de conter a multiplicidade de eventos do mundo. Peirce alinha-se a pensadores como Kant e Aristóteles nessa busca por categorias universais¹³.

No artigo “Sobre uma nova lista das categorias”, de 1867, Peirce apresenta pela primeira vez sua doutrina das categorias. É importante ressaltar,

¹³ Peirce considera os três estágios do pensamento de Hegel, como as Categorias Universais do autor alemão, embora ele próprio (Hegel) não os chamasse de categorias (CP 1.43). Em outra passagem, assinala que os estágios do pensamento estão tão próximos do correto, “(...) que a minha própria doutrina pode muito bem ser vista como uma variante do hegelianismo, embora, na realidade, tenha sido determinada em minha mente por considerações inteiramente estranhas a Hegel, em um tempo, no qual a minha atitude em relação ao hegelianismo era de desdém. Não há em mim uma influência de Hegel, a menos que esteja tão oculta que escape completamente do meu horizonte” (CP 5.38). É interessante notar que os estágios hegelianos do pensamento ao qual Peirce se refere, o próprio método dialético, origina-se da análise dos movimentos históricos.

contudo, que as categorias não são extraídas da análise fenomenológica propriamente dita. Na realidade, um exame do artigo de 1867 revela, como aponta Houser (EP 1.1), em comentário introdutório ao texto, que “o argumento de Peirce é essencialmente uma derivação lógica, apesar de depender de um tipo de separação mental chamada *prescisão*¹⁴, requerida também em sua futura derivação fenomenológica das categorias”.

Tratava-se, inicialmente, de uma lógica formal. Parker (1998, p.2) enfatiza que os longos estudos da filosofia Kantiana, empreendidos por Peirce, trouxeram-lhe a convicção de que as categorias deveriam realmente depender da lógica formal¹⁵. A necessidade de se recorrer a uma capacidade mental como a *prescisão* para que tal derivação se concretizasse parece indicar, contudo, que

¹⁴ Peirce entende por *prescisão* ou *abstração* ao ato de dar atenção exclusiva a um certo aspecto do objeto em negligência de outros (Peirce, 1999, p. 16) e o diferencia de dois outros modos de separação de idéias, a *discriminação* e a *dissociação*.

¹⁵ Como explica Newton da Costa: “Mais ou menos até princípios deste século, havia uma única lógica (pura, formal ou teórica). Porém, no decurso dos últimos oitenta anos, foram criadas outras lógicas, de modo que a lógica inicialmente considerada, cujas origens remontam a Aristóteles, mas cujo sistematizador mais importante foi G. Frege (nos três decênios derradeiros do século passado (o autor refere-se ao século XIX, visto que o texto é de 1983), precisou ser chamada de clássica ou *tradicional*. Pode-se dizer que a lógica adquiriu sua forma quase definitiva na obra monumental de A. N. Whitehead e Bertrand Russell, intitulada *Principia Mathematica*, em três volumes, publicados respectivamente em 1910, 1912 e 1913”. Costa observa que a lógica clássica vem sendo complementada. O autor assinala também o surgimento de lógicas rivais da lógica clássica, as chamadas lógicas heterodoxas, que distinguem-se da lógica tradicional por derogarem pelo menos uma das seguintes leis vigentes nesta última: lei da identidade, lei da contradição e lei do terceiro excluído. Deste modo, quando afirmamos que em “Sob uma nova lista das categorias”, Peirce baseava-se na lógica formal, indicamos que o filósofo estava lidando com a lógica originária de Aristóteles também empregada por Kant, quando este último chegou às categorias de quantidade, qualidade, relação e modalidade. A crítica de Circe às categorias kantianas não está, desse modo, fundamentadas na utilização da lógica, para derivá-las. Muito pelo contrário. Peirce segue o percurso do filósofo alemão partindo, ele também da lógica. Esta crítica baseia-se, sobretudo no problema de que apesar de Peirce considerar correta a correspondência entre os modos de julgar e as categorias kantianas, nada garantia a correção da tábua dos modos julgamento. Portanto se o ponto de partida, a referida tábua, estivesse equivocado, também as categorias estariam (Parker, 1998, p.4-5).

não se trata de uma lógica formal em estado puro, mas perpassada por formulações acerca do processo cognitivo.

Outro significativo avanço nos estudos desenvolvidos por Peirce acerca das categorias universais ocorreu em 1885. Como nos informa Santaella (2001, p.33), foi naquele ano que através do estudo da lógica dos relativos Peirce chegou à descoberta de que a primeira categoria poderia ser indicada quantitativamente por uma variável. Este novo progresso em suas pesquisas, destaca a autora, foi um fator estimulador para a que o filósofo pudesse conceber as categorias como elementos mentais e naturais, idéia expressa em seu artigo, “1,2, 3 Categorias do Pensamento e da Natureza”. O exame das ciências naturais foi outro fator essencial para que o autor defendesse a presença das categorias em todo o universo físico.

Para os propósitos deste trabalho, interessa-nos especificamente o exame das categorias sob o ponto de vista fenomenológico, uma vez que estamos preocupados com a análise da experiência comum, com a relação que se estabelece entre o homem e o mundo fenomênico. E a fenomenologia consiste justamente “na descrição e classificação das idéias que pertencem à experiência ordinária da vida” (Peirce, 1999 p.168).

O autor consideraria fenômeno tudo aquilo que está em qualquer sentido presente à mente, desconsiderando se corresponde a algo real ou não (CP 1.284). Deste modo, fenômenos para Peirce não se reduzem àquilo que podemos ver, perceber pelos sentidos, tudo quanto é imaginado, sonhado, faz parte do mundo fenomênico para este autor.

A fenomenologia esquivava-se totalmente a realizar julgamentos de valor.

fenomenólogo parece requisitar, assim, um enorme esforço, um empenho para observar e descrever os fenômenos, procurando esquivar-se de julgamentos.

As três categorias universais estariam presentes em todos os fenômenos, mas como salienta o autor “uma talvez pode ser mais proeminente em um determinado aspecto do fenômeno do que a outra, mas todas elas pertencem a todos os fenômenos” (EP 2.148), estão emaranhadas no mundo fenomênico. A empreitada daquele que se dedica ao estudo fenomenológico é justamente desemaranhar essa teia.

A onipresença das três categorias não implica na negação de outras tantas características naquilo que está sendo analisado, à medida que as concepções de primeiridade, segundidade e terceiridade são idéias muito amplas e abrangentes, que podem ser consideradas mais como “tons” ou “finas películas” de concepções.

7. As faculdades fenomenológicas

De acordo com Peirce, a fenomenologia solicita três faculdades básicas daqueles que se dedicam a esta ciência. A primeira é aquela capacidade de ver o que está diante de nós, sem nenhuma interpretação. Essa é a faculdade do artista que vê, por exemplo, as cores aparentes da natureza como elas aparecem, e não como elas “deveriam ser vistas”. Ou seja, é preciso ver sem pressupostos e essa capacidade Peirce reconhece no artista, por isso, salienta: “O poder observacional do artista é aquilo que é mais desejado para o estudo da

fenomenologia” (CP 5.42). Como sugere Otto Lara: “Experimente ver pela primeira vez o que você vê todo dia, sem ver. Parece fácil, mas não é”. Essa habilidade é tudo aquilo que não é o olhar *blasé*, na sua indiferença àquilo que se apresenta.

Saber discriminar diferenças naquilo que é observado e ser capaz de generalizar como um matemático, chegando a fórmulas abstratas capazes de apreender as características essenciais daquilo que é examinado, corresponderiam, respectivamente a segunda e a terceira capacidades requeridas para o estudo fenomenológico, de acordo com o autor (CP 5.42).

Embora Peirce, como salientamos, considere como fenômeno tudo o que aparece à mente, sem considerações sobre o que é real ou não, e a fenomenologia seja justamente o estudo dos fenômenos, quando concebe as três faculdades fenomenológicas, em 1905, o autor parece fazer com que seu realismo filosófico reflita, em certa medida, na formulação da primeira daquelas faculdades. Ou seja, o realismo peirceano, possivelmente, repercute na capacidade de “ver o que está diante dos olhos, não substituído por nenhuma interpretação, não adulterado por qualquer acréscimo, sem concessão a esta ou aquela pressuposta circunstância modificadora” (CP 5.42). Existe um enfoque no objeto, uma independência deste em relação ao que se pensa sobre ele, nestas declarações.

Um realista, como o próprio autor define¹⁷, no *Century Dictionary*, é um filósofo que acredita na real existência do mundo externo como independente de

¹⁷Em seu verbete para o dicionário, Peirce refere-se ainda, a uma outra acepção de realista: “um lógico que assegura que as essências das classes naturais têm um modo de ser nas coisas reais;

todo pensamento sobre ele (*apud* Houser, p.XXIV). No caso da primeira faculdade, contudo, a independência do objeto em relação ao pensamento não se restringe aos objetos exteriores, abrangendo também aquilo que é mental, já que todas as coisas são alvo do estudo da fenomenologia, disciplina que se isenta de distinguir o real, daquilo que é engendrado pela mente. Assim, ao mesmo tempo em que, “ver o que está diante dos olhos”, é uma postura realista ou objetivista, Peirce articula esta objetividade da pesquisa fenomenológica à subjetividade do indivíduo, muito embora esta subjetividade não seja distinguida no exame do mundo fenomênico, dentro da perspectiva do autor.

Como notaremos, ao examinarmos mais atentamente a primeira faculdade, Peirce compara o trabalho do artista que pinta aquilo que vê ao do fenomenólogo e, nesse sentido, sua abordagem parece afinar-se com uma orientação realista observada nas artes do período. Antes de nos determos nessa questão, parece-nos, contudo, oportuno apresentar algumas considerações sobre o realismo do autor.

Embora seja reconhecidamente um filósofo realista, Peirce não o foi sempre. Na realidade, conforme nos informa Fisch (1986, p.184), Peirce caminha de um nominalismo inicial, através de passos graduais, ao longo de sua obra, chegando em seus últimos anos àquilo que ele próprio denominaria como um realismo extremado.

neste caso distinguido como um realismo escolástico, oposto ao nominalismo” (*apud* Houser, 1992, XXIV). Não vamos nos ater aqui ao embate entre nominalismo e realismo, à medida que esta questão parece afastar-se do propósito deste tópico. O tema é bastante detalhado por Fisch (1986), Houser (1992, XXIV-XXVII) e também por Moore (1993, p.6-8). A abordagem deste último autor é comentada na nota-18.

Como um realista – posição que de acordo com o comentarista (Fisch,1986, p.188) estaria mais solidificada nos escritos peirceanos, a partir de 1871, embora já se verificasse alguma inclinação nesse sentido em um extrato de 1868 - Peirce advoga que a realidade não depende de nós ou das representações que dela fazemos. É uma idéia oposta às perspectivas de cunho subjetivista, que reduzem a realidade a estados ou valores do indivíduo.

A fim de alcançarmos uma melhor compreensão do realismo peirceano é importante atentar para o fato de que a concepção peirciana de realidade é extraída de Duns Scotus¹⁸, caracterizando-se, assim como naquele autor, pelo elemento de alteridade, como sublinha Ibrí (1992,p.25), reportando-se a passagem em que Peirce refere-se ao conceito de realidade do filósofo medieval:

18

Moore (1993, p.3-8) também sublinha a dívida de Peirce para com o realismo de Duns Scotus, abordando o tratamento do filósofo ao problema dos Universais. Como ressalta, o conhecimento é alguma coisa geral, consiste em proposições que se aplicam a todos os casos de um determinado tipo. Estas proposições podem ser denominadas teorias, hipóteses, ou leis, de qualquer forma não versam sobre o singular, mas sobre todas as possíveis instanciações daquela proposição, passadas ou futuras.

O comentarista pondera que, como um cientista, Peirce deve ter se confrontado com o seguinte dilema: se as leis gerais existissem apenas como concepções em nossa mente, caso nada no mundo se conformasse a elas, não seriam reais, mas ficções. Assim, conclui: “acreditar que as leis e os conceitos da ciência são reais, é acreditar que exista alguma coisa geral no mundo físico que corresponda a elas” (ibid.7).

De acordo com o autor, ao pensar em leis, Peirce concebe “estruturas generalizadas de forças energéticas que se aplicam a todos os membros de uma série comum de instâncias” (ibid) e quando o filósofo se qualifica enquanto um realista da linhagem de Duns Scotus, ele queria dizer que através do processo de conhecimento as nossas idéias deveriam se conformar com as leis.

Moore, sumariza, que um realista, nesse contexto, “é alguém que acredita que existem reais gerais no mundo, correspondendo mais ou menos precisamente com as nossas idéias. O mundo então não é limitado a particulares. É também constituído por leis”. A perspectiva nominalista, de modo diverso, advoga, que “idéias gerais não existem nem mesmo na mente, uma vez que não há nada na mente que não venha da experiência, e à medida que nós só temos experiências dos particulares, não pode haver gerais em nossa mente”(ibid.p.8).

Scotus somou consideravelmente à linguagem da lógica. É sua invenção a palavra realidade, e realidade é aquele modo de ser em virtude do qual a coisa real é como ela é, sem consideração de qualquer mente ou qualquer coleção definida de mentes possam representá-la ser (CP 8.12 apud Ibri 1992, p.25).

Neste outro momento, a alteridade adquire novamente centralidade na concepção peirceana de realidade associando-se a segunda categoria do autor (CP 3.325):

Na idéia de realidade, a Secundidade é predominante, pois o real é aquilo que insiste, forçando seu modo de ser à reconhecimento como alguma coisa outra que não uma criação da mente. (Lembrem que antes da palavra francesa segundo ser adotada na nossa língua, ‘outro’ era meramente o número ordinal correspondente ao dois.) O real é ativo, nós compreendemos isso, ao chamá-lo de ‘atual’. (Esta palavra é devida ao uso Aristotélico de *energia*, ação, significando existência, em oposição a um mero estado germinativo.

Para Peirce, o real é um outro em relação a uma mente e suas criações, é algo que se força sobre essa mente. A realidade não é uma criação mental: sonhos, ficções, não estão sob seu domínio. Sonhos e ficções teriam o estatuto de criações humanas, representações, não se constituindo, portanto, enquanto reais, por não apresentarem aquele elemento de alteridade característico da concepção peirceana de realidade.

Peirce, na passagem citada, atém-se à etimologia da palavra outro, relacionando-a ao ordinal dois, reforçando a relação entre segundidade, alteridade e realidade, ou seja, o dois é um outro, é algo exterior e real que se força a uma mente.

Ao atentarmos mais apuradamente para a descrição de Peirce acerca da primeira faculdade fenomenológica, parece ser possível notar, conforme sugeríamos, reflexos do realismo do autor, particularmente aquele elemento de alteridade já destacado, bem como uma articulação com a orientação realista observada em alguns movimentos artísticos oitocentistas:

A primeira e a mais notável é aquela rara faculdade, aquela faculdade de ver o que está diante dos olhos, não substituído por nenhuma interpretação, não adulterado por qualquer acréscimo, sem concessão a esta ou aquela pressuposta circunstância modificadora. Esta é a faculdade do artista que vê as cores aparentes da natureza como elas aparecem. Quando o chão está coberto de neve sobre a qual o sol cintila brilhantemente, exceto aonde as sombras caem, se você perguntar a qualquer homem comum que cor parece ser esta, ele lhe dirá: branco, puro branco, mais branco à luz do sol, um pouco mais acinzentado à sombra. Mas isto não é o que está diante de seus olhos, é aquilo que ele está descrevendo; é a teoria do que deveria ser visto. O artista dirá a ele que as sombras não são cinzas, mas de um insípido azul e que a neve sob a luz do sol é de um rico amarelo. O poder observacional do artista é aquilo

que é mais requerido para o estudo da fenomenologia (CP 5.42).

Marques (2005, p.90) observa que na descrição da primeira faculdade fenomenológica é possível perceber ecos do credo impressionista assinalado por Gombrich de que “se confiarmos em nossos olhos, e não em nossas idéias pré-concebidas sobre como as coisas devem parecer, de acordo com as regras acadêmicas, faremos as mais excitantes descobertas” (Gombrich 1985, p.406 apud Marques, 2005 p.90).

Como sublinha Argan (1999, p.76) embora o impressionismo não apresentasse um programa preciso, os artistas que faziam parte do movimento, que surgiu em Paris entre as décadas de 1860 e 1870, concordavam em relação a certos pontos. Um deles é especialmente importante aqui, trata-se da “orientação realista”, já presente em Courbet, considerado muitas vezes um precursor do movimento.

Argan refere-se ao pintor francês, logo no início de seu tópico sobre o impressionismo. Como explica, em 1847, Courbet anuncia um programa que se caracterizaria pelo “realismo integral” e por uma “abordagem direta da realidade, independente de qualquer poética previamente constituída”. Tratava-se de enfrentar a realidade sem concepções anteriores, nas palavras de Argan, de “libertar a sensação visual de qualquer experiência ou noção adquirida e de qualquer postura previamente ordenada que pudesse prejudicar sua imediaticidade” (ibid.p, 75).

A questão do instante, central neste capítulo, pode ser percebida, de antemão, no impressionismo. Como lembra Gombrich (1985, p.410), Monet propunha que as pinturas fossem feitas em frente do “motivo”. Os impressionistas trabalhavam geralmente ao ar livre, sob a luz do sol. Atentavam para as constantes variações de luminosidade, para o aspecto mutável da natureza, que era, então, observada diretamente. Na tentativa de capturar a fugacidade do momento, determinada incidência da luz sob os objetos, a pintura ganhava pinceladas rápidas, numa abordagem que contrariava muitos dos críticos do período.

Uma maior aproximação entre a representação e a realidade seria alcançada nos oitocentos pela fotografia¹⁹, capaz de capturar aquele instante fugidivo que escapa ao próprio olhar. Como nota Argan, muitos impressionistas utilizaram sem problemas materiais fotográficos, uma vez que a fotografia torna visíveis inúmeras coisas que o olho humano não consegue captar.

Além disso, a fotografia parece ter levado a uma transformação do olhar, tornando-o mais agudo – fazendo-o romper, ao menos por alguns momentos, com aquela atitude blasé, a qual nos referíamos. Como bem diagnostica o fotógrafo–narrador da narrativa de Cortázar, “As babas do diabo”:

¹⁹ Esta maior proximidade entre a representação e o objeto, não implica, contudo que as fotografias, não tenham caráter interpretativo. Como sublinham Santaella e Noeth (1998, p.127) as fotografias não são “meros espelhos mudos e inocentes daquilo que flagram, nem são habitantes de um reino paralelo à realidade”. Os autores enfatizam, que as fotografias podem transfigurar o real, alteram a nossa apreensão da realidade, como também se agregam a esta realidade, tornando-a mais complexa. Sontag também salienta o caráter interpretativo da fotografia, ressaltando que estas constituem interpretações do mundo como qualquer forma de arte (1997, p.180).

Quando se anda com a câmera tem-se o dever de estar atento, de não perder este brusco e delicioso rebote de um raio de sol numa velha pedra, ou a carreira, tranças ao vento, de uma menininha que volta com o pão ou uma garrafa de leite. (Cortázar, 1994, p.63) ²⁰.

Na primeira faculdade fenomenológica concebida por Peirce podemos notar uma afinidade com esta orientação realista que estava em Courbet e nos impressionistas. Uma aproximação ao objeto real, flagrante na fotografia. Talvez seja possível pensar num jogo de influências recíproco. Não apenas certas correntes artísticas do período parecem repercutir no pensamento peirceano, mas possivelmente Peirce, enquanto um praticante de ciências experimentais, astronomia, química e geodésia, como um filósofo realista, e um pensador particularmente atento ao método das ciências²¹, ao pensar as artes o fazia a partir dessas outras esferas do conhecimento.

²⁰ Não se pode negar, evidentemente, que um fotógrafo possa estar atento a apenas um tipo de imagem, imagens chocantes, imagens de guerra, negligenciando aquelas que não se enquadram nos seus objetivos. Entretanto, de forma geral, parece-nos válido o comentário do personagem de Cortázar, “quando se anda com a câmera tem-se o dever de estar atento” (Cortázar, 1994, 63).

²¹ Peirce refere-se a quatro métodos a partir dos quais o homem é capaz de chegar à fixação de suas crenças, entendendo estas últimas, como hábitos que moldam as ações. Em sua perspectiva, embora não seja o único caminho para a fixação das crenças, o método científico é aquele mais bem fundamentado, apoiado na realidade externa das coisas que independe de nossa vontade e que, portanto, pode ser verificada por qualquer investigador, ou seja, os resultados das pesquisas científicas podem ser submetidos à crítica de toda a comunidade (1998 p.71). Embora reitere a importância da observação e da experimentação na pesquisa científica, sua concepção de experimento é flexível: “(..) não estou tomando experimento no sentido estrito de uma operação pela qual se variam as condições de um fenômeno quase a nossa vontade.(...) Um experimento, diria Stöckhardt, em seu excelente, *School of Chemistry*, é uma pergunta que se faz à natureza. Como todo interrogatório, baseia-se numa suposição. Se esta suposição estiver correta, cabe-se esperar um certo resultado sensível que é possível criar ou com as quais, de qualquer forma, haverá encontro” (Peirce, 1999, p.168).

Como pondera Gombrich, “pintar aquilo que se vê” é uma idéia já presente na Renascença. Contudo, com o passar do tempo, percebeu-se que as convenções artísticas configuravam-se como resistências àquele propósito. Os “rebeldes do século XIX”, continua o autor, tentaram fazer então uma limpeza geral destas convenções até que “os impressionistas proclamaram que os seus métodos lhes permitiam representar na tela o ato de visão com exatidão científica” (1985, p.446).

Gombrich (ibid.) sublinha os limites de um propósito como esse, enfatizando que é muito difícil separar aquilo que vemos daquilo que conhecemos. A nossa visão é, em sua perspectiva, modelada pelo conhecimento daquilo que se vê.

Como já enfatizamos, Peirce, ao tematizar a percepção, está atento para o fato de que esta envolve conhecimentos prévios. Em nossa perspectiva, o que o filósofo almejaria com sua fenomenologia, um estudo desprovido de pressuposições ou aquilo que persegue na primeira faculdade fenomenológica, ver o que está diante dos nossos olhos, sem que aquilo que é alvo de nossa atenção seja modificado, sem que teorias prévias impregnem o objeto, parece ser mais uma busca por objetividade na pesquisa fenomenológica, evitando construções nas quais o fenômeno se desfaz, à medida que se dá atenção apenas aquilo que se pensa sobre ele.

8. As categorias peirceanas

Atenhamo-nos, então, às categorias de Primeiridade, Secundidade e Terceiridade, sob o ponto de vista da experiência. Na passagem que se segue Peirce parece sintetizar aquilo que entende por primeiridade em termos da interioridade de um indivíduo:

O presente é o que é, não determinado pelo ausente, passado e futuro. É como tal ignorando qualquer outra coisa. Conseqüentemente, não pode ser abstraído (...) porque o abstraído deve ao concreto o ser que tem (...). Imaginemos uma consciência, onde não existe nenhuma comparação, relação, nenhuma multiplicidade reconhecida, nenhuma mudança.(...) Tal consciência pode ser simples odor, digamos, de essência de rosas; ou uma contínua dor de cabeça, poderia ser o som lancinante de um eterno silvo. Em suma, qualquer qualidade de sentimento, simples e positiva, caberia em nossa descrição daquilo que é tal qual é, absolutamente sem relação com qualquer outra coisa. “Qualidade de sentimento²²” é a verdadeira representante psíquica do imediato em sua imediatidade, do presente em sua presentidade (CP 1.424).

Assim, em termos de nossa interioridade, um estado de primeiridade corresponderia a uma consciência imediata, sem que houvesse qualquer

²² Qualidade de sentimento e sentimento são outras denominações que o autor emprega para se referir à categoria de Primeiridade (Rosenhon, 1974, p.80)

percepção de fluxo temporal²³. Aquele estado, em que não estamos lembrando de fatos do passado ou fazendo projetos futuros. Uma consciência completamente tomada por uma qualidade de sentimento, simples e positiva, “independente de qualquer coisa de outro”, na qual “nenhum pensamento pode ter lugar” ou “qualquer detalhe possa ser separado” (CP 1.306). Esta qualidade pode ser um odor, um sabor, ou uma cor, sem que se atribua esse odor, sabor ou cor a nenhum objeto específico.

Esse tipo de consideração pode gerar alguma indagação. Como falar numa consciência completamente tomada por uma cor, por exemplo, sem que esta cor seja atribuída a um objeto que foi percebido pelo sujeito?²⁴ Peirce parece deixar clara esta questão, quando destaca:

As idéias típicas de primeiridade são as qualidades de sentimento, ou puras aparências. O escarlate do seu libré real, a qualidade ela mesma, independentemente de ser percebida ou recordada, é um exemplo, não quero

²³ O problema da temporalidade na instância da primeiridade é aclarado nestas duas passagens em que o autor analisa uma consciência dominada por um sentimento, consciência de primeiridade: “Por um sentimento eu quero dizer uma instância daquele tipo de consciência que não envolve qualquer tipo de análise, comparação ou qualquer outro processo, nem consiste inteiramente ou em parte em nenhum ato pelo qual um elemento da consciência é distinguido de outro, (uma consciência) que tem a sua própria qualidade positiva (...) então se o sentimento está presente durante um lapso de tempo, está inteiramente e igualmente presente em cada momento deste tempo (...)” (CP1. 306). “Um sentimento, desse modo, não é um evento, um acontecimento, uma ocorrência, desde que uma ocorrência não pode ser algo, a menos que existisse um tempo em que ela não estivesse presente; e então, uma ocorrência não é em si mesma tudo o que ela é, mas é, relativamente a um estado anterior. Um sentimento é um estado que é uma totalidade em cada momento do tempo em que ele dure” (CP 1.307). Depreende-se destas duas passagens que uma consciência de primeiridade, uma consciência que é um sentimento, é totalmente abarcada por este sentimento que está presente em cada momento de um lapso de tempo. Esta consciência não conhece um estado anterior ou posterior, está totalmente imersa no sentimento presente.

²⁴ Aqui também é válido mesmo comentário da nota 16. O problema só se afigura se o fenômeno em questão for algo exterior que aparece à consciência individual, mas este pode ser também qualquer tipo de idéia real ou ficcional.

dizer que você deve imaginar que não o percebe ou não o recorda, mas sim que deve colocar fora de consideração tudo que, não pertencendo à qualidade, lhe possa estar ligado ao percebê-la ou recordá-lo. (Peirce, 1999, p.168-169)²⁵.

Em outra passagem Peirce define sentimento como “nada mais que a sensação *minus* a atribuição dessa sensação a qualquer objeto particular” (CP 1.332). Ou seja, uma qualidade de sentimento assemelha-se a uma sensação, diferenciando-se desta, contudo, à medida que para o indivíduo a que vivencia, o senso de exterioridade, característico das sensações, está ausente. Caso contrário, estaríamos diante de um *não-ego*, que acompanha a percepção e está presente em todas as sensações (CP 1.332). Deste modo, já entraríamos no universo da segundidade.

Talvez possamos sintetizar esta questão da seguinte maneira: o estado de primeiridade é totalmente dominado por uma qualidade de sentimento, negligenciando-se que tal qualidade pode associar-se a um objeto exterior, possivelmente percebido pelo sujeito²⁶.

Essas considerações nos permitem pensar numa associação entre a primeiridade e a contemplação estética, algo que é sugerido pelo autor quando afirma: “Vá lá fora e veja o domo azul do céu. Olhe para aquilo que está presente no olhar do artista. A disposição poética aproxima-se do estado em que o presente aparece como presente” (CP 1.44). Sem dúvida a primeira faculdade do fenomenólogo deve ser pensada aqui como essencial para que este estado em

²⁶ Tendo em vista o comentário da nota 24.

que o presente aparece como presente seja possível, mas como já enfatizamos, neste estado a consciência de exterioridade inexistente. O sujeito pode estar

Talvez entremos numa digressão, que, no entanto, parece-nos extremamente válida por apontar para uma possível aproximação entre a primeira categoria peirceana e o sentimento oceânico, concebido por Romain Rolland, escritor, dramaturgo e musicólogo francês, e comentado por Freud em *O mal estar da civilização*. Isto pode nos ajudar a entender o caráter singular da primeira categoria, além de nos fornecer mais indíc

sentimento oceânico ao sentimento de plenitude característico do eu primário, do latente antes da separação psicológica da mãe”(ibid.).

Retomemos então as considerações de Freud sobre aquela sorte de sentimento, a fim de atentarmos para as características que o aproximam da concepção peirceana de primeiridade.

Mesmo confessando não conseguir perceber em si mesmo o sentimento do tipo oceânico e revelando um certo estranhamento em relação à concepção de Rolland, Freud procura escrutiná-la em seu texto:

Isto equivale a dizer que se trata de um sentimento de um vínculo indissociável, de ser uno com o mundo externo como um todo. Posso observar para mim que isto parece, antes, algo da natureza de uma percepção intelectual, que na verdade, pode vir acompanhada de um tom de sentimento, embora apenas da forma como este se acharia presente em qualquer outro ato de pensamento de igual alcance (ibid, p.10).

A idéia de algo sem fronteiras, de uma unidade sujeito-mundo, desvinculada de qualquer sentido de exterioridade parece se ajustar com precisão à concepção de primeiridade. Mas uma distinção talvez possa ser notada - isto ocorre quando Freud observa que um tal sentimento deve ser algo da natureza de uma percepção intelectual. A primeiridade não tem esta característica, uma qualidade de sentimento não é em si mesma uma percepção intelectual, muito embora qualidades de sentimentos pontuem quaisquer tipos de experiência com maior ou menor proeminência, inclusive aquelas de caráter

intelectual. Este tipo de questão pode ser aclarada por meio da análise das duas passagens que se seguem:

Entre os fenômenos há certas qualidades de sentimento, tais como a cor magenta, o odor de uma essência, o gosto de quinino, a qualidade da emoção ao contemplar uma demonstração matemática perfeita, a qualidade do sentimento de amor. Eu não me refiro ao sentido de experienciar agora esses sentimentos, originalmente, em qualquer memória ou na imaginação. Nesses casos, a qualidade é apenas um elemento envolvido no evento. Mas o que me interessa é a qualidade em si mesma, em si mesmas as qualidades são meros “may-bes”, uma potencialidade, não necessariamente realizada (...) A mera qualidade ou talidade não é uma ocorrência (...) O seu ser consiste em que pode existir tal talidade positiva num fenômeno (CP 1.304).

Em outra passagem o autor destaca:

A primeiridade é exemplificada em toda qualidade de sentimento total. É perfeitamente simples e sem partes e tudo tem sua qualidade. Então a tragédia Rei *Lear* tem a sua primeiridade, o seu sabor sui generis (CP1.531).

Depreende-se da primeira e da segunda passagem que as qualidades de sentimentos estão presentes em tudo, inclusive em obras literárias, ou na matemática.

A qualidade, quando analisada em si mesma, pensada abstratamente, é apenas um poder-ser, ou seja, pode existir uma tal qualidade positiva num fenômeno. Esta consideração, evidentemente, não nega o fato das qualidades de sentimento estarem presentes em qualquer tipo de fenômeno, inclusive naqueles de caráter intelectual.

Talvez seja lícito dizer que uma obra literária ou equações matemáticas, possuidores de qualidades *sui generis*, gerem qualidades semelhantes naqueles que estão em conexão com elas.

Deste modo, podemos concluir que as qualidades de sentimento quando pensadas em termos da interioridade de um sujeito, não dizem respeito apenas a qualidades concernentes a cores, sabores, odores, a qualidades sensíveis, especificamente. Podemos pensar na qualidade específica de uma obra de arte, na qualidade do sentimento de amor, entre tantas outras.

Depois da atenção à distinção entre as duas concepções analisadas, voltemos a Freud. O psicanalista procura investigar se é possível uma situação em que o ego não mantenha fronteiras bem claras e nítidas com aquilo que é exterior e observa que “no auge do sentimento de amor, a fronteira entre ego e objeto ameaça desaparecer. Contra todas as provas de seus sentidos, um homem que se ache enamorado declara que ‘eu’ e ‘tu’ são um só” (Freud, 1997, p. 11).

Observa que também em estados patológicos estas fronteiras podem se tornar incertas. Vai ainda mais além e averiguando o desenvolvimento do indivíduo desde que esse vem ao mundo, destaca que o recém-nascido ainda não consegue distinguir o seu ego do mundo externo – vivenciaria um estado de

primeridade, podemos sugerir. Este estado, contudo, vai sendo rompido, à medida que o bebê percebe que certas fontes de excitação lhe fogem, em particular, o seio da mãe. As fronteiras entre o ego e o mundo exterior continuam a se delinear quando o bebê experimenta sensações de sofrimento. A partir de então procurará isolar do ego aquilo que é fonte de desprazer. Todo esse processo leva à diferenciação entre o que pertence ao ego e o que é exterior, nas palavras de Freud:

Originalmente o ego inclui tudo; posteriormente, separa, de si mesmo, um mundo externo. Nosso presente sentimento de ego, não passa, portanto de um mirrado resíduo de um sentimento muito mais inclusivo – na verdade totalmente abrangente – que corresponde a um vínculo mais antigo entre o ego e o mundo que o cerca (ibid, p.14).

Freud conclui que algumas pessoas poderiam preservar o sentido primário de ego ao lado do sentimento de ego da maturidade. Esse sentimento primário estaria vinculado às idéias de ilimitabilidade e de um vínculo com o universo, idéias presentes no sentimento oceânico ao qual Rolland se referia (ibid.)

O psicanalista deixa claro que para ele é difícil trabalhar com “quantidades quase intangíveis” (ibid.p.20), declara que em si mesmo não consegue descobrir um sentimento deste tipo (ibid., p.10), mas parece reconhecer a possibilidade do sentimento oceânico apresentar-se na vida de

certas pessoas, nesse caso, sua origem remontaria “a uma fase primitiva do sentimento do ego”(p.19)

Freud nega, contudo, qualquer obrigatoriedade de que o sentimento oceânico seja considerado a fonte de uma necessidade religiosa (a tese defendida por Rolland) e sublinha que a origem da atitude religiosa remonta ao desamparo infantil e ao anseio pelo pai (ibid.).

quase sem lhe restar dúvidas, que existem três estados de consciência totalmente diferentes²⁷.

Pensemos, então, naquele estado descrito por Peirce anteriormente (CP 1.424, cf.p.61) em que nossa consciência é tomada única e exclusivamente por uma qualidade de sentimento simples e positiva. Este estado é realmente possível? Marques parece clarificar esta questão quando pondera que, para Peirce, não podemos ter nenhuma autoconsciência desta experiência, ela não envolve nenhuma cognição (2005, p.33).

Isso ocorre à medida que a consciência que experiencia uma qualidade de sentimento o faz sem nenhuma mediação. À medida que é uma experiência cujo próprio reconhecimento encontra-se obliterado, como observa o autor, “pense nela e ela já se foi” ou “apenas lembre-se desta descrição e sua lembrança será falsa” (CP 1.357), não podemos negar ou afirmar sua existência, a não ser que possamos recorrer a outros métodos e não à consciência individual²⁸.

²⁷ Hendrick (1993, p.334) observa que, para Peirce, as categorias “presumidamente podem ser separadas conceitualmente, mas não empiricamente”. Interpretação semelhante podemos encontrar em Potter (1967, p.94), por exemplo, quando o autor assinala: “Um ponto para se lembrar é que as categorias peirceanas nunca podem ser experienciadas na sua pureza(...). Primeiridade, Segundidade, Terceiridade são distinguidas como elementos em cada experiência através da abstração precívia. Certamente, são elementos a partir dos quais uma experiência pode ser analisada, mas elas(as categorias) são apesar disto, inseparáveis”. Passagens como a que acabamos de citar (CP 1.332), contudo, quando o autor declara que experiências individuais o fizeram atentar para três estados de consciência totalmente diferentes nos fazem pensar que Peirce admitia a possibilidade de um estado de primeiridade pura. É justamente isto que Hendrick (1993) vai tentar provar em seu estudo no campo da psicologia experimental, embora a autora saliente que, para Peirce, as categorias não podem ser separadas empiricamente. Não obstante, ela mesma, considera possível tal separação (cf: nota 28).

²⁸ Hendrick (1993, p.333-349) propõe uma experiência perceptual na qual as três categorias pudessem ser distinguidas em intervalos no tempo. A experiência consistiria na apresentação de letras a um sujeito por meio de um taquitoscópio, estendendo-se de 0,000001sec. a 1,0 sec. Até 0,001 sec., o sujeito não apresentaria nenhuma consciência, embora suas atividades fisiológicas estivessem ocorrendo normalmente. A autora considera que de 0,001 sec. a 0,005 sec. haveria

Deste modo, de acordo com Peirce qualquer tentativa de analisar um estado de primeiridade, já extrairia o sujeito daquele instante dominado por uma qualidade de sentimento, tão somente, pois a análise envolve abstração, comparação, generalização, atividades do pensamento alheias à primeiridade.

Deixando a imediaticidade da primeira categoria, a secundidade insere-nos num tempo e espaços delimitados, num mundo que se impõe à experiência humana, revelando ao sujeito que há fatos que escapam à sua vontade. O segundo modo de ser da experiência é, assim, marcado pela idéia de outro, força bruta, que se impõe a um sujeito. Alguns conceitos que se associam à segunda categoria são: alteridade, resistência, dúvida, conflito, ação e reação.

Na passagem que se segue, de carta na qual Peirce explicita a Lady Welby as suas três categorias universais, o autor descreve a passagem de um estado de primeiridade para um estado de secundidade, quando o que prevalece, é a idéia de algo que se força sobre nós, de alteridade.

Imagine que numa noite está sentada sozinha no cesto de um balão, bastante acima da terra, gozando de calma e tranqüilidade absolutas. Subitamente o silvo estridente de uma máquina a vapor percute-a durando algum tempo. A impressão de tranqüilidade era uma idéia de primeiridade, era uma qualidade de sentimento. O silvo

uma experiência de primeiridade mais vaga e depois mais forte, durante a qual se desenvolveria uma fraca consciência em relação ao meio. A partir de 0,01sec. já se iniciaria uma experiência de secundidade (persistindo o elemento de primeiridade), pois neste instante haveria a percepção de que alguma coisa aconteceu. Assim, dentro deste experimento hipotético concebido por Hendrick, uma experiência de primeiridade pura seria possível durante um intervalo de tempo. A autora, contudo, não chegou a realizar o experimento. Provavelmente, estudos futuros no campo das neurociências possam chegar a uma comprovação ou não do estado de primeiridade pura.

percutante não lhe permite pensar em fazer algo, mas tão-somente sofrer. Portanto, isto é também absolutamente simples. Outra primeiridade. Mas a quebra do silêncio pelo ruído foi uma experiência. Na sua inércia uma pessoa identifica-se com o estado de sentimento antecedente, para ela um novo sentimento que advém é um não ego. Tem uma consciência a duas faces: ego e não ego (Peirce, 1999, p.170).

Por fim, adentra-se no território da terceiridade, onde se processa a experiência de mediação entre um primeiro e um segundo, extensa no tempo e mantendo um vínculo com o passado e o futuro. A mediação traduz-se numa consciência de síntese, que traz consigo a idéia de pensamento e aprendizagem.

9. Instantes

Em meio à turbulência sem precedentes do tráfego, barulho, painéis, sinais de trânsito, multidões que se acotovelam, vitrines e anúncios da cidade grande, o indivíduo defrontou-se com uma nova intensidade de estimulação sensorial. A metrópole sujeitou o indivíduo a um bombardeio de impressões, choques e sobressaltos (Singer, 2001, p.388).

Esta descrição de Ben Singer indica-nos que viver em uma metrópole é uma experiência, ou um conjunto de experiências, em que a segundidade é absolutamente relevante. Quando Simmel enfatiza que a vida dos habitantes

metropolitanos é marcada por impressões súbitas e estímulos contrastantes, ou, quando este mesmo autor nos diz que a individualidade dos fenômenos é incompatível com o princípio pecuniário, revela-nos uma existência em que a proeminência ora da secundidade, ora da terceiridade é flagrante. Os dois aspectos da vida metropolitana, descritos por Simmel, contrastam com o olhar do artista que vê realmente o domo azul do céu, com as situações atreladas à primeira categoria, enfim.

Se a metrópole parece se constituir num território de choques e sobressaltos, ou de puro calculismo, a idéia de uma consciência imediata, uma consciência total, em que não há nada que se força sobre nós, consciência completamente tomada por uma cor, um sabor, pela qualidade de amor, ou mesmo por uma dor, porque os exemplos de Peirce de primeiridade não são sempre positivos, enfim, uma tal consciência pode ser pensada como algo extremamente atrativo, para aqueles que, ao viverem nos grandes centros, estão boa parte do tempo submetidos ao choque, às multidões que se acotovelam, ao cálculo sem limites. Mesmo que esta consciência ocorra por um simples lapso de tempo (cf: nota 13).

A contemplação estética associada à primeiridade pode ser pensada como uma ruptura ao caos urbano, ou à incapacidade que teríamos, diante da economia pecuniária, de nos determos na individualidade dos fenômenos.

Uma situação de pura contemplação parecia ser rara nos oitocentos, como nos indica o conto de Poe, “The Predicament”, ou a poesia de Baudelaire (1985), em “O relógio”²⁹ (*L’Horloge*):

Relógio!deus sinistro, hediondo, indiferente,
Que nos aponta o dedo em riste e diz: “Recorda!”
A dor vibrante que a alma em pânico te acorda
Como num alvo há de encravar-se brevemente;

Vaporoso, o Prazer fugirá no horizonte,

²⁹ No original em francês(Baudelaire, 1985, p.312):

Horloge! dieu sinistre, effrayant, impassible,
Dont le doigt nous menace et nous dit : "Souviens-toi !"
Les vibrantes Douleurs dans ton coeur plein d'effroi
Se planteront bientôt comme dans une cible;

Le plaisir vaporeux fuira vers l'horizon
Ainsi qu'une sylphide au fond de la coulisse;
Chaque instant te dévore un morceau du délice
A chaque homme accordé pour toute sa saison

Trois mille six cents fois par heure la Seconde
Chuchote: Souviens-toi!- Rapide, avec sa voix
D'insecte, Maintenant dit : Je suis Autrefois,
Et j'ai pompé ta vie avec ma trompe immonde!

Remember! Souviens-toi! Prodigue! Esto memor!
(Mon gosier de métal parle toutes les langues.)
Les minutes, mortel folâtre, sont des gangues
Qu'il ne faut pas lâcher sans en extraire l'or!

Souviens-toi que le Temps est un joueur avide
Qui gagne sans tricher, à tout coup! c'est la loi,
Le jour décroît; la nuit augmente; souviens-toi!
La gouffre a toujours soif; la clepsydre se vide,

Tantôt sonnera l'heure où le divin Hasard,
Où l'auguste Vertu, ton épouse encore vierge,
Où le Repentir même (oh! la dernière auberge!),
Où tout te dira : Meurs vieux lâche! il est trop tard!

Como uma sílfide por trás dos bastidores;
Cada instante devora os melhores sabores
Que todo homem degusta antes que a morte o afronte (...)

Nas duas situações, o tempo está marcado pela incidência do capitalismo moderno que devora os melhores sabores, impedindo a contemplação e o deleite.

Há uma passagem no trabalho de Rosensohn (1974) que nos chamou particularmente a atenção, uma vez que vai ao encontro de nossas hipóteses. Partindo da idéia de que o elemento estético encontra-se distorcido, o autor estabelece uma dura crítica à sociedade capitalista, aos espaços urbanos, ao consumo e conclui que não é uma idiossincrasia de Peirce, a ênfase do autor na primeiridade. Verifiquemos os comentários de Rosensohn:

Os lugares que os homens constroem para viver hoje em dia, a maior parte deles nas cidades e em seus arredores, são edificadas em linhas não estéticas, linhas quase funcionais. Em grande parte, isto é obviamente o resultado de fatores econômicos. Mas o efeito desumanizador das multidões, da sordidez comercial, dos espaços estreitos, da falta de luz e de visões da natureza passa, em grande medida, despercebido, embora sentido. Viver na ausência da dimensão estética torna-se algo abstrato. Para muitos, na sociedade capitalista, pelo menos, a beleza é uma criação feita para ser comprada e vendida. Isso inclui roupas, cosméticos, tanto quanto objetos de arte. O pão deveria ser uma commodity nesta sociedade, levando-se em conta a

natureza da mesma. Que a estética deva ser um item de permuta é resultado de uma não compreensão das potencialidades do homem, das relações entre os homens e deste com o meio ambiente. Então, a ênfase de Peirce na primeiridade não é uma idiossincrasia pessoal como seu gosto por vinhos foi considerado por seus colegas de Cambridge. De todos os aspectos da experiência, este é aquele ao qual se dá menos atenção, embora o mais próximo dos olhos (Rosensohn 1974:82)³⁰.

Essa passagem corrobora com a tese de que a primeiridade pode ser pensada como um contraponto à existência nos grandes centros. Para Rosensohn existe uma distorção do elemento estético nestes espaços e o destaque que Peirce dá à primeiridade, categoria associada à estética³¹, atrela-se aos problemas da existência na sociedade contemporânea.

A concepção de primeiridade parece aproximar-se daquilo que Leo Charney (2001) observa nos oitocentos, a valorização do instante, proposta pela primeira vez, por Walter Pater, no prefácio e na controversa conclusão³² de seu

³⁰ Grifos nossos.

³¹ A primeiridade como já enfatizamos é a categoria daquilo que é novo, fresco, original, daquilo que é dado imediatamente à consciência. Essas são propriedades notadamente estéticas e associadas às obras de arte. Além disso, a Estética é, para Peirce, a disciplina que fornece o ideal, o chamado *summum bonum*, que deveria guiar a ação e o pensamento humano. Na descrição que Rosensohn perfaz da sociedade contemporânea a falta do elemento estético, revela-se enfaticamente na arquitetura e parece ser fruto de um pensamento que preso apenas às considerações de caráter econômico e utilitarista afasta-se de um ideal a guiá-lo.

³² *Studies in the History of Renaissance* foi publicado pela primeira vez no ano de 1873. Quatro anos depois, em 1877, o livro sairia com outro título: *The Renaissance: Studies in Art and Poetry*, com a conclusão removida. Pater é apontado por Mucci (2004, p.17), como o pai do esteticismo na Grã-Bretanha. Esta estética finisseclar, reconhecida pelo emblema *l'art pour l'art*, alça a arte como valor supremo, concebendo-a autônoma e completamente independente de questões religiosas, sociais, políticas, entre outras. Defende-se “a arte pela arte”, distanciada de todo o resto. Mucci concebe o esteticismo como uma reação à crescente ascensão da

livro *Studies in the History of Renaissance*, obra publicada inicialmente em 1873.

A categoria do instante como marcador distintivo da resposta sensorial não se restringe na reflexão de Charney, à obra de Pater, reaparecendo em Walter Benjamin, Martin Heidegger e Jean Epstein.

Sobre o conceito do instante identificado por estes quatro autores, Charney comenta:

Em meio a esse ambiente de sensações fugazes e distrações efêmeras, críticos e filósofos procuraram identificar a possibilidade de experimentar um instante. Essa experimentação, nesses contextos, significou sentir sua presença, vivendo-o por completo. O instante existe na medida que o indivíduo experimenta uma sensação imediata e tangível. Essa sensação é tão intensa, tão fortemente sentida, que esvaece assim que é sentida pela primeira vez (...). O conceito de instante forneceu um meio de fixar o momento da sensação, no entanto esse esforço inevitável teve que confrontar o fato inevitável de que nenhum instante poderia permanecer fixo. Tal dilema conduziu esses autores a dois conceitos interligados que definiram suas investigações o moderno como momentâneo: o esvaziamento da presença estável pelo movimento e a resultante separação entre a

Interessa-nos, prioritariamente, ressaltar a proximidade entre a concepção de primeiridade e o instante, tal qual foi tratado por Pater. Mas apresentaremos, mesmo que brevemente, uma síntese das reflexões de Charney, sobre a categoria do instante nas formulações dos outros três autores mencionados.

De acordo com Charney, na obra de Heidegger, *Ser e tempo*, a categoria do instante aparece articulada à visão, ao instante da visão propriamente, momento no qual temos a sensação de estarmos presentes no presente. Essa sensação, como enfatiza Charney, “marca o local do êxtase, beatitude, arroubo” (Charney, 2001, p.390).

No instante da visão nada pode ocorrer, ele nos escapa antes que possamos reconhecê-lo. Disso resulta que “a cognição do instante e sua sensação nunca podem habitar o mesmo instante” (ibid, p.389). Estamos assim impossibilitados de um estar presente consciente no presente. O reconhecimento do presente, só se faz quando este se torna passado. O presente está para sempre perdido, porque a sua “presença nomeia uma categoria da consciência, ela existe mediante a capacidade de reconhecê-la” (Charney, 2001, p.389), mas como a sensação e a cognição não podem ocupar o mesmo lugar no tempo, vivenciamos uma situação de deriva do presente que, como nos informa Charney, “seria parcialmente redimida caso fossem valorizadas as respostas sensoriais, corporais e pré-rationais que retêm a prerrogativa de ocupar um instante presente” (ibid.).

Em Benjamin, seguindo a abordagem de Charney (ibid., p.394-395), o instante é definido pelo choque e associado às mudanças repentinas do cinema e da vida moderna. O choque permitiria ao sujeito o reconhecimento da presença do presente. “Na presença imediata do instante, o que podemos fazer – a única coisa que podemos fazer – é senti-lo. A presença do instante pode ocorrer somente na sensação e como sensação. No entanto, esse presente, já está ao mesmo tempo sempre indo embora” (ibid.,p. 395).

O instante sensório e seu esvaecimento seriam particularmente evidentes no cinema, de acordo com Charney. Jean Epstein, cineasta e teórico francês, teria conseguido capturar esta problemática do tempo na modernidade, através daquilo que chamou de fotogenia – “fragmentos fugazes da experiência que forneciam prazer de um modo que o espectador não conseguia descrever verbalmente ou racionalizar cognitivamente” (ibid.). A essência do cinema, para Epstein, não residia na narratividade, mas em “momentos evanescentes de sensações fortes que certas imagens forneciam” (ibid.). A fotogenia é identificada pelo teórico em imagens de movimento e também em instantes que proporcionam ao receptor a desfamiliarização. Este tipo de experiência está atrelada ao fato de que o objeto visto na tela, sob um novo contexto, acaba por tornar-se um novo objeto. O cinema permitiria assim um novo olhar, mesmo que estivéssemos diante de objetos que são reproduzidos sem grandes interferências da câmera.

Para Epstein, o presente também está sempre se esvaindo, está sempre em mutação e apenas o cinema seria capaz de representá-lo em seu aspecto mutante.

Essas considerações nos fazem pensar que ao mesmo tempo em que os meios de comunicação colaboram para criar uma atmosfera de hiperestimulação, o cinema, bem como a fotografia e também a pintura impressionista, conforme assinalamos anteriormente, (embora neste último caso, não se trate de um meio de comunicação de massa) almejam ou são capazes de capturar o instante fugidio.

Para Benjamin, Heidegger, Epstein, o instante está articulado à intensidade sensorial que só pode ser sentida, distinguindo-se de uma instância cognitiva.

Situação similar é verificada naquele autor que, de acordo com Charney, propôs pela primeira vez a categoria do instante, vinculando-a à resposta sensorial – o esteta inglês Walter Horatio Pater.

Neste trecho da Conclusão de *Studies in the History of Renaissance*, a separação entre o instante da sensação e a instância cognitiva é claramente demarcada:

E se continuarmos a morar no pensamento deste mundo, não aquele dos objetos na solidez com que cada língua os toma, mas em impressões movediças, tremeluzentes, inconsistentes que queimam e são extintas quando tomamos consciência delas (...) A análise vai um passo à frente ainda e nos assegura que essas impressões da mente do indivíduo para a qual, para cada um de nós, a experiência murcha, estão em perpétuo vôo; que cada

uma delas é limitada pelo tempo, e como o tempo é infinitamente divisível, cada uma delas é infinitamente divisível também; tudo o que é atual nela é o momento singular, que se esvai enquanto tentamos apreendê-lo sobre o qual talvez seja mais verdadeiro dizer que já se foi, do que realmente é (Pater, 2005, p.153).

A categoria do instante está em Pater claramente vinculada à fruição artística e ao prazer momentâneo resultante desta fruição. Assim, escreve no trecho final de sua controversa e inspiradora Conclusão: “A arte chega até você prometendo com franqueza oferecer a mais alta qualidade aos seus momentos à medida que eles aconteçam e simplesmente em benefício desses momentos”.

Mas a fruição e o prazer dela derivados parecem não estar circunscritos aos objetos artísticos. No Prefácio, de *The Renaissance Studies in Art and Poetry*, escreve:

La Gioconda, as colunas de Carrara, Pico della Mirandola, são valorosos por suas próprias virtudes, como afirmamos ao falar de uma erva, uma jóia, um vinho; cada um deles têm a propriedade de nos afetar com uma especial e singular, impressão de prazer (Pater, 2005, p.2).

A concepção de primeiridade, como já salientamos não pode ser igualada à sensação. Muito menos ao choque, ao qual se refere Benjamin. Para Peirce, sentimento é uma sensação sem a atribuição dessa sensação a qualquer objeto, como já enfatizamos (CP 1.353). Embora possa partir da contemplação

de algo exterior, no estado de primeiridade não se tem consciência desse processo (cf: p.28-29).

A primeiridade também não se associa ao hedonismo e ao esteticismo de Pater, ou ao sentido do êxtase em Heidegger. Mas as aproximações existem. A idéia de vivenciar um instante intensamente encontra correspondência na concepção de primeiridade à medida que nesses estados o indivíduo é dominado por uma qualidade de sentimento una, total, inseparável. É como se todo o universo se reduzisse a um certo odor, dor, sabor.

Da mesma forma em que se lida com a constatação de que o instante em sua intensidade não pode permanecer fixo, também Peirce enfatiza que um estado de primeiridade é constantemente rompido pelos fatos que se impõem sobre nós ou por qualquer pensamento. A separação entre o instante que sente e o momento da cognição parece corresponder à distinção entre a primeira e a terceira categorias peirceanas. Como enfatiza Peirce separando a primeiridade do momento da cognição: “A idéia do instante presente, o qual, quer exista ou não, é naturalmente pensado como um ponto no tempo no qual nenhum pensamento pode ter lugar ou qualquer detalhe pode ser separado” (Peirce, 1999, p.169).

Parece haver em todos esses autores uma busca por aquilo que é o presente na sua imediaticidade, uma procura que parece articular-se a própria sensação de alienação do tempo à medida que este é permeado pelo excesso de estímulos. É preciso então isolar o instante, vivê-lo intensamente. Em Peirce não estaríamos ainda diante de uma sensação, mas apenas de uma qualidade de

sentimento. Para Heidegger, Epstein, Benjamin e Pater, a sensação permitiria a vivência destes momentos.

A categoria do instante está na obra de Pater profundamente vinculada à contemplação estética, mas não é reduzida a esta, como apontamos. Peirce também vincula a contemplação estética à primeira categoria, como se observa na passagem já citada, na qual o autor sugere: “Vá lá fora e veja o domo azul do céu. Olhe para aquilo que está presente no olhar do artista. A disposição poética aproxima-se do estado em que o presente aparece como presente” (CP 1.44), do estado de primeiridade, em suma. Mas Peirce também nos fornece inúmeros exemplos de uma consciência de primeiridade que não estão necessariamente ligados à disposição poética. Na realidade, para o autor toda experiência teria elementos das três categorias, mas evidentemente, dependendo da situação, uma delas aparece em proeminência.

Deste modo, mesmo no olhar poético também existe comparação, abstração, generalizações, atividades do pensamento que, de acordo com o autor, estariam ausentes de um estado de primeiridade. Aquilo que Peirce parece estar querendo destacar na passagem que acabamos de mencionar é que a primeiridade é dominante na disposição poética. Mas isto não pode implicar a negação da existência de elementos de segundidade e de terceiridade no olhar do artista, à medida que este evidentemente realiza generalizações e experiencia conflitos.

Há ainda um problema a enfrentar. Trata-se da questão do prazer. Em Pater a categoria do instante está associada ao prazer que as obras de arte têm

de gerar no indivíduo que as contempla. Para Peirce, prazer e dor não são exatamente qualidades de sentimento, mas sentimentos secundários ou generalizações de sentimentos (EP 2.379). Como generalizações de sentimentos já nos remetem a uma consciência de terceiridade, a uma cognição propriamente e não a uma consciência imediata.

A qualidade de sentimento em Peirce e a sensação em Heidegger, Benjamin, Epstein e Pater, são estados que parecem permitir a vivência do instante na sua intensidade, não deixando o indivíduo levar-se, irremediavelmente, pelo fluxo contínuo de informações que permeiam a vida nos grandes centros. São brechas, rupturas a uma hiperestimulação que exaure.

As proximidades entre as concepções formuladas por Peirce e as idéias de alguns de seus contemporâneos, levantadas ao longo deste capítulo, serão acrescidas, na próxima etapa do trabalho, ao diálogo que o autor trava com um dos temas capitais do século XIX, a evolução.

Capítulo 3 - Evolução

“Sugiro que o verdadeiro espírito darwiniano possa salvar este nosso depauperado mundo, ao negar-lhe um dos temas favoritos da arrogância ocidental - o de que fomos designados para controlar e dominar a Terra e a vida nela existente porque somos o mais elevado produto de um processo preordenado”.

Stephen Jay Gould.

1. Introdução

A teoria da evolução de Darwin, um dos temas centrais do século XIX, produziu uma profunda mudança na visão de mundo do homem ocidental, fazendo-o constatar a não plausibilidade tanto do criacionismo, como do antropocentrismo. Todas as formas de vida descendem de um ancestral comum. Nem a Terra é o centro do universo, como já o comprovara Copérnico, nem o homem o ponto crucial ou o fim último da história da vida.

Neste capítulo nos deteremos nesse tema crucial do século XIX, procurando examinar o rico diálogo que Peirce estabelece com o assunto, que, aliás, esteve longe de se circunscrever às discussões internas da biologia. Como procuramos sublinhar no primeiro capítulo, a partir das considerações de Hobsbawn (2005, p. 359), à medida que colocou a espécie humana como qualquer outra no esquema evolutivo, Darwin rompeu com as rígidas linhas divisórias existentes entre as ciências humanas e as ciências naturais e a

discussão que Peirce estabelece com o tópico parece se inscrever nesta quebra de limites que o modelo explanatório darwiniano propiciou.

A teoria da evolução darwiniana repercutiu na obra de Peirce, em particular na cosmologia deste autor, embora este último não adote em sua totalidade o modelo explanatório do naturalista britânico, faça críticas à teoria da evolução por seleção natural e construa uma explicação para o processo evolutivo do qual procura extrair elementos oriundos tanto da teoria da evolução de Darwin, como do lamarckismo, ou daquilo que denomina uma concepção necessitarista de evolução. Deste modo, ao discutir a evolução do universo, Peirce dialoga com algumas das principais visões sobre o assunto soerguidas em seu tempo e é sobre elas que iremos nos debruçar antes de avaliar suas marcas no pensamento do filósofo e cientista norte-americano.

Embora a evolução, tal qual concebida por Peirce, tenha caráter cosmológico e Darwin e Lamark concentrem-se especificamente na evolução dos seres vivos, em um sentido mais amplo, como sublinha Futuyma (1992, p.7), “a evolução biológica é meramente mudança e, deste modo, é uma idéia de ampla penetração – galáxias, linguagens e sistemas políticos evoluem”. A referência de Peirce a Darwin e Lamark, entre outros autores, quando esboça sua própria perspectiva sobre a evolução, já nos indica, de antemão, o sentido mais abrangente da evolução biológica, bem como a influência dos dois evolucionistas na obra do filósofo norte-americano.

Este estudo realiza um recorte. Da rica cosmologia peirceana, iremos nos deter no diálogo que Peirce trava, sobretudo, com Darwin e Lamark, ao

desenvolver sua própria compreensão acerca do processo evolutivo. Sabemos que isto implica limites na abordagem. Entretanto, parece-nos ser um caminho possível, desde que consigamos desenvolver um exame atento das teorias da evolução biológica propostas por aqueles dois grandes nomes e sejamos capazes de mostrar em que medida as idéias de Peirce se aproximam ou se afastam das propostas darwiniana e lamarckiana.

O exame do pensamento evolucionista dos séculos XVIII e XIX será precedido de uma discussão sobre as origens desse tipo de concepção, para que possamos capturar de uma forma mais apurada a história deste problema científico.

Os trabalhos de Ernst Mayr (1998a; 1998b; 2006) Stephen Jay Gould (2001; 2006) e Patrick Tort (2000; 2004) nos guiarão no percurso pelo pensamento de Darwin. A densa história das idéias da biologia desenvolvida por Mayr (1998a), em um estudo que lhe tomou quase dez anos, foi nossa principal referência para o entendimento das origens e dos desdobramentos do pensamento sobre a evolução. Além dos autores mencionados, valemo-nos, para o desenvolvimento deste tema, também das contribuições de Continenza (2005), Regner (2004), Ayala (1998), Dawkins (2005), entre outros.

Os estudos de Santaella (1992), Pape (1997), Ibri (1992), Hookway (1997), Corrington (1993), Hulswit (s/d), Ventimiglia(2001), Ramalho(2006), além dos escritos do próprio Peirce, em especial o ensaio, *The Evolutionary*

Love³³, de 1893, foram nossas principais fontes sobre o tema da evolução na obra peirceana.

2- Preâmbulos às teorias da evolução

Alguns autores como Tétry (1969, p.61) sustentam que a concepção de evolução remonta à antiguidade grega, tornando-se familiar no século XVIII. Embora não encontre entre os gregos, um pensamento evolucionista propriamente dito, Mayr (1988, p.341-347) percebe em alguns filósofos jônicos elementos promissores e, em Aristóteles, vê a imagem daquele que poderia ter sido o primeiro pensador a desenvolver a teoria da evolução.

Ao buscar indícios de um pensamento sobre a evolução biológica, o autor refere-se a Anaximandro (610 -546 a.C.), discípulo de Tales e a sua famosa explicação para as origens do homem:

Os primeiros animais foram gerados na umidade, e estavam envoltos em cascas espinhentas. Quando cresceram mais, eles migraram para a terra mais seca; e quando a sua casca exterior se fendeu e foi abandonada, eles sobreviveram por algum tempo no novo modo de existência. O homem, para começar, foi gerado de seres vivos de outra espécie, porque, enquanto outros conseguem rapidamente caçar para a sua própria comida, só os homens necessitam de prolongada

³³ A versão para o português deste ensaio de Peirce, realizada por Basílio João Sá Ramalho Antônio (2006), foi utilizada nas citações presentes ao longo do capítulo.

nutrição. Se ele tivesse sido assim desde o princípio, nunca teria sobrevivido. Por isso, os homens foram formados dentro dessas (criaturas pisciformes) e permaneceram dentro delas como embriões, até chegarem ao estado maduro. Então, finalmente, as criaturas rebentaram, e fora delas, vieram os homens e as mulheres, que estavam aptos a se defenderem por si mesmos (Toulmain e Goodfield, 1965, p.36 apud Mayr, 1998, p.342).

Ao analisar as idéias deste filósofo de Mileto, cidade do litoral jônico, Mayr (1998, p.342) nota referências à ontogenia das gerações espontâneas, mas não uma antecipação da teoria da evolução biológica. Esta implica em mudança nas propriedades das populações que transcendem o período de vida de um organismo individual. Não se considera a ontogenia, o desenvolvimento de um indivíduo desde a fertilização do ovo até o adulto, como um processo da evolução (Futuyma, 1992, p.7).

Não é possível sustentar que Anaximandro fosse um evolucionista, como enfatiza Gould, consternando-se com os livros didáticos que assim o fazem (2006 p.199). Na visão fantástica do filósofo milésio, o homem surge a partir do desenvolvimento ontogenético de uma outra espécie. Não obstante, o discípulo de Tales chega a uma conclusão correta, o homem realmente origina-se de outra espécie, através de um argumento brilhante, um *reductio absurdum*, como explica Russell (2001 p.31). A partir da hipótese, de que se homem fosse sempre aquilo que é hoje, deduz-se algo errôneo - não teria sobrevivido. Chega-se então a constatação de que o homem deve ter sido muito diferente, ou

melhor, deve ter se originado de outra espécie. Deste modo, é inegável o *insight* de Anaximandro em relação à origem do ser humano. Ele não o demonstrou, contudo. Darwin o fez. Mas isso demorou quase que 25 séculos para acontecer.

A idéia da geração espontânea, a partir de superfícies úmidas estaria presente também em: Anaxímenes (555 a.C.), Diógenes de Apollonia (435 a. C), Xenófanes (500 a. C) e Parmênides (475 a.C.). (Mayr, 1998, p.342).

Já Demócrito, de acordo com Mayr (ibid.,p.343), traria sugestões iniciais sobre a adaptação. Admirava as adaptações orgânicas sem conceber um agente diretivo.

Em Hipócrates (460-370 a. C) e outros médicos de seu tempo, Mayr (ibid.) salienta a crença de que as diferenças entre os seres humanos eram decorrentes do clima e de fatores regionais. Ressalta, ainda, que eles confiavam também na herança dos caracteres adquiridos e no princípio do uso e desuso.

Para o biólogo (Mayr, 1998a, p.343), duas características fundamentais podem ser observadas nas especulações destes pensadores: os atos de criação são desdeificados, resultam do poder gerador da natureza e não da ação de um Deus. Além disso, trata-se de uma visão sobre as origens não teleológica, “sem um plano ou objetivo subjacentes”.

Como já salientamos, Mayr não percebe nestes primeiros filósofos e cientistas um pensamento evolutivo propriamente dito e sim um questionamento sobre as origens da vida. Argumenta que, para os modernos, tempo implica mud, qu

cíclicas³⁴” (ibid.). Destaca, contudo, que mesmo dispersos, nestes pensadores existiam elementos para o desenvolvimento de um pensamento evolutivo, evidenciado nas idéias de geração espontânea, mudanças no ambiente e na ênfase às alterações ontogenéticas do indivíduo (ibid., p.344).

De acordo com o biólogo (ibid., p.344), este desenvolvimento não ocorreu, uma vez que a filosofia grega, com Parmênides e os pitagóricos, mudaria seu rumo, voltando-se para a metafísica abstrata, a matemática e a geometria. Esta última conduziu a uma busca por realidades imutáveis, ocultas no fluxo passageiro das aparências, o que acarretou no desenvolvimento do essencialismo, filosofia “totalmente incompatível com o pensamento evolutivo”. Seu principal porta-voz foi Platão, a quem o biólogo se refere como o “o anti-herói do evolucionismo”.

Ao seu entender o essencialismo, implicaria na crença de que toda a variedade da natureza era reflexo de um número limitado de essências permanentes. Este tipo de pensamento, de acordo com o autor, era comum até mesmo entre os contemporâneos de Darwin, como Lyell, um dos principais representantes da teoria geológica uniformitarista, para quem, “a natureza consistia de formas imutáveis, cada uma criada num momento definido” (2006, p.41).

Para o paleontólogo Stephen Jay Gould, a perspectiva essencialista, ainda hoje, norteia nosso olhar sobre a evolução (Gould, 2001).

³⁴Parece-nos, que no caso de Heráclito, para quem o universo está em permanente mudança, tal visão não é válida.

Numa abordagem densa e ao mesmo tempo espirituosa, o autor credita ao legado platônico, abordagens que na tentativa de extrair “o ideal isolado ou média como a ‘essência’ de um sistema”, acabam por dar pouco valor aos indivíduos que constituem o todo da população (ibid.,p.65).

Ataca com veemência interpretações que equacionam a evolução ao progresso e retomando o diagrama da árvore, arquitetado por Darwin, nas *Origens* para representar a transformação das espécies vivas umas nas outras, argumenta:

Reconhecendo que o *Homo sapiens*, recitando mais uma vez a velha ladainha, é um pequeno ramo, nascido ainda ontem da árvore da vida com uma infinidade de ramificações, a qual nunca produziria o mesmo conjunto de galhos se replantada a partir da semente. Nós nos agarramos a palha da semente do progresso (ibid, p.50).

Em sua perspectiva, damos atenção apenas a partes da imensa árvore. Poucas criaturas desenvolveram uma complexidade maior ao longo da história da vida, ao passo que outras que eram complexas e bem sucedidas num determinado ambiente, extinguíram-se em função de mudanças externas.

Gould defende, deste modo, que ao se avaliar uma linhagem evolutiva, ou mesmo um grupo ou instituição, deve-se ter em vista todas as mudanças de todos os seus componentes e não um único item, “uma abstração como um valor médio que se desloca numa trajetória linear” (ibid, p.108).

O essencialismo acaba por conduzir, na abordagem do autor, a uma incapacidade de apreender a diversidade dos organismos em sua totalidade, que passa a ser tomada apenas como um desvio de um padrão perfeito. Retornaremos o problema da associação, evolução e progresso, no decorrer do capítulo.

Para Mayr (1998a, 344-245), outros três dogmas platônicos teriam efeitos complicadores para o desenvolvimento do pensamento evolucionista:

1- O conceito de um cosmo harmonioso que dificultaria explicar a evolução, à medida que esta seria entendida enquanto uma perturbação da harmonia.

2- A substituição da geração espontânea pela figura do demiurgo responsável pela criação, o que, posteriormente, conduziria à interpretação cristã da natureza, como fruto de um plano divino. Esta perspectiva seria apresentada pela teologia natural, especialmente vigorosa na Inglaterra oitocentista.

3. A ênfase na alma, como esclarece Mayr: “Quando isso mais tarde coincidiu com os conceitos cristãos, a crença na alma criou grandes dificuldades para o devoto aceitar a evolução, ou pelo menos incluir o homem e sua alma no esquema evolutivo” (ibid.).

Estas três doutrinas, bem como o essencialismo, tanto retardaram o desenvolvimento de teorias evolucionistas, quanto repercutiram, nas interpretações e contestações feitas a Darwin.

Se Platão é o anti-herói, Aristóteles é, na abordagem de Mayr (1998.p.345), o herói em potência. Aquele que considera o fundador da História Natural poderia, em sua perspectiva, ter sido o primeiro a desenvolver a teoria da evolução. O filósofo ateniense era um grande observador e pensava que a natureza passa dos objetos inanimados, por meio das plantas, aos animais, numa seqüência ininterrupta. Deste modo, Aristóteles concebia uma continuidade entre os seres vivos, mas não a transformação de uma espécie em outra, muito pelo contrário, para o Estagirita, as espécies eram fixas.

Além da fixidez das espécies, outra concepção aristotélica, a chamada causa final, seria constantemente retomada nas discussões sobre a evolução e é impossível evitar este intrincado tema neste capítulo, já que, em nosso entendimento, esse parece ser um aspecto importante implicado nas discussões sobre a seleção natural, bem como no pensamento de Peirce sobre a evolução. Diferentemente, da concepção da imutabilidade das espécies, as causas finais aristotélicas não são irreconciliáveis com a perspectiva evolucionista, mas repercutem nas abordagens sobre o tema. Aqui, nos limitaremos à exposição da noção aristotélica de causa final, suas implicações nas discussões sobre a evolução serão tratadas mais adiante.

Em sua *Metafísica*, Aristóteles expõe a doutrina das quatro causas³⁵ – material, formal, eficiente ou motora e final – as quais chega depois do escrutínio das abordagens sobre o tema realizadas por seus predecessores.

³⁵ Detendo-se no sentido de causa para Aristóteles, Reale sublinha: “‘causa’ e ‘princípio’, para Aristóteles, significam o que *fund*a, o que *estrutura*, o que *condiciona*” (2005, p.53)

Analisa as causas diagnosticas por aqueles que filosofaram antes dele, os limites e as pertinências de cada abordagem e sistematiza sua doutrina.

Pellegrin (2005, p.60) salienta que ao propor as quatro causas discutindo as considerações anteriores sobre o tema, Aristóteles já incursionava numa história da filosofia. Além disso, os quatro princípios constituem-se, de acordo com o autor, num dos dois pontos fundamentais da explicação científica aristotélica - o outro é elaborar uma demonstração daquilo que está em questão.

Logo no início do primeiro livro da *Metafísica*, o filósofo salienta que é preciso ir além da constatação empírica, e conhecer o porquê do puro dado, chegar as suas causas, a fim de alcançar conhecimento verdadeiro das coisas (*Metafísica*, A1, 981 a8-b5).

A causa material é aquilo de que uma coisa é feita. Como esclarece ao discorrer sobre os significados de causa: “Causa, num sentido, significa a matéria de que são feitas as coisas: por exemplo, o bronze da estátua, a prata da taça e seus respectivos gêneros” (ibid, quinto 1/2, 1013 a 18-b7). A causa formal é a forma, modelo, ou fórmula essencial das coisas, “a alma para os viventes, determinadas relações para diversas figuras geométricas, a estrutura particular para os diversos objetos de arte” (Reale, 2005, p.54). Já a causa eficiente ou motora é aquilo que provoca a mudança e o movimento das coisas. Nas palavras do Estagirita: “O pai é a causa do filho e, em geral quem faz é a causa do que é feito e o que é capaz de produzir mudança é a causa do que sofre mudança” (*Metafísica*, quinto 1/2, 1013 a 18-b7). Atenhamo-nos, então, à chamada causa final:

Além disso, a causa significa o fim, quer dizer, o propósito da coisa: por exemplo, o propósito de caminhar é a saúde. De fato, por que motivo se caminha? Respondemos para ser saudável. E dizendo isso consideramos ter dado a causa do caminhar (ibid.).

Reale procura sintetizar esse princípio aristotélico:

A causa final constitui o fim ou propósito das coisas e das ações; ela indica aquilo em vista de que ou em função de que cada coisa é ou advém ou se faz, e isso, diz Aristóteles, é o bem de cada coisa (Reale, 2005, p.54).

É preciso sublinhar as últimas palavras do comentarista. Existe uma conexão entre a causa final e o bem, presente no próprio exemplo que Aristóteles nos dá. O *télos*, fim em grego, propósito ou objetivo de caminhar é a saúde, que corresponde ao bem. A ação de caminhar é desde o princípio dirigida a este fim, não é, pois, fortuita, mas uma ação que se realiza em vista de um objetivo.

Pellegrin (2005, p.60-61) enfatiza que as quatro causas não são pontos de vista subjetivos, estas, pelo contrário descrevem conexões efetivas da realidade. Dado um objeto real, a fim de colocarmos em evidência um aspecto deste objeto ou situação, podemos fazer quatro questões relacionadas a ele, quatro demandas que nos indicam os princípios material, formal, motor ou final

do objeto. Chega-se a causa final quando se indaga: “em vista de quê?”, ou “para quê?”

Os quatro princípios, contudo, não “são suficientes para explicar o devir das coisas em sua totalidade”, como nota Reale (2005 p.54). Acima delas está, numa primeira instância, o movimento do sol e dos céus e sobrepondo-se a tudo está o “Movente imóvel ou Deus que age como causa final ou causa motora-final” (ibid., p.55) – o princípio supremo a que estão subordinadas todas as coisas.

Ao abordar o tema do finalismo em Aristóteles, Abbagnano salienta que esta doutrina, para o filósofo, fundamenta-se nas duas teses que se seguem: (1) “Tudo aquilo que é por natureza existe para um fim” (*De an.*, III,12,434 a 31 *apud* Abbagnano 1999, p.458); (2) “O universo inteiro, sua ordem e movimento, estão subordinados a um único fim que é Deus”.

O autor esclarece que baseado nessas duas teses o Estagirita opõe-se à

acrescentado ou retirado. Essa idéia se traduz, no nível dos organismos vivos, por meio de princípios finalistas bem conhecidos: “a Natureza nada faz em vão”, “a natureza sempre realiza o melhor”, “a natureza nada faz de supérfluo”.

O comentarista questiona até que ponto as declarações de Aristóteles são metafóricas ou não e ainda se ele realmente concebia uma natureza provida de intenções. Apesar de não chegar a uma conclusão definitiva sobre o assunto sublinha a necessidade de se ter em vista três limites fundamentais do finalismo aristotélico.

Em primeiro lugar, ressalta que o verdadeiro horizonte do finalismo na natureza não é todo o conjunto de seres vivos e sim cada espécie em particular, que deve então ser “o melhor possível para assegurar a sua sobrevivência”.(ibid. p.66). Esclarece, em seguida, que nem tudo num organismo é pensado por Aristóteles em função de uma causa final. A cor do olho, para o filósofo, seria o resultado exclusivo de causas materiais. Além disso, sublinha que para se ter uma medida correta do finalismo aristotélico é preciso pensar em duas vias explicativas complementares uma mecânica e outra finalista. (ibid.)

Quando se tem em vista uma ação humana, a existência de causas finais, desde que apartadas da idéia de Deus, parecem não suscitar grandes desavenças, embora seja preciso verificar certos limites na conexão entre objetivo, ação e resultado. Podemos ter planos, objetivos e é possível que estes orientem nossas ações, como também é possível que ao adotarmos uma postura letárgica, estes planos permaneçam apenas enquanto tais. Além disso, parece ser correto

observar que uma ação pode ser orientada por um propósito que não se consumará, ou, poderá, inclusive, ter efeito contrário, por exemplo, o esforço

Aristóteles havia dito, "A natureza não faz nada em vão", e nenhum Cristão diria que Deus também o faz. Qualquer alteração que ocorre neste mundo, eles diriam, é devido às causas finais que movem um objeto específico ou um fenômeno em direção a uma meta final (2006, p.50).

Apesar de Aristóteles conceber as espécies como imutáveis, é no Estagirita que Mayr (1998a, p.347) vê os fundamentos de uma biologia evolutiva. Isto é justificado, levando-se em conta que foi ele o fundador da História Natural e que a evolução só pode ser inferida pelas evidências indiretas fornecidas por essa ciência. A evolução não pode ser observada diretamente, como boa parte dos fenômenos físicos. Isto, na realidade, se conformou como um grande impedimento para a sua aceitação, como já diagnosticava Darwin, no derradeiro capítulo de sua grande obra:

Mas a causa primordial da nossa má vontade em admitir que uma espécie deu origem a outra espécie distinta é estarmos sempre lentos em admitir uma grande alteração sem vermos os graus intermediários (...). A mente provavelmente não pode conceber o significado completo do termo "cem milhões de anos", assim como não pode ir somando e apreendendo os efeitos totais de uma seqüência de variações ligeiras, acumuladas durante um número de gerações quase infinito (Darwin 1994, p.347).

3. Preparando o terreno para o evolucionismo

Buffon e Lamarck são provavelmente os principais nomes do evolucionismo antes de Darwin. Ambos nasceram no século XVIII e apresentaram suas propostas concernentes à evolução biológica nos séculos XVIII e XIX. Buffon aborda o tema em sua *Histoire Naturelle*, constituída por tinta e cinco volumes publicados entre 1749 e 1788. A teoria evolucionista de Lamarck, já apresentada em seus pontos essenciais em um curso ministrado pelo autor em 1800, ganha sua forma mais conhecida em *Philosophie zoologique*, em 1809.

Apesar dos avanços de Aristóteles no desenvolvimento da História Natural, o evolucionismo não foi adiante na Grécia Antiga. Tratava-se de uma perspectiva que se conduzia na contramão de uma série de concepções do período, como já mencionamos. A análise proposta por Mayr (1998a, p.348), aponta-nos ainda os limites impostos pela a tradição judaico-cristã, fundada na crença de um Deus todo poderoso que criou o mundo do nada e um dia colocará fim a tudo. Esta criação de acordo com o relato bíblico teria durado seis dias, como sublinha “suficientes para todo tipo de origens, mas insuficientes para qualquer evolução”. Acrescentasse a isto o fato de que fora calculado, a partir das genealogias bíblicas, que o mundo tinha cerca de 4.000 anos, tempo também escasso para a evolução das espécies.

De um modo geral, duas teses maiores da cultura ocidental precisaram ser gradualmente superadas para que emergisse a proposição de uma teoria da

evolução. A crença, arraigada até o fim da Idade Média, em um mundo estático, imutável e de duração limitada, bem como a convicção de que tudo no universo havia sido detalhadamente planejado por um Criador (Mayr, 1998 a).

Seguindo a análise de Koyré (1982, p.26), é preciso notar que embora o Deus das religiões bíblicas seja inspirado no demiurgo platônico, que constrói o universo para o bem, “Platão e As NRú225áÀqHNNRNú22Náá]Kâd5é:HÀqNááÀõõqúA2zÀ.

escolástico e de um autor dos tempos modernos. Por outro lado, não se deve abusar do argumento da continuidade, como esclarece: “as mudanças imperceptíveis em um curto espaço de tempo engendram, em longo prazo, uma diversidade muito nítida”. Ou seja, a *grosso modo*, é possível reconhecer épocas com características peculiares, como também é possível identificar concepções comuns em homens que vivem num determinado tempo.

Parece-nos que o comentário de Mayr deve ser apreendido, dentro dessa perspectiva. A partir dos fins da Idade Média, começa a surgir um contexto menos antagônico ao desenvolvimento do evolucionismo. Isto não exclui o surgimento de figuras ou correntes que se opõem à idéia da evolução (como permanecem surgindo até hoje, especialmente nos EUA³⁶). Ademais, é preciso levar em conta que alguns dos fatores mencionados pelo biólogo isoladamente, como ele próprio ressalta, possam ser contrários ao evolucionismo.

A Reforma Protestante, por exemplo, reforçava a autoridade da Bíblia. Não obstante, o movimento iniciado no século XVI sinalizou uma predisposição a duvidar da tradição, inclusive daquela de cunho religioso. Mas, como sublinha Weber, não se pode esquecer que: “A Reforma significou não tanto a eliminação da dominação eclesiástica sobre a vida de modo geral, quanto a substituição de sua forma vigente por outra” (2004, p.30). Assim, se de um lado, a Reforma nos indica um espírito de questionamento da tradição e da autoridade, por outro acaba gerando uma outra forma de dominação que se imiscuiria em todas as esferas da vida, “até o limite do concebível” (ibid.).

³⁶ Este tema é investigado, entre outros, por Lewotin (2007).

Ao investigar especificamente os avanços científicos que prepararam o terreno para o evolucionismo, Mayr (1998a, p.249-261) reconhece três vertentes fundamentais que se desenvolveriam a partir do século XVII - as ciências físicas, a geologia e a história natural.

A revolução científica das ciências físicas, ao propor a existência de leis gerais governando todos os fenômenos físicos, inclusive os fenômenos funcionais dos organismos vivos, levou gradualmente à mecanização da imagem do mundo, uma maneira de pensar que adentraria também na biologia. Esta perspectiva reduz, em certa medida, o papel de Deus na natureza, que embora permaneça como o Criador, não intervém mais, pelo menos não constantemente, nos fenômenos naturais. Estes passam a ser explicados através das leis, como a lei da gravidade.

Na cosmologia começariam a surgir as concepções de infinitude do espaço e do tempo, bem como a idéia de que o universo estaria em permanente mudança.

De acordo com Mayr (ibid.,p.355) a concepção de que o universo como um todo tinha evoluído só aparece com Kant em uma publicação de 1755, intitulada *Uma história geral da Natureza e uma teoria do firmamento*. Como explica, nesta obra o pensador alemão desenvolve a idéia de que o mundo inicia-se com uma nebulosa caótica que começa a girar formando as galáxias, as estrelas e os planetas. Não se trata mais de um mundo estático, mas em progressão contínua, passando do caos à ordem, num tempo infinito.

Quanto aos avanços da geologia, Mayr (*ibid.*, 356-357) sublinha que várias descobertas do século XVIII em diante reforçavam a imensa idade da terra, tornando incoerente o relato bíblico. O florescimento da história natural, a partir do século XVII também traria mais evidências de que a multiplicidade de espécies não se coadunava com a narrativa bíblica da Arca de Noé.

As pesquisas dos naturalistas indicavam a existência de muitas espécies que ainda não haviam sido descritas. Na realidade, a percepção da biodiversidade, acentuada a partir do século XVII em diante, teve início com as grandes viagens ainda no século XIV. Os naturalistas exibiam um encantamento com a natureza de um modo geral e com as ricas floras e faunas da América, da Austrália, das Índias Orientais e da África, que diferiam grandemente da bionomia da Europa. Tanto o encantamento em relação à natureza, como o interesse pelas espécies características de uma dada localidade são salientes em Darwin, como veremos mais à frente.

Embora os estudos dos fósseis já existissem desde a Grécia Antiga, ganhariam corpo tanto na geologia como na história natural e talvez a constatação mais significativa neste campo seja a de que muitas das espécies encontradas nos restos fósseis haviam sido extintas. Esta descoberta entraria em conflito com o conceito de Deus adotado nos séculos XVII e XVIII, como explica Mayr (1998a, p.367):

Segundo o princípio da plenitude, admitido pela maioria dos melhores pensadores do período, mas particularmente por Leibniz, Deus, na amplitude de sua

mente, criou certamente todas as criaturas possíveis. Mas Deus na sua benevolência, não poderia permitir que alguma das suas criaturas fosse extinta. Desta forma, os restos fósseis de organismos aparentemente extintos colocavam um real dilema para o qual várias soluções foram propostas.

Para o autor (ibid, 126), a forte presença da teleologia natural no pensamento dos naturalistas nos séculos XVII, XVIII e na Inglaterra até meados do século XIX, ao contrário do que se poderia imaginar, trouxe contribuições para o subsequente desenvolvimento da biologia.

A teleologia natural apreendia a natureza como manifestação divina. O finalismo, já presente em Aristóteles seria reforçado e conjugado à idéia de que a criação não havia ocorrido de acordo com o relato bíblico, mas de forma lenta e gradual. O mundo era visto como o melhor dos mundos possíveis para Paley, Leibniz, entre outros.

As leis naturais resultantes do desenvolvimento das ciências físicas

de Deus como as únicas capazes de engendrar a conveniência boa e bela de sua fatura íntima e de sua inserção no seio do universo.

Embora este tipo de visão fosse conflitante com qualquer perspectiva sobre a evolução que invocasse tão somente causas materiais, a teologia natural acabou por desenvolver muito os estudos sobre as adaptações fornecendo material para os futuros desdobramentos da biologia evolutiva. Assim, como anota Mayr:

Quando a mão do Criador foi substituída, no esquema explicativo, pela seleção natural, isso permitiu incorporar na biologia evolutiva, quase inalterada, a maior parte da literatura da teologia natural sobre os organismos vivos (1998a, p.127).

Para o biólogo, a idéia de que a natureza era resultante de um plano divino, teve sua razão até que se concebesse um mundo em evolução, como explica: “o plano era realmente a única explicação possível para a adaptação num mundo ‘criado’, estático” (ibid).

Como veremos, Darwin estudou teologia e durante um certo tempo sua visão de mundo era aquela dos teólogos naturais. O naturalista britânico, contudo, afastou-se das noções associadas a esta disciplina, desferindo, de acordo com Tort (2004, p, 23):

Um golpe mortal no raciocínio teleológico (presente na visão da teologia natural, como mencionamos), cujo propósito incessantemente reativado é o de exaltar o poder total e a inteligência superior de Deus por meio da admiração suscitada pelas maravilhas da “natureza”.

4. Buffon

Louis Leclerc de Buffon (1707-1788) é descrito por Rostand (1967, p.148-149), como um cientista polivalente (físico, matemático, zoólogo, biólogo, geólogo), e também como um escritor inspirado, cujo estilo atraía ao universo científico um vasto público leigo.

Na Notícia Histórica que antecede a quarta edição de sua grande obra, Darwin comenta a respeito de Buffon:

O primeiro que dele (problema da evolução das espécies) tratou nos tempos modernos com espírito científico foi Buffon; todavia, como suas opiniões variam enormemente de época para a época, e não ele não aborda a fundo as causas ou os meios referentes à transformação das espécies, não precisarei entrar aqui em pormenores a seu respeito (Darwin, 1994, p.25).

Neste comentário, Darwin apresenta-nos a um problema da obra de Buffon que posteriormente seria tratado por muitos estudiosos do evolucionismo.

Mayr (1998a, p.372) considera Buffon o pai do evolucionismo, sem, contudo ser, ele mesmo, um evolucionista. Para que esta afirmação possa ser compreendida, é preciso ter em vista que nos trinta e cinco volumes de sua *Histoire Naturelle*, seu autor abordaria muitos dos problemas que seriam posteriormente levantados pelos evolucionistas, apesar de, muitas vezes, combater pontos de vista favoráveis a uma teoria da evolução das espécies, ou de endossar a estabilidade das mesmas.

Na realidade, como esclarece, o estudo da obra de Buffon é muito complexo. Um mesmo tema pode ser abordado em volumes diferentes de sua enciclopédia, escritos em momentos também diversos e levando-se em conta as freqüentes mudanças de ponto de vista do autor, como sublinha Darwin, o intérprete se vê diante de perspectivas realmente contraditórias.

Mayr (ibid, p.371) afirma, contudo, que Buffon estava plenamente cômico da possibilidade de uma descendência comum e que provavelmente foi o primeiro autor a formular com clareza este conceito. Logo em seguida refere-se a célebre passagem, que transcrevemos a seguir:

Não apenas o burro e o cavalo, mas também o homem, os macacos, os quadrúpedes e os animais todos, poderiam ser encarados como constituindo uma mesma família. Se fôssemos admitir que o asno é da família do cavalo, dele diferindo apenas por ter variado a sua forma original, poder-se-ia da mesma forma dizer que o macaco é da família do homem, que ele é um homem degenerado, que o macaco e o homem possuem uma origem comum; que, na realidade, todas as famílias,

tanto plantas como animais, procedem de um único tronco, e que todos os animais são descendentes de um único animal, do qual, no decurso do tempo, e como resultado do progresso e da degeneração, se originaram todas as outras raças animais. Pois, se fosse demonstrado que estamos certos ao estabelecer tais famílias; se fosse garantido que entre os animais e as plantas houve não digo diversas espécies, mas uma só, que tenha sido produzida no curso da descendência direta de uma outra espécie; se, por exemplo, fosse verdadeiro que o asno é apenas uma degeneração do cavalo – então, já não haveria qualquer limite para o poder da natureza, e não estaríamos errados ao supor que, com tempo suficiente, ela foi capaz de, a partir de um único ser, fazer derivar todos os outros seres organizados. Mas isso não é de forma alguma uma representação apropriada da natureza. Estamos certificados pela autoridade da revelação que todos os outros animais participam igualmente da graça da Criação, e que o primeiro par de cada espécie saiu plenamente formado das mãos do Criador (Buffon apud Mayr 1998a,p.374).

O biólogo (1998a, p.374) observa que as afirmações de Buffon poderiam ser interpretadas, como muitas vezes o foram, apenas como uma rejeição pró-forma, a fim de evitar os ataques provenientes dos teólogos. Mas ele próprio considera a passagem mencionada como uma negação à possibilidade de descendência comum.

Rostand (1960, p.149), por sua vez, parece não acreditar que Buffon tivesse consciência em relação à dimensão de sua conjectura. Não obstante, refere-se a um outro intérprete E. Guyénot, para quem Buffon apenas finge repelir sua hipótese para escapar às quizilas da Igreja.

Devemos ter em vista que rejeitando ou não, a hipótese estava formulada, abrindo terreno para futuros pesquisadores debruçarem-se sobre o tema.

É significativo que o primeiro autor a articular a hipótese da evolução tenha vivido em iluministas, quando não só as ciências naturais, mas também a tradição e as hierarquias seriam questionadas, instaurando-se um novo modo de pensar que favorecia a expansão do conhecimento.

Tanto o pensamento de Buffon, quanto o de Lamarck, como aquele de Darwin seriam influenciados por Leibniz.

De acordo com Mayr, duas idéias do pensador afetaram as teorias da evolução. A primeira delas, evidencia-se no enunciado: “tudo na natureza avança gradualmente, e não faz saltos, e essa regra controladora das mudanças faz parte da minha lei da continuidade” (1998a, p.366). O aspecto gradual da evolução será salientado por Lamarck e Darwin. O gradualismo está presente também na concepção peirceana acerca da evolução do cosmos. O outro conceito de Leibniz, o de uma orientação interna para o progresso, senão para a perfeição poderá ser observado em Lamarck. Em Peirce, a evolução também parece ter um caráter progressivo.

A concepção de progresso está em Leibniz, associada a *scala naturae*, já empregada por Aristóteles, seqüência na qual os seres estão dispostos progressivamente, dos mais simples, aos mais complexos, dos inferiores aos superiores. Tal escala baseia-se numa continuidade linear e associa-se ao conceito de plenitude, o qual postula que “todas as coisas que podem existir existem de fato” (ibid, p.367).

Alguns dos trabalhos de Buffon seriam influenciados pelas concepções de Leibniz de plenitude e perfeição, bem como por suas conjecturas relacionadas à evolução (Mayr, 1998a).

5. Lamarck

Com sua constante perspicácia, Gould (2006, p.199) nos alerta para o perigo de separação dos homens da ciência em tolos e heróis. Lamarck, parece ter ficado entre os primeiros nessa divisão bipartite, tornando-se o “vilão da história”, como bem observa Christoffersen (2000, p.44).

A divisão é duvidosa, principalmente porque quando estabelecida depois que uma teoria já foi desacreditada, perde-se, muitas vezes, seu significado no contexto em que surgiu.

Gould (2006, p.270) embora enfatize que “respostas nítidas, definitivas e globais para os problemas da vida” devem ser procuradas em outros domínios que não sejam àqueles da natureza, nota que é possível se sair razoavelmente

bem com questões de porte médio. Logo em seguida adiciona, “Duvido que o lamarkismo volte à baila como uma teoria viável sobre a evolução”.

Aquilo que se designa por teoria da evolução lamarckiana envolve dois princípios que operam conjuntamente, o princípio do uso e desuso e a herança dos caracteres adquiridos, examinados mais à frente. A teoria lamarckiana mostrou-se equivocada, mas isto não deve obscurecer a relevância do cientista e

Mesmo no século XVIII, quando Buffon já se encaminhava para tal feito, ainda persistiam teorias que sustentavam a imutabilidade das espécies, bem como opiniões curiosas e confusas como a de um cirurgião inglês, Dr. Saint Andrew, que, chegou a sustentar, em certa ocasião, que uma mulher havia dado a luz a um coelho, conforme nos informa Rostand (1960 p.150).

Lamarck propôs para as espécies, uma mudança evolutiva lenta e gradual, ajustada às mudanças e as diferentes condições da Terra em sua longa existência.

Ao analisar as idéias mais vigorosas entre os naturalistas no período que Lamarck expõe sua teoria, Mayr (1998a, p.389-394) constata que um problema lhes era recorrente: a extinção das espécies. As evidências da extinção violavam as concepções de plenitude e harmonia da natureza, como também contrariavam a imagem de um Deus benevolente e onipotente. Além disso, a possibilidade de interferência divina direta, não era mais bem vista. Tal conjunto de idéias demandava uma explicação para as extinções, que conseguisse evitar o conflito com as crenças aceitas até então.

A proposta de Lamarck para explicar a mudança evolutiva, de acordo com Mayr, implicaria na idéia de que a extinção era apenas um pseudoproblema, como esclarece:

A plenitude em parte alguma é interrompida, e as espécies estranhas, que só encontramos como fósseis, ainda existem, mas mudaram a tal ponto que já não são reconhecíveis, exceto onde dispomos de uma continuidade de horizontes fósseis e, como diríamos

hoje, de um seguimento evolutivo lento. A mudança evolutiva, dessa forma, era a solução para o problema da extinção. E além do mais, um estudo da evolução se apresentava como um outro caminho para demonstrar a harmonia da natureza e a sabedoria do criador (ibid., p.391).

O biólogo examina três componentes centrais da teoria lamarckiana. O primeiro corresponde à capacidade da natureza produzir animais sempre mais complexos ou perfeitos. Deus seria o responsável por essa tendência. Dentro deste esquema, o homem é o produto final da evolução. Nas palavras de Lamarck: “O homem seguramente representa o tipo de perfeição mais elevada que a natureza pode alcançar: daí que quanto mais uma organização se aproxima do homem, tanto mais perfeita ela é” (apud Mayr1998a,p.395). Para o naturalista francês, o ser humano continuará a evoluir diferenciando-se cada vez mais dos outros animais.

O principal fator empregado por Lamarck para explicar mudança evolutiva corresponde à capacidade de reagir a condições especiais do meio, através de hábitos que levam ao desenvolvimento de partes do organismo, ou mesmo ao surgimento de novas partes. Mayr (Idid.,p.397) apresenta em detalhes o encadeamento deste processo:

- (1) Qualquer mudança considerável e contínua das circunstâncias de alguma raça de animais provoca uma mudança real nas suas necessidades(*besoins*); (2) qualquer mudança nas necessidades dos animais requer

um ajuste do seu comportamento aos diferentes hábitos;(3) toda nova necessidade requer novas ações para satisfazê-la, exige do animal que ele ou use certas partes com mais freqüência do que antes, por isso desenvolvendo-as e ampliando-as consideravelmente, ou use partes novas, nele desenvolvidas imperceptivelmente por suas necessidades, “em virtude de operações do seu próprio senso interno”.

Para satisfazer as novas necessidades o organismo se esforça realizando certas ações que fazem com que partes do corpo, nelas empregadas, saiam fortalecidas. Por outro lado, aquelas partes que não são utilizadas pelo organismo vão se enfraquecendo.

Aquilo que Lamarck denominava sua “Lei Primeira”, o princípio do uso e desuso que acabamos de expor, já era uma idéia familiar quando o naturalista a propôs, mas foi ele quem lhe conferiu uma interpretação fisiológica mais rigorosa. Ainda, segundo Mayr (ibid. 398), a idéia de que “os esforços para satisfazer às necessidades desempenham um papel importante na modificação do indivíduo”, poderia ser identificada em Condillac e Diderot.

Ao explicar a mudança evolutiva, Lamarck conjuga seu princípio do uso e desuso, a um segundo princípio que também era familiar em seu tempo - a herança dos caracteres adquiridos.

De acordo com este segundo princípio, as modificações que o organismo adquire ao reagir às condições do meio ambiente são transmitidas de uma geração a geração seguinte. As mudanças não são produzidas diretamente pelo ambiente, mas através das atividades orgânicas em resposta ao meio.

Dawkins (2005, p.422), em sua análise da teoria lamarckiana, observa que o princípio do uso e desuso, isoladamente, não é incorreto. As partes do

Havia uma dose de misticismo nas palavras efetivamente usadas por Lamarck, por exemplo, ele tinha uma forte crença no progresso ascendente, o que, muita gente, mesmo hoje, imagina como a escala da vida; e falava em esforço de animais, como se, em certo sentido, eles conscientemente quisessem evoluir (2005, p.419).

Ou seja, o esforço articula-se ou é uma consequência da vontade de evoluir. Esse é parece ser o apelo emocional da teoria de Lamarck, muito embora, como acabamos de ressaltar, não seja consensual entre os estudiosos da evolução a presença da idéia de volição na teoria lamarckiana.

6. Darwin, Lamarck e o Progresso

A teoria darwiniana e a lamarckiana não são completamente díspares, apresentando pontos de contato. Tanto Darwin, quanto Lamarck se opunham a teorias estáticas, defendendo a mudança evolutiva. Nenhum dos dois era essencialista. Não concebiam essências imutáveis, tampouco analisavam as mudanças orgânicas como meros desdobramentos das essências. Para ambos, ainda, a evolução era gradual (Mayr, 1998a, p.401).

Uma diferença importante entre Darwin e Lamarck consiste no fato que, para o último, o ambiente e suas mudanças eram prioritários para a evolução, enquanto que, na perspectiva darwiniana, a variação não visava um ajuste ao

ambiente, mas ocorreria ao acaso, no sentido de não se orientar rumo à adaptação.

Além disso, o mecanismo central da evolução dos dois autores era claramente distinto. Darwin chega a se referir ao uso e desuso para explicar a origem das variações, mas o cerne de sua explicação para a mudança evolutiva é a seleção natural e não o mecanismo lamarckiano.

Parece não haver, também, na seleção natural, um percurso dos organismos mais simples aos mais complexos, um caminho rumo à perfeição, tal qual em Lamark.

Gould (2001, p.187-202) argumenta com vigor que a teoria da evolução de Darwin não implica em progresso. Mas o autor não deixa de notar certas incoerências nos escritos do naturalista quanto a essa questão. Na realidade, visualiza um confronto entre “o radical intelectual e o conservador cultural”. O primeiro faz declarações contra a noção de progresso e concebe um modelo explanatório para a evolução, a seleção natural, em que os organismos podem estar perfeitamente adaptados, mas sempre a um ambiente específico, em constante mudança, o que não garante a sobrevivência daquela espécie às modificações do meio. Não é possível, assim, falar em um avanço universal.

Já o segundo, em certos momentos das *Origens*, sustenta a idéia, explicando que a competição biótica (entre formas vivas), poderia originar progresso, à medida que envolveria um aperfeiçoamento biomecânico mais genérico. Darwin propunha que este tipo de competição fosse mais freqüente do

que a abiótica (aquela em que o organismo luta contra os rigores do ambiente). Esta última não engendraria progresso algum.

Gould lança uma série de argumentos contrários a esta proposta de Darwin³⁷ e sustenta que há uma real contradição na obra do naturalista quanto à questão, fruto, ao seu ver, do embate entre o cientista radical e o homem que “não podia solapar o princípio definidor de uma cultura (num momento chave da história)”.

Ao analisar o período que vai de 1848 a 1875 e que abarca o ano da publicação da obra magna darwiniana, Hobsbawn constata a confiança da burguesia em relação a seus sucessos, algo que se tornava evidente também no campo científico. Muitos dos homens instruídos da segunda metade do XIX, de acordo com o historiador, confiavam, de tal modo, no método das ciências, que chegavam a pensar num conhecimento final. Havia uma crença geral no progresso material e intelectual, algo que Hobsbawn constata também em Marx, embora note que para este o progresso “precisaria e iria ser contínuo e contraditório” (2005, p.351).

Mudanças ocorrem em qualquer época, mas no século XIX, “a própria natureza das mudanças se modificou; elas tornaram-se muito mais rápidas e irresistíveis do que haviam sido no passado”, como nota Gay (1999, p.43), percebendo um clima geral de promessa no ar. Não é de se estranhar, assim, que toda essa atmosfera tenha, em certa medida, influenciado Darwin, mas, apenas, em certa medida.

³⁷ Este tema é detalhadamente examinado por Gould (2001).

Ao mesmo tempo em que constata momentos em que Darwin adere ao progresso, como mencionamos, Gould também enfatiza o esquivo do naturalista em relação à noção.

Para o paleontólogo, o fato de Darwin ter evitado o termo “evolução” nas *Origens*, referindo-se à “descendência com modificação”, evidencia sua contrariedade em relação à idéia (2006, pp.25-29; 2001,p.189).

Como explica (2006, pp.25-29), Darwin esquivou-se do termo por duas razões. Em primeiro lugar, a palavra era empregada por Von Haller, desde 1744, para descrever o crescimento de embriões, a partir de homúnculos pré-formados. Desse modo, o termo era usado em um sentido específico na biologia, relacionando-se à teoria preformacionista.

Além do significado técnico que lhe conferira Haller, o termo era habitual em inglês, conforme registros do *Oxford English Dictionary*, para designar um desenvolvimento do mais simples ao mais complexo ou maduro, evidenciando-se, a ligação ao conceito de progresso.

Desta forma, Darwin evitou a palavra evolução para contornar as duas associações que poderiam ser estabelecidas, mas, posteriormente o termo acabou entrando para a língua inglesa com sinônimo de descendência com modificação, por influência de Herbert Spencer (Gould, 2001, p.190).

Uma anotação: “Nunca diga superior ou inferior”, e um trecho de uma carta: “Depois de uma longa reflexão não consigo descartar a convicção de que não existe nenhuma tendência inata para o desenvolvimento progressivo”, são colhidos por Gould (ibid.), nos escritos de Darwin, no sentido de demonstrar

que o naturalista não pensava a mudança evolutiva como um mecanismo que resultaria em progresso.

Como já havíamos notado no início do capítulo, para o paleontólogo, conceber a evolução como progresso é apegar-se a apenas uma parte de toda a árvore da vida. O autor não nega que a complexidade média possa ter aumentado, mas nota que a moda (valor mais comum na população) da complexidade nunca mudou, em função da dominância das bactérias, na história da vida (ibid.,p.234)

7. Charles Darwin

O autor do segundo grande golpe à megalomania humana, aquele que mostrou que o homem não é superior aos outros animais, que toda forma de vida tem uma origem comum, Charles Darwin, nasce em 12 de fevereiro de 1809, em Shewsbury Inglaterra, quinto dos seis filhos de Robert Waring Darwin, médico proeminente e de Susannah Wedgwood. Seu avô materno, Josiah Wedgood, era um rico e inovador industrial, enquanto que seu avô paterno, Erasmus Darwin, médico e botânico, já tentava explicar a evolução biológica através de teorias que o aproximariam mais de Lamark do que de seu neto, como nota Witkowski (2004, p.80). Os dois avôs de Darwin tinham pensamentos afins - eram antiescravistas e democratas. Erasmus era ainda antifinalista e declaradamente ateu, nas palavras de Coleridge: “Tudo o interessa menos a religião” (*apud* Witkowski 2004, p.78).

Aficionado pela caça em sua juventude, Charles Darwin abandonaria a atividade em Galápagos, quando notou que no arquipélago os animais não apresentavam resistência alguma aos caçadores. As aves não voavam nem mesmo quando lhes atiravam pedras. A partir de então, como relata Witkowski (2004, p.128), Darwin descobre que o prazer pela observação e raciocínio sobrepujavam seu entusiasmo anterior pela carabina.

A estada de Darwin no arquipélago de Galápagos faz parte da lendária expedição do jovem a bordo do *Beagle*, como naturalista oficial, que se iniciou em 1831 e só terminou cinco anos depois, em 1836. Quando Darwin começou sua longa viagem, já havia finalizado seus estudos em teologia, em Cambridge. Como relata em seu “Esboço Autobiográfico”, redigido em 1881, seu pai resolveu que seria clérigo, depois que abdicou do curso de medicina. “Pedi-lhe algum tempo para pensar no assunto, pois embora tivesse lá meus escrúpulos em aceitar toda a doutrina da Igreja Anglicana, não me desagradava a idéia de vir a ser cura de aldeia” (Darwin, 1994, p.17). De acordo com Tort (2004 p.22), ser um pastor interiorano garantia ao jovem a perspectiva de dispor de tempo suficiente para se dedicar aos estudos naturalistas. Além disso, a formação teológica não era estranha a um naturalista no período em questão. Assim, após desistir do curso de medicina na Universidade de Edimburgo, Darwin desenvolveu estudos teológicos em Cambridge, sem abandonar suas caçadas, coleções e estudos de botânica e geologia. Na Universidade aproxima-se das obras de Willian Paley e da teologia natural.

Principle of Geology, de Charles Lyell era parte da literatura científica que Darwin levou para a expedição e uma das principais influências do naturalista naqueles anos. Em seus estudos, Lyell corroborava com a teoria uniformitarista, proposta inicialmente por Hutton. De acordo com esta teoria, “as mudanças na superfície da terra teriam ocorrido gradualmente durante longos períodos de tempo” (Mayr, 2006, p. 4). Esta proposta opunha-se à idéia de que tais mudanças eram resultantes de catástrofes, hipótese articulada aos parâmetros bíblicos. Além disso, os estudos dos fósseis empreendidos por Lyell indicavam que a presença do homem na terra era muito mais antiga do que o registro bíblico propunha. Lyell, contudo, não era naqueles anos um adepto da evolução das espécies. Também Lamarck era um adepto do uniformitarismo. Seu entendimento de que a mudança evolutiva ocorria gradualmente é, igualmente, resultante da influencia dessa teoria oriunda da geologia.

Ao embarcar no *Beagle*, Darwin ainda acreditava na estabilidade das espécies, embora tal princípio já começasse a ser questionado, como procuramos evidenciar. O próprio Darwin faz um Esboço Histórico, acrescentado à quarta edição das *Origens* no qual arrola um grande número de autores e de teorias que versavam sobre a evolução das formas orgânicas. Mas, após a visita a Galápagos, a crença do naturalista na fixidez das espécies seria sensivelmente abalada. Um episódio, entre suas inúmeras observações, parece ter sido crucial, e é enfatizado pelos comentaristas. No arquipélago, Darwin deparou-se com aquilo que considerava três espécies de tentilhões em diferentes ilhas. Num primeiro momento, pensou que fossem apenas variedades.

Posteriormente, o ornitologista John Gould constatou que se tratavam de espécies realmente distintas. Darwin observou que as três derivavam de uma única espécie do continente (Tort, 2004, p.50-51, Mayr, 2006). Como explica Mayr (2006, p.20), este exemplo mostrou que novas espécies podem se originar pelos processos de especiação geográfica – que implica o surgimento de novas espécies pela “alteração genética gradual de populações isoladas”. Na realidade, pouco faltava, a partir do caso observado no arquipélago, para que Darwin postulasse que todos os tentilhões derivavam de um ancestral comum. Pouco faltava para sua Teoria da Origem Comum, que forneceria uma fundamental unidade para o mundo vivo (ibid., 21; 23).

A Teoria da Origem Comum é de acordo com Mayr (ibid.,p.36) uma das cinco subteorias que formam o paradigma evolucionário de Darwin. Embora, este último as tratasse como um conjunto inseparável, o autor sustenta que elas não são indivisíveis, a partir do argumento de que os evolucionistas subseqüentes, muitas vezes, adotavam uma ou outra dessas subteorias, negando

todos grupos de organismos, incluindo animais, vegetais e microorganismos, tiveram uma única origem na terra.

(3) Multiplicação das espécies: explica a enorme diversidade orgânica. Postula que as espécies se multiplicam separando-se em espécies filhas ou, então, florescem pelo estabelecimento de populações fundadoras, isoladas geograficamente, e que a partir daí evoluem em novas espécies.

(4) Gradualismo. De acordo com esta teoria, a mudança evolutiva ocorre pela transformação gradual da população, e não pela produção rápida saltacional de novos indivíduos que representam um novo tipo, mas pelo estabelecimento de populações fundadoras, isoladas geograficamente, que a partir daí evoluem em novas espécies.

A quinta teoria a qual o autor se refere é a teoria da seleção natural, o mecanismo central da mudança evolutiva, de acordo com Darwin. Como sublinha o biólogo, a seleção é mais audaciosa das teorias darwinianas e ela é única em relação a todas as perspectivas anteriores sobre a evolução porque “substituiu a teleologia na natureza por uma explicação essencialmente mecânica.”

No capítulo III das Origens, intitulado, “A Luta pela Existência”, o naturalista expõe seu Princípio de Seleção Natural:

Devido a essa luta (pela sobrevivência), quaisquer variações, independente de sua significância ou das

causas pelas quais procedam, desde que sejam de alguma forma úteis para o indivíduo desta ou daquela espécie, no que se refere às suas relações infinitamente complexas para com os outros seres vivos e o meio ambiente, contribuirão para sua preservação, sendo geralmente herdadas pelos seus descendentes. Estes, por sua vez, terão uma oportunidade ainda maior de sobreviver, uma vez que, dos numerosos indivíduos que são periodicamente dados à luz, só uns poucos conseguem ser preservados. A esse princípio através do qual toda variação, por menor que seja, deve preservar-se, desde que apresente utilidade para o indivíduo, denominei “Princípio da Seleção Natural”, a fim de frisar sua relação com a capacidade humana de seleção (Darwin, 1994, p.76).

Um conjunto de fatos e de inferências é apresentado pelos comentaristas (Mayr, 1998a, 535-542; 2006, pp.73-78; Tort, 2004, pp.64-65) para explicar como Darwin chegou ao princípio da seleção natural.

Mayr (1998a, pp.535-542; 2006, pp.73-78) expõe os seguintes fatos:

1- O aumento exponencial da população (progressão geométrica), quando não controlada. Uma capacidade infinita de povoamento é constatada.

2- A estabilidade das espécies. Apesar do aumento veloz na quantidade de seres vivos, não ocorre uma saturação absoluta, como examina Darwin (1994, p.77). Normalmente, as populações são estáveis.

3- A limitação dos recursos.

A partir destes três fatos - a combinação do crescimento exponencial da população, a limitação dos recursos e a constatação de que não ocorre a saturação – Darwin infere a luta pela existência, que resultaria na sobrevivência de apenas uma parte da descendência de cada geração – inferência (1).

Mayr (2006, p.77) salienta que, possivelmente, a maior controvérsia relacionada à seleção natural seja se a inferência da luta pela existência, “struggle for existence”, é original de Darwin, e, se assim o for, o quanto deve ser creditado a Malthus.

É bem conhecido que a idéia geral da seleção aparece a Darwin depois da leitura de *Essay on population* (1798), de Malthus, em 1838. O naturalista retém o princípio malthusiano, de acordo com o qual os homens se multiplicam em progressão geométrica, ao passo que os recursos crescem em progressão aritmética, mas, como sublinha Tort (2000, p.50), rejeita a filosofia social e as recomendações coercitivas do reverendo e economista. A influência de Malthus em Darwin, revela-se nos fatos 1 e 3. Quanto a inferência (1), voltaremos ao tópico ao longo do capítulo, mas é importante, como aponta Regner (2004, p.52), que Darwin opera uma transformação criativa no conceito malthusiano de “luta pela existência”.

Aos três fatos mencionados, acrescenta-se a variabilidade dos organismos (4) e o fato de que pelo menos uma parte destas variações é

transmitida hereditariamente (5) (caso contrário elas não teriam significado evolutivo).

A perspectiva de que a concepção de seleção natural foi engendrada por meio de uma analogia com a seleção artificial, praticada pelos criadores, não é, de acordo com Mayr (1998a, pp.535-542), consensual entre os críticos. Ele próprio entende que esta analogia não é necessária para que Darwin chegasse a hipótese da seleção natural. Outros, como Tort (2004, pp.64-65), endossam a importância da analogia que teria sido feita por Darwin, a partir da observação da seleção praticada pelos criadores, que elegem variações benéficas, orientando a reprodução dos indivíduos. Ou seja, de acordo com esta segunda perspectiva, Darwin inferiria que a seleção das variações vantajosas ocorre na natureza a partir da relação de semelhança que estabelece com a prática dos criadores de animais.

Segundo o esquema proposto por Mayr, a segunda inferência de Darwin seria engendrada, a partir da conjugação da inferência (1), aos fatos (4) e (5). Darwin concluiria então que: “A sobrevivência na luta pela vida não é a esmo, mas depende, em parte, da constituição hereditária dos indivíduos que sobrevivem. Tal sobrevivência desigual constitui um processo de seleção natural que, inferência (3): “No curso das gerações, conduzirá a uma mudança gradual e contínua das populações” – à evolução das espécies (Mayr, 1998a, p.536)

8. Darwin, Peirce e o Acaso

Um dos três modos de evolução que Peirce concebe para o universo, o ticásma, de acordo com o autor, acolheria o elemento do acaso presente na teoria de Darwin.

Na realidade, o ticásma configura-se como uma generalização da evolução darwiniana, centralizando-se no elemento de aleatoriedade. De acordo com Ventimiglia (2001, p.103), a evolução ticástica incluiria as variações fortuitas e algum fator orientador, mas este não precisaria ser a seleção natural. Na realidade, o comentarista refere-se à destruição de certos tipos de hábitos, como este segundo fator, que estaria correlacionado, à destruição das características não vantajosas na teoria de Darwin. De todo modo, o elemento central do ticásma é a variação fortuita (CP 6.303).

Considerando-se a relação entre o ticásma e a concepção de acaso em Darwin, parece-nos adequado esclarecer o sentido que este apresenta na obra do naturalista.

É importante notar, primeiramente, que no capítulo V, das *Origens*, dedicado às “Leis da Variação”, Darwin rejeita aquilo que ele próprio sugeriria nos capítulos anteriores – a idéia de que o acaso poderia dar conta das origens das variações. Sobre a questão, o autor nos faz o seguinte alerta:

Até este ponto, todas as vezes que nos referimos às variações - tão comuns e multiformes nos animais e

vegetais em estado doméstico, e que ocorrem em grau mais reduzido nos que estão em estado selvagem - atribuímos sua ocorrência ao mero acaso. Trata-se indubitavelmente, de um modo de falar inteiramente incorreto, numa demonstração cabal de nossa ignorância quanto às causas de cada variação em particular. (Darwin, 1994,p.124).

De acordo com Mayr, Darwin "não acreditava na variação espontânea", como sustenta, "para ele, um autêntico filho do seu tempo, a variação deveria ser atribuída a causas identificáveis" (1998a, 762).

No capítulo V de seu livro, Darwin, após fazer o alerta que acabamos de comentar, procura investigar aquilo que denomina leis, causas ou hipóteses da variação, referindo-se entre outras, às condições do meio ambiente e ao hábito, sem, contudo, contentar-se com a sua solução para o problema, como sublinha: "é profunda nossa ignorância acerca das leis da variação" (Darwin, 1994, p.147).

No início do século XX, passou-se a sustentar que as variações, entendidas já em termos de mutações genéticas, ocorreriam ao acaso. Essas mutações, contudo, não produzem qualquer morfologia, mas são canalizadas por morfologias prévias. Assim, com o desenvolvimento da genética, ampliou-se bastante a percepção dos fatores estocásticos na seleção natural.

O acaso parece ter ainda um outro sentido no mecanismo de seleção natural. Gould sublinha que os indivíduos que sobrevivem são, em média,

“fortuitamente mais bem adaptados aos ambientes locais em mudança” (2001,p.234). Não se pode prever com certeza se a variação terá sucesso no ambiente, mas apenas pensar em termos de probabilidades, à medida que os organismos não variam em função da adaptação. O significado de fortuito aqui advém do fato de que não existe nenhuma relação de causação entre a variabilidade e o ambiente, ou seja, as variações não ocorrem para que os organismos se adaptem a um meio específico (àquelas que por acaso são mais adequadas ao meio, são selecionadas). Darwin, como Peirce, parece afastar-se de uma concepção determinista. Mas não temos muita certeza se a situação acima descrita não se configura como um encontro de correntes causais que possam ser determinadas, nesse caso tratar-se-ia de um acaso objetivo, “só em certos limites”, de acordo com Abbagnano (1999 p.12). Sobre este tipo de situação, o autor pondera:

Dizer que o acaso consiste no encontro de duas séries causais diferentes significa que ele é um fenômeno causalmente determinado como todos os outros, mas só mais difícil de ser previsto porque a sua ocorrência não depende do curso de uma série causal única (1999, p12).

Depois de verificado o tratamento que Darwin dá ao acaso, devemos então procurar entender como a idéia aparece na cosmologia erigida por Peirce.

De acordo como filósofo, as leis não dão conta de toda variedade e diversidade encontradas na natureza, o que aponta para um mundo que não é estritamente causal, onde o princípio do acaso atua.

Para o autor, não seria a ausência de instrumentos ou teorias satisfatórias que impediriam que se pudesse encontrar regularidades em todos os fatos, simplesmente alguns fatos teriam um caráter fortuito, inapreensível pela lei (Ibri, 1992, p.44-46).

As variedades e irregularidades da natureza requerem a compreensão do elemento de espontaneidade presente no universo (CP 6.60). Essa idéia, não implica, contudo, qualquer contestação à existência de leis (CP 6.558), mas apenas a idéia de que o universo não pode ser explicado exclusivamente por elas. Há, para o autor, no mundo real, acaso e lei – o que implica na percepção de uma indeterminação no Universo, uma vez que a lei não é capaz de dar conta de todos os fatos.

A tendência das coisas a obedecer às leis segue um movimento crescente. A aproximação entre os eventos e as leis era menor no passado e será maior no futuro. O filósofo parece entender ainda que em um futuro infinitamente distante o acaso será suprimido e o domínio da lei será irrestrito, mas isto apenas num futuro indefinido (EP1. 277).

Ao explicar que a grande variedade de formas percebidas no universo surge da espontaneidade, do acaso, Peirce nota, operando no real, contínuos e infinitesimais afastamentos da lei:

Admitindo, assim, a pura espontaneidade ou vida como uma característica do universo, atuando sempre e em toda parte ainda que restrita aos limites da lei, produzindo, continuamente, grandes afastamentos com infinita infrequência, eu considero toda a variedade e diversidade do universo, no único sentido em que a realidade *sui generis* e nova pode ser considerada. A visão ordinária tem que admitir a inesgotável e numerosa variedade do mundo, tem que admitir que as leis da mecânica não podem dar conta disto, que a variedade pode nascer somente da espontaneidade (CP 6.59).

Peirce concebe um universo em evolução, no qual o princípio do acaso atua trazendo a diversidade e a complexidade às coisas (CP 6.58). As próprias leis de acordo com o autor (CP 7.515) “são resultantes da evolução e a evolução deve proceder de acordo com algum princípio, e este princípio deve ser ele mesmo da natureza de uma lei”. Trata-se aí de uma lei evolutiva, que se desenvolveu, ela mesma, no curso do tempo: a tendência a adquirir hábitos.

Esta tendência, operante em toda a natureza, submeteria tanto a matéria, quanto a mente à aquisição de hábitos, apontando para uma aproximação entre mente e matéria, para uma continuidade entre ambas, na cosmologia peirceana, lançando as bases para o Idealismo Objetivo do autor, doutrina que considera que o *eidos* não está localizado tão somente na mente humana, mas que é o substrato de todo o real, de toda a natureza.

É importante ressaltar que o Idealismo Objetivo não se constitui numa negação ao realismo. Para Peirce, a natureza só é inteligível, porque tem

também predicado eidético, não é a mente humana que molda o objeto à sua semelhança, o que implicaria numa negação da alteridade, característica primordial da concepção peirceana de realidade.

O indeterminismo que se verifica no Universo tem sua contrapartida em um indeterminismo epistemológico, pois não é possível uma estrutura de representação do real maior do que o seu objeto de referência. Este é o fundamento do falibilismo, doutrina epistemológica, erigida pelo autor, que afirma que o nosso conhecimento não é absoluto, mas que flutua num contínuo de incerteza e de indeterminação³⁸ (Santaella 1992: 155-156). A verdade muda, à medida que o universo evolui.

Na perspectiva de Peirce acerca do processo evolutivo, talvez possamos identificar um movimento progressivo. Como vimos, era muito comum este tipo de abordagem e mesmo Darwin, em alguns momentos, aderiu a ela.

Peirce nota que ao se considerar os seres vivos, a mente, a história dos estados, das instituições, das linguagens, das idéias, os extratos fósseis, os resultados das pesquisas oriundas da geologia ou da astronomia, o fato mais notável a se considerar seria o crescimento e o aumento da complexidade. Acrescenta ainda que mesmo a “morte e corrupção são meros acidentes e fatores secundários” (CP 6.58).

O autor perceberia assim um universo harmônico e benigno? Possivelmente. Mas há também em sua obra momentos em que o egoísmo e a

ganância humana lhe causam acentuada repulsa, revelando uma visão menos otimista da vida.

Examinando os sentidos de acaso na seleção natural e na filosofia peirceana, talvez possamos chegar a algum resultado, muito embora tenhamos consciência do quão intrincada é esta questão, e de que o tema do acaso em Peirce merece uma atenção mais acurada.

As variações ao acaso de Darwin, como o naturalista esclarece, são assim chamadas por ele, em função de sua ignorância quanto às causas das variações, como apontamos. Neste caso, estamos lidando com o conceito de acaso subjetivo, o qual, de acordo com Abbagnano, “atribui a imprevisibilidade e a indeterminação do evento causal à ignorância ou a confusão do homem” (1999, p.12).

O segundo sentido do acaso na seleção natural, aquele observado, entre outros, por Gould (2001), parece corresponder ao conceito objetivo de acaso, o qual consistiria “no entrecruzar-se de duas ou mais ordens ou séries diversas de causas” (Abbagnano, 1999, p.12.). Mas como sublinhamos anteriormente, nesse caso, talvez estivéssemos diante de um acaso objetivo, limitadamente.

Lalande (1999, p.18), embora considere também o entrecruzamento de causas como uma das acepções de acaso objetivo, refere-se primeiramente à idéia de acaso como aquilo que é materialmente indeterminado e moralmente não deliberado. Este entendimento do conceito, de acordo com o autor, estaria presente em Epicuro.

Como nota Russell (2003, p.170), para aquele pensador, o movimento dos átomos não é regido por leis rígidas. Russell acrescenta: “Aos átomos de Epicuro se permite certa dose de caprichosa independência embora, uma vez iniciado determinado processo, o seu curso subsequente obedeça a leis, como em Demócrito”.

Possivelmente, quando Peirce refere-se ao acaso que engendra as variedades da natureza, empregue o conceito neste sentido. Trata-se de um acaso objetivo, há uma imprevisibilidade no processo, decorrente do afastamento da lei. O autor parece não lidar nesse contexto com um acaso subjetivo, inclusive, recusando, em certos momentos, este tipo de idéia. Na situação indicada, Peirce também não parece empregar o princípio do acaso como resultante do entrecruzamento de séries causais. É significativo ainda que em *A Doutrina da Necessidade Examinada* (1892), o filósofo refere-se a Epicuro, como entusiasmo, num contexto em que procura argüir que nem todos os fatos são regidos pela lei: “Mas Epicuro, revisando a doutrina atômica e reparando seus defeitos, viu-se obrigado a supor que os átomos desviam de seus cursos pelo acaso espontâneo” (EP 1.288). Como nota Currington (1993, p.174), Peirce vê a transformação do atomismo grego, engendrada por Epicuro, como um movimento na direção correta.

Chegamos então a questão que nos perturba. Qual a relação entre as concepções de acaso de Peirce e Darwin?

Conforme já notamos, o ticásma, um destes três modelos de evolução concebidos por Peirce, é formulado a partir da teoria darwiniana, mais

especificamente, a partir daquele elemento da teoria de Darwin que, de acordo com Peirce: “é o único agente positivo na passagem do símio ao homem” - a “variação fortuita” (CP 6.296).

Como sublinha Ventimiglia (2001, pp.109-110), quando Peirce aborda o acaso na evolução ticástica, o filósofo está pensando em espontaneidade, trata-se de um acaso objetivo ou absoluto, diferindo, portanto, do acaso subjetivo, condizente com a variação fortuita a qual Darwin se reporta, como explicamos no início deste tópico.

Até onde conseguimos assimilar esta questão, Peirce adota a idéia geral de acaso em sua cosmologia, essa concepção lhe é essencial para lidar com as variedades da natureza; enfatiza que a idéia era importante nas ciências do período de um modo geral e não apenas na biologia (CP 6.297). Concebe a importância do acaso na teoria da evolução de Darwin, mas a toma em um sentido diferente do original ou transforma seu sentido primeiro, passando então de um acaso subjetivo para um acaso objetivo.

9. Peirce e a evolução

Peirce debruça-se sobre as teorias da evolução biológica, presentes em seu tempo. A teoria darwiniana, a lamarckiana, bem como aquilo que denomina teoria necessitarista contribuem para a construção do pensamento do autor acerca do processo evolucionário ao qual, em sua perspectiva, estaria submetido todo o universo.

O diálogo que Peirce estabelece com as teorias da evolução biológica parece culminar no ensaio *Evolutionary Love*, de 1893. Mas em escritos anteriores, como *Design and Chance* (1883-84), *A guess at the Riddle* (1887-88), *The architecture of the theories* (1891), também encontraremos discussões importantes sobre as teorias evolucionistas.

Conforme enfatiza Mayr (1998a, p.386), desde a publicação em 1809, de *Philosophie zoologique*, de Lamarck, ninguém que estudasse as espécies poderia ignorar a possibilidade de evolução.

Charles Sanders Peirce nasceu em 1839, em Cambridge, Massachusetts. Era filho de Benjamin Peirce, matemático e astrônomo, muito respeitado no meio científico norte-americano dos oitocentos. Como bem definiu Moore (1993:3), Charles Peirce, tal qual Kant, foi um polímata filosófico e científico. Dificilmente alguém com as características desse autor, vivendo no período em que viveu, deixaria de enveredar pela temática da evolução.

Num primeiro olhar pode parecer insólita a união de idéias oriundas de Darwin e Lamarck. Mas, não podemos perder de vista que as teorias dos dois principais evolucionistas apresentam pontos de contato, como procuramos esclarecer. Além disso, o próprio Darwin, e inicialmente também Wiessman, o cientista que em 1883 apresentou uma ampla rejeição à herança dos caracteres adquiridos, aceitaram o mecanismo de evolução de Lamarck, embora não o considerassem a causa central da mudança evolutiva (Mayr 2006, p.108-112). Seria anacrônico tanto julgar Lamarck como o vilão da história, conforme discutimos, como desdenhar da adesão de Peirce aos princípios de Lamarck.

Em *Evolutionary Love* parece ser significativa a articulação entre o pensamento filosófico, o científico e o religioso, algo que, como vimos, revelase também em concepções anteriores sobre a evolução ou nas críticas às perspectivas evolucionistas.

Embora Peirce acolha elementos do darwinismo, do lamarckismo e daquilo que denomina teoria necessitarista - ao propor três modos de evolução, sem linhas divisórias perfeitamente nítidas, operando no universo - o autor critica algumas das propostas de Darwin, contrastando-as com princípios cristãos.

O autor parece especialmente contrariado com a idéia de luta pela sobrevivência ou luta pela existência, presente na teoria da evolução por seleção natural. As críticas expressas em *Evolutionary Love* à seleção, em nossa perspectiva, resultam, possivelmente, de uma extensa censura que o autor

realiza ao pensamento e às relações socioeconômicas de seu tempo, como também a uma falta de afinidade com algumas das concepções embutidas na teoria central de Darwin (como vimos, o modelo explanatório de Darwin conjuga uma série de fatos e inferências até chegar à conclusão final). Desse modo, os questionamentos de Peirce parecem não se circunscrever aos tópicos da biologia.

Deve-se notar que, a obra de Darwin, obteve uma recepção favorável junto a uma parcela do público, uma vez que incorporava elementos familiares à economia liberal, como a idéia de competição. Estes elementos, contudo, transpostos a um outro contexto, adquiriam novas significações, como veremos mais à frente.

Ao assumir sua preferência pelo agapasma, um de seus três modos de evolução, fundamentado nos princípios de Lamarck, Peirce faz um alerta que, ao nosso ver, talvez seja válido para todo o ensaio:

De qualquer forma, já que o calor do sentimento existe, ele deveria ser francamente confessado em qualquer relato, especialmente porque isto cria, da minha parte uma pendência para a parcialidade, contra qual meus leitores e eu nos devemos pôr energicamente em guarda (CP 6.295).

Esta negação da neutralidade de sua visão soa como algo inovador para quem escrevia em tempos positivistas, conferindo grande honestidade às suas declarações.

A despeito da adesão de Peirce ao acaso, princípio que segundo o autor estaria presente na teoria da evolução pela seleção natural, em *The Evolutionary Love*, seu descontentamento em relação ao modelo explanatório de Darwin parece flagrante, postura que difere daquela adotada em *A guess at the riddle* (1887-1888), quando o autor corrobora com a teoria darwiniana de evolução por seleção natural, embora não esteja certo quanto ao seu papel (se amplo ou não) na produção de novas espécies, como podemos observar na seguinte passagem:

Se a parcela devida à seleção natural e à sobrevivência do mais adaptado na produção das espécies é grande ou pequena, restam poucas dúvidas de que a teoria darwiniana indica uma causa real, que tende a adaptar as formas animais e vegetais aos seus ambientes(EP 1.270).

Em *The Evolutionary Love* sua perspectiva parece modificar-se, conforme comentamos:

O que quero dizer é que a sua hipótese, mesmo sendo, sem dúvida alguma, uma das mais engenhosas e belas que já se concebeu, e mesmo argüida com riqueza de conhecimento, força lógica, elegância retórica e, acima de tudo, com uma certa autenticidade magnética quase irresistível, não parecia a princípio, estar nem perto de

ser comprovada. E, para uma mente sóbria sua proposta parece agora menos promissora do que há vinte anos. Contudo, a recepção extraordinariamente favorável que encontrou deveu-se, em grande medida, simplesmente ao fato das idéias serem aquelas para as quais aquela época estava favoravelmente predisposta, especialmente por causa do estímulo que dava à filosofia da ganância (CP 6.297).

Como bem observa Houser (1992, xxxiii) não se pode deixar de notar as passagens conflitantes de Peirce quando se analisa sua obra. O pensamento de um grande cientista não é uma estrutura monolítica, não é fixo, como pondera, lucidamente, Mayr (2006 p.111). Os aportes destes dois autores, em nossa perspectiva, permitem uma melhor visualização dos questionamentos de Peirce sobre Darwin e a evolução, nos quais, conforme apontamos, é possível perceber mudanças de perspectiva. Na realidade, estranho seria um autor cujas concepções não mudassem, ao longo dos anos. Porém, assim como as espécies, elas também se transformam.

10. Peirce crítico de Darwin

A seguir, Peirce indica aquele ponto da seleção natural que lhe custa mais a aceitar, a idéia da luta pela sobrevivência, como se pode observar na seguinte passagem de *Evolutionary Love*:

As Origens das Espécies de Darwin simplesmente estende as visões político-econômicas de progresso a todo o reino da vida animal e vegetal. A vasta maioria dos nossos naturalistas sustenta a opinião de que a verdadeira origem das sofisticadas e maravilhosas adaptações da natureza, as quais em minha infância os homens atribuíam à sabedoria divina, está no fato das criaturas viverem tão amontoadas que aquelas que porventura tenham alguma vantagem empurram as menos aquinhoadas para situações desfavoráveis à multiplicação ou até mesmo matando-as antes de atingirem a idade reprodutiva. Entre os animais, o mero individualismo mecânico, decorrente da ganância implacável do animal, é amplamente reiterado como uma força benéfica. Como coloca Darwin em sua página-título, é a luta pela sobrevivência. E ele deveria ter acrescentado à sua máxima: Cada um por si, e que o Diabo carregue o último! Jesus, no Sermão da Montanha, expressou uma opinião diferente.

Eis, pois, o problema. O evangelho de Cristo diz que o progresso provém do fato de cada indivíduo fundir sua individualidade em simpatia com a de seu próximo. De maneira oposta, a convicção do século dezenove é a de que o progresso se dá em D

Cortinzenza (2005, p.50) considera que a argumentação de Darwin acerca da luta pela existência ou sobrevivência, “desenvolve-se essencialmente em torno da dimensão ecológica e da distribuição geográfica dos organismos”, mas não deixa de notar que o darwinismo foi muitas vezes interpretado como uma teoria “agressiva” e Darwin visto como o teórico da natureza que tinha “o vermelho nas unhas e dentes”, expressão usada anteriormente por Alfred Teanyson, em seu poema *In Memoriam* (1850).

Apesar de ter sido influenciado por uma visão benigna da natureza, advinda principalmente da teologia natural, cedo Darwin notou conformações que revelavam outros atributos do meio. A leitura de Malthus também contribuiu para o questionamento do mundo otimista dos teólogos naturais, aspecto destacado por Mayr (2006 p.85). Mas, como o próprio naturalista parece admitir, não lhe era fácil pensar o embate entre espécies ou entre indivíduos de uma mesma espécie, algo que se evidencia na natureza. É possível que a Darwin, como a Peirce, a idéia não fosse “agradável”. Mas suas observações apontavam para tanto.

Nada mais fácil do que admitir a verdade da luta pela existência; por outro lado, nada mais difícil - pelo menos para mim - do que trazer em mente, o tempo todo, esta conclusão. Contudo se assim não se fizer (...), estou convencido de que parecerão obscuros ou serão inteiramente mal interpretados todos os fatos relacionados com a economia da natureza, com a distribuição, com a raridade, a abundância, a extinção e

a variação. A natureza nos parece brilhante e jubilosa quando em situação de superabundância de alimentos; então não vemos, ou não nos passa pela idéia, que as aves cantando alegremente ao nosso redor vivem geralmente de insetos ou de sementes, e que assim estão constantemente destruindo a vida; ou comumente nos esquecemos de como é freqüente serem esses pássaros canoros, e também seus ovos e filhotes, destruídos pelos animais predadores (Darwin, 1994,p.75).

Retomando a passagem do ensaio *Evolutionary Love*, citada no início deste tópico, podemos constatar que embora Peirce perceba um movimento progressivo na evolução, consubstanciado em crescimento e aumento da complexidade, como discutimos anteriormente, o filósofo norte-americano não deixa de censurar a concepção de progresso socioeconômico oitocentista e afirma que Darwin simplesmente a estende ao Reino Animal e Vegetal.

Como já discutimos, seguindo a abordagem de Gould (2001; 2006), pode-se perceber uma certa oscilação no diálogo que Darwin estabelece com a concepção de progresso tão cara à burguesia de seu tempo, mas o mecanismo da seleção natural, proposto pelo naturalista, o cerne de sua teoria evolucionista, não garante um progresso geral e necessário.

Existe, é bom lembrar, um elo evidente entre a teoria de Darwin e a obra de Malthus, *An Essay on the principle of population* (1798). Tal elo consubstancia-se na concepção de “luta pela existência” dos dois autores. Embora a expressão “luta pela existência” estivesse presente na primeira edição

do *Essay*, mas não na sexta, de 1826, lida por Darwin, a idéia geral de luta pela existência nas relações entre os homens estava lá. Ao nosso entender, entretanto, como apresentaremos no próximo item, a luta darwiniana não se iguala àquela propagada por Malthus. O estudo de Regner (2004) parece ser muito elucidativo a esse respeito.

Possivelmente, a assertiva de Peirce de que Darwin simplesmente estende a visão político-econômica de progresso à natureza decorra do transporte que se operava entre teorias de um campo ao outro do saber, gerando um discurso por vezes confuso, como diagnostica Continenza: “Na passagem de um contexto ao outro, as analogias e metáforas seguem o rastro, muitas vezes implicitamente, de sistemas de valores estranhos ao discurso científico”. Na relação entre Darwin e Malthus temos que estar alertas para esta circulação de elementos discursivos e para as interpretações que esta circulação acaba por predispor.

Podemos notar ainda que a contrariedade de Peirce em relação a Darwin, expressa na passagem supracitada, revela-se também como uma censura ao individualismo nas relações entre os homens. Embora o texto peirceano seja bastante intrincado, talvez possamos depreender dele que: (1) Peirce considera que a concepção darwiniana de luta pela sobrevivência ou luta pela existência, exposta em *As Origens das Espécies*, implica em individualismo. (2) Embora Darwin trate do homem em uma obra posterior, *As Origens do Homem*, de 1871, evitando em *As Origens das Espécies* remeter-se ao ser humano, só o fazendo em sua conclusão, quando escreve: “Uma luz será

lançada sobre a origem do homem de sua história”, pode ser inferido que este está inserido no processo evolutivo. Peirce parece apreender que, para o naturalista, as relações entre os homens também são pautadas no individualismo. (3) A perspectiva de Darwin associar-se-ia às relações entre os homens verificadas pelo autor em seu próprio tempo. Contrário a este estado de coisas, o filósofo percebe no ensinamento de Cristo uma forma mais salutar de encarar o mundo vivo como um todo.

O transporte de teorias de um contexto ao outro, conforme mencionamos, não se limitou ao uso de algumas constatações de Malthus por Darwin. Posteriormente Herbert Spencer tornou-se o pai do darwinismo social, teoria baseada na idéia de que a seleção natural deve ser buscada na sociedade e que nenhuma ação deve ser tomada em relação às vítimas deste processo, constituindo-se no “campeão do *laissez faire* e do individualismo antiestatal”. Os indivíduos bem sucedidos eram considerados aqueles mais aptos na luta pela sobrevivência (Tort, 2004, p.131).

Por muito tempo acreditou-se, que Darwin pudesse defender a aplicação grosseira do princípio seletivo às sociedades humanas, mas Darwin, ele mesmo, sublinha Tort (ibid., p.138), como vários outros comentaristas, não era um darwinista social, embora fosse, por vezes, considerado enquanto tal e, assim, alvo das críticas deferidas contra essa linha de pensamento.

O ensaio de Peirce, em sua totalidade, revela uma crítica aguda a qualquer idéia associada ao darwinismo social, a qualquer tendência que

manifeste pouca solidariedade entre os homens. Muito embora o autor não se reporte explicitamente a esta teoria, pode-se conjeturar que esta estivesse subjacente. Além disso, a crítica ao darwinismo social seria feita pelo filósofo em um texto posterior, Pearson's Grammar of Science, de 1901 (EP 2.57-58).

O darwinismo social era forte no século XIX em solo estadunidense, nas palavras de Hobsbawn (2005, p.209), uma verdadeira “teologia nacional”.

O progresso econômico norte-americano dos oitocentos viu acender a figura dos magnatas que construíram suas carreiras em ramos de atividades diversificados - indústria, estradas de ferro, petróleo, entre outros. Alguns destes empresários, apelidados de *robber barons*, poderiam ser qualificados enquanto inovadores criativos, mas, de acordo com o historiador, até os mais apoloéticos recuavam diante de “escroques como Jim Fisk e Jay Gould” (ibid.206), atrelados ao banditismo econômico.

Um das características da era dos *robber barons* era a falta de controle sobre as trocas comerciais feitas de modo implacável e sem honestidade. Esse estado das coisas possuía uma outra qualidade que parece ser visivelmente contrária às perspectivas peirceanas, apresentadas em *The Evolutionary Love*. Para muitos daqueles capitalistas, ser ou não honrado era uma questão menos significativa do que “se eram espertos”, todos os meios para se alcançar o sucesso eram bem vindos. Assim, Hobsbawn conclui:

Não era por acaso que o darwinismo social, o dogma de que aqueles que subiam ao topo de tudo eram os melhores porque mais capazes de sobreviver na selva humana, se transformou na teologia nacional no final do século XIX (ibid, p.209).

11. Darwin, Malthus, Peirce

Ao nosso entender, a contestação de Peirce a Darwin (CP 6.293-94) centraliza-se naqueles componentes da seleção natural associados a Malthus. Nunca é demais reiterar que a relação entre a concepção de luta darwiniana e a malthusiana é um tema controverso. O estudo de Regner (2004), contudo indica-nos algumas distinções entre as concepções dos dois autores. A partir dele, talvez seja possível conjecturar que as críticas de Peirce sejam mais conexas à concepção de luta pela existência do reverendo, atrelada ao individualismo, do que ao conceito adotado por Darwin.

É importante destacar, entretanto, que Darwin não recusa a articulação de seu pensamento àquele de Malthus. No capítulo III das Origens, o naturalista atribui a sua concepção de luta pela existência à aplicação da doutrina de Malthus ao reino animal e vegetal:

Esta luta resulta inevitavelmente da maior ou menor velocidade de reprodução dos organismos. Os seres vivos que durante sua vida normal produzem diversos ovos ou sementes devem ser destruídos durante algum

período de sua existência, durante determinada estação, durante um certo ano. Portanto, como nascem mais indivíduos do que o número dos que poderiam sobreviver, sempre haverá uma luta pela existência, seja entre os da mesma espécie, seja entre eles e os de espécies distintas, ou seja os indivíduos e as condições de vida existentes em seu habitat. Trata-se da doutrina de Malthus aplicada com redobrada força a todo o reino vegetal e animal (Darwin, 1994,p.77).

Regner (2004, p.47) refere-se à autobiografia de Darwin, na qual o naturalista novamente enfatiza a importância da leitura de Malthus para o desenvolvimento do mecanismo de seleção natural. Darwin explica que quando leu *Essay on the principle of population* (1798), do reverendo e economista inglês, já estava preparado, por meio de suas constantes observações do mundo vivo, para perceber a luta pela existência, e que o trabalho do economista lhe permitiu ver que, sob certas circunstâncias, as variações favoráveis seriam preservadas, enquanto as desfavoráveis destruídas. A formação de novas espécies resultaria deste processo.

Apesar dessas declarações de Darwin, para Regner, a concepção do naturalista de luta pela existência oferece uma visão do amplo e complexo estado de coisas que constitui a Natureza, ao passo que a luta pela existência, tal qual concebida por Malthus não demanda tamanha complexidade. Enquanto que

Malthus trata das relações entre ricos e pobres³⁹, Darwin percebe a natureza como uma intrincada rede de relações, voltada à produção de novas formas. Esta passagem nas Origens parece elucidativa quanto a isso:

Devo estabelecer como premissa que emprego a expressão “luta pela existência” em sentido amplo e metafórico, incluindo nesse conceito a idéia de interdependência entre os seres vivos, e também - o que é mais importante - não só a vida de um indivíduo, mas a sua capacidade de deixar descendência.(Darwin, 1994, p.77)

Regner nota ainda que a universalidade do conceito malthusiano permite pensar as relações todo-parte, mas a visão do todo que se descortina da obra de Malthus é calcada no princípio individualista do interesse próprio⁴⁰, enquanto que o todo de Darwin apresenta-se de forma distinta, como explica a comentarista:

³⁹ Como explica Regner (2004, p.54), Malthus trata “das relações entre duas classes sociais, ‘pobres’(‘trabalhadores’ e ‘desempregados’) e ‘ricos’, de sorte que o aumento do número de ‘trabalhadores’ leva a uma queda nos preços dos salários e conseqüente redução dos meios de subsistência com diminuição do número de indivíduos que trabalhem e, então, essa diminuição acarreta elevação nos preços dos salários, com melhoria dos meios de subsistência e aumento do número de número de trabalhadores, etc., num ciclo vital que só pode sofrer interferência no plano social em termos de ser amenizado pela ‘contenção moral’”.

⁴⁰ O caráter egoístico da visão do todo malthusiana revela-se exemplarmente em duas passagens de *An essay on the principle of population*, citadas por Regner. (1) A felicidade do todo é para ser o resultado da felicidade dos indivíduos e para começar com eles. Nenhuma operação é requerida. Cada etapa o diz. Aquele que desempenha seu dever fielmente colherá seus frutos, qualquer que seja o número daqueles que falhem. Este dever é inteligível à capacidade mais humilde. Trata-se apenas de que ele não traga ao mundo seres para os quais não possa prover meios de sustento.(2) Às leis da propriedade e do casamento, e ao aparentemente estreito princípio do interesse próprio, que dispõe cada indivíduo a empenhar-se em melhorar sua condição, devemos todos os mais nobres esforços do gênio humano, para tudo o que distingue o estado civilizado do selvagem (Malthus *apud* Regner, 2004, p.55).

Em Darwin, o todo constitui-se antes como uma rede de relações na qual e à luz da qual indivíduos são preservados ou eliminados e prestam sua contribuição ao todo. O que determina o constante dinamismo deste todo é a política e a economia (do sistema) da Natureza, com seus espaços a serem melhor ocupados e o surgimento de formas mais ou menos aptas em relação às suas complexas condições de vida. E embora também conceba a civilização como resultante da complexificação das relações de poder em que a presença individual de um chefe torna-se essencial, sua importância decorre do benefício que reverte à melhoria da condição do todo, antes do que a de cada indivíduo e que não resulta meramente de um somatório de alterações individuais (2004, p.55).

A partir das contribuições da autora, parece-nos possível ver a concepção de luta pela sobrevivência darwiniana de um modo diferente daquele proposto por Peirce. Não se trataria exatamente de uma defesa do “cada um por si”, como parece ser o entendimento do filósofo. Não considerariamos, deste modo, a luta pela sobrevivência de Darwin, como um exemplo do evangelho da ganância do século XIX. De acordo com Currington (1993, p.194), Peirce insiste que *As Origens das Espécies* (1859) é mais uma manifestação daquele tipo de evangelho. Embora esta associação não nos pareça explícita no texto peirceano, a interpretação de Currington parece ser possível. De todo modo, mesmo que as *Origens* não professasse o ganho ou o lucro sobre o outro, este

tipo de apropriação parece ter sido feita entre aqueles que defendiam tal conduta nas relações econômicas.

As críticas peirceanas, dirigidas a Darwin e a seleção natural, parecem, entretanto, muito oportunas para pensar o conceito malthusiano de luta, atrelado ao individualismo ou ainda para nos fazer refletir sobre as relações sócio-econômicas que se estabeleciam em seu e no nosso tempo.

12. Agapasma e Anancasma

Afastando-se daquela selva humana a qual Hosbbawn nos remete, da idéia de que o melhor sobrevive na luta desenfreada pelo sucesso e pelo lucro, de relações pautadas no individualismo, no utilitarismo, ao qual se refere ironicamente como um substituto aprimorado do Evangelho (CP 6.297)., Peirce procura desenvolver uma visão sobre a evolução da natureza e da cultura fundamentada no princípio do Amor. De acordo com o filósofo, esta filosofia evolucionária, poderia ser apreendida em São João:

Todos podem ver que o enunciado de João é a fórmula de uma filosofia evolucionária, que ensina que o crescimento vem apenas do amor, não direi do auto-sacrifício, mas apenas da aspiração ardente de realizar as aspirações mais altas do outro (CP 6.289).

Ao propor o amor como princípio evolutivo, Peirce enfatiza que não está se referindo à concepção de amor finito, ou da criatura que ama no outro aquilo que este tem em comum consigo mesmo. O que o filósofo tem em mente é uma outra espécie de amor, cuja ternura, “deve ser reservada ao que lhe é intrinsecamente hostil e contrário”. Amor capaz de “reconhecer os germes da amorosidade no que é odioso” e gradualmente aquecê-lo para a vida, “tornando-o amável” (CP6.287).

Talvez o entendimento do significado do amor no texto peirceano possa ser aclarado se atentarmos para o fato de que Peirce lida como a concepção cristã de *Ágape* e não com o conceito grego de *Eros*. Nigren (*apud* Ventimiglia, 2001, p.135), distingue as duas concepções. A última aludiria ao sentimento de vazio e à procura de Deus, a fim de nele encontrar a satisfação para as carências, ao passo que o conceito cristão de *Ágape*, empregado no Novo Testamento, significa um derramar de Amor, do amor divino pela criatura.

O modelo peirceano de evolução denominado *Agasmas* ou a evolução *agapástica* é construído a partir da teoria *lamarckiana*. O *Agasma* manifestar-se-ia em todo o cosmos, nas seqüências evolutivas, e naquilo que concerne às relações humanas e ao desenvolvimento da cultura, aspectos também discutidos por Peirce. Em relação a esta segunda dimensão do *Agasma*, a evolução se

consubstanciaria por meio da associação entre e pessoas e idéias, em função do poder de simpatia entre as coisas⁴¹.

Como nota Currington (1993, p.194), Peirce percebia na teoria darwiniana a falta de uma simpatia moral ligando os organismos uns aos outros. Apesar de Darwin tratar da importância da solidariedade na civilização em *As Origens do Homem* (1871)⁴², este tema não é apreciado nas *Origens* (1859). Na

intrínseca, segue um caminho predeterminado, partidários do finalismo, portanto. É importante notar que Peirce não se refere explicitamente a essa teoria, mas ao descrever o pensamento de seus adeptos, isto pode ser inferido. Trata-se, neste caso, de um anacasma interno, como nota Ventimiglia (2005, p.118).

(2) Weissman, um autor antifinalista que nas palavras de Peirce, “apesar de se declarar darwiniano, também sustenta que nada se deva ao acaso, mas que todas as formas são simples resultados mecânicos da hereditariedade de um par de genitores”(ibid). Ventimiglia(ibid.) observa que, de acordo com Peirce, Weissman também estaria, entre os seguidores do anacasma interno. Esta classificação provavelmente deve-se à persistência de Weissman em procurar por explicações mecânicas para os mecanismos de hereditariedade, bem como por sua refutação à herança dos caracteres adquiridos de Lamarck. Como veremos, a idéia de esforço implicada no mecanismo lamarckiano era cara a Peirce e o permitia conceber uma teleologia na evolução, que não era, contudo, tão rígida quanto àquela pressuposta pela ortogênese.

(3) Geólogos “que pensam que a variação das espécies é devida a alterações cataclísmicas do clima ou da constituição química do ar e da água”(ibid.). Provavelmente, Peirce refere-se, aí, aos adeptos do catastrofismo, teoria de acordo com a qual cada uma das primeiras faunas extinguiu-se através de catástrofes e foi substituída por uma fauna novamente criada, por Deus,

como enfatizaria Agassiz⁴³, importante nome desta teoria e criacionista convicto.

O catastrofismo, como vimos, opunha-se ao uniformitarismo, teoria basilar tanto para Darwin, como para Lamark, de acordo com a qual as mudanças geológicas ocorreriam gradualmente.

Voltando à abordagem de Peirce sobre a teoria de Lamark, é saliente a ênfase do autor na relação entre o modelo do evolucionista francês e as idéias de hábito e de esforço. Provavelmente quando o filósofo refere-se a hábitos, abordando a teoria lamarckiana, tem em vista o mecanismo do uso e desuso. Como notamos anteriormente, a teoria de Lamark trás em si um apelo emocional que seduzia vários intelectuais. Esta requer uma ação do organismo para satisfazer as novas necessidades do meio ambiente. A ação demanda esforço. A transformação do organismo está, desse modo, atrelada a uma postura ativa, que, para o autor, não estaria presente na teoria darwiniana. Parece ser dentro desta perspectiva que Peirce contrasta os dois modelos de explanação da evolução biológica:

Mas de uma forma mais ampla e filosoficamente concebida, a evolução darwiniana é a evolução pela operação do acaso, e a destruição dos maus resultados,

⁴³ Conforme nos informa Menand, Peirce, em 1860, foi aluno particular de Agassiz, grande amigo de seu pai, Benjamin Peirce (2001 p.161). Alguns anos depois, em 1865, o renomado naturalista suíço organizou uma expedição para o Brasil, cuja intenção era colher evidências que invalidassem as teorias de Darwin. Willian James fez parte desta expedição.

enquanto que a evolução lamarckiana é a evolução pelo efeito do hábito e do esforço (CP 1.16).

No mesmo parágrafo, de *The Architecture of theories*, nota-se o destaque que Peirce dá ao esforço do indivíduo na produção das mudanças fisiológicas que seriam transmitidas à descendência:

A teoria lamarckiana também admite que o desenvolvimento das espécies teve lugar através de uma longa série de mudanças imperceptíveis, mas ela admite que estas mudanças ocorreram durante as vidas dos indivíduos em função do esforço e do exercício, e que a reprodução não tem participação no processo exceto no sentido de preservar as modificações (CP 1.16).

Currington (1993, p.171) observa a ênfase de Peirce em alguma coisa como desejo ou vontade na passagem mencionada acima. Isto não nos parece claro nesse extrato, mas, conforme discutimos, era habitual a interpretação de que o modelo lamarckiano implicaria em uma teoria da volição.

Em *The Evolutionary Love*, contudo, alguma qualidade volitiva parece ser sugerida por Peirce, ao explicar sobre o modelo lamarckiano, embora, o autor não conceba este processo como algo necessariamente consciente, como se pode notar:

Ora, o esforço, dado que é dirigido a um fim, é essencialmente psíquico, muito embora seja algumas vezes inconsciente, e o crescimento devido ao exercício,

como afirmei em meu último ensaio, segue uma lei de um caráter bastante contrário ao da mecânica (CP 6.299).

Na realidade, o questionamento do caráter consciente do processo parece prosseguir no ensaio e é reforçado quando afirmar: “Os mais profundos trabalhos do espírito se dão no seu ritmo lento e próprio sem a nossa cumplicidade” (CP 6.301).

Não podemos deixar de atentar, ainda, para articulação que Peirce estabelece entre o modelo de Lamarck e a sua própria teoria de aquisição de hábitos. A aquisição de hábitos é, para o filósofo, a grande lei da mente ao qual estariam submetidos não apenas os fenômenos psíquicos, como também os físicos:

Segundo sua visão (Lamarck), tudo o que distingue as formas mais elevadas das mais rudimentares foi produzido por pequenas hipertrofias, ou atrofias, que afetaram os indivíduos nos primórdios de suas vidas e foram transmitidas aos descendentes, Tal transmissão das características adquiridas é da natureza da aquisição de hábitos e é, no domínio fisiológico, representativa e derivativa da lei da mente (CP 6.300).

Um pouco mais à frente, Peirce conecta a teoria de Lamarck e sua concepção de Amor enquanto Ágape:

Ora, é por uma projação energética (sorte que há tal palavra, senão minha inábil mão teria que cria-la) que, nas instâncias típicas da evolução lamarquiana, os novos elementos das formas são criados pela primeira vez. O hábito, contudo, força-os a assumir configurações práticas, compatíveis com as estruturas que eles afetam, na forma de hereditariedade e outras, substitui gradualmente a energia espontânea que os sustenta. Assim, o hábito exerce dupla função, serve para estabelecer novas características e, também, para conduzi-las à harmonia com a morfologia e função geral dos animais e plantas às quais pertencem. Mas se o leitor, por gentileza, se der ao trabalho de voltar uma ou duas páginas, verá que este relato da evolução lamarquiana coincide com a descrição geral do amor, a qual suponho, deu seu assentimento (CP 6.300).

Peirce não explicita como a evolução lamarkiana, em sua interpretação ancorada no esforço e na aquisição de hábitos, ajusta-se ou coincide com o Amor. Mas poderíamos conjecturar uma associação entre esforço, dedicação e amor. Ou, talvez, fosse prudente retomar aqui alguns elementos da teoria de Lamark, tratados no início do capítulo.

Salientamos que no mecanismo evolutivo daquele autor havia uma tendência engendrada por Deus para a aquisição de uma complexidade sempre maior na história da vida. A causa desta tendência, “procede dos poderes conferidos pelo supremo autor a todas as coisas” (Lamark *apud* Mayr, 1998a, p.404). Deus ao conceder às coisas o poder para que elas se tornassem mais

complexas poderia estar demonstrando o seu amor às criaturas. Este poder agaspático, talvez seja possível elucubrar, a partir do texto peirceano, parece espalhar-se pelo mundo, manifestando-se na simpatia generalizada entre todas as coisas.

De acordo com Currington (1993: p.195) aquilo que mais atraía Peirce no modelo lamarckiano era o caráter propositado do processo e o seu papel na modelação dos hábitos individuais e coletivos. A interpretação de Ventimiglia (2001, p.120) segue na mesma direção. O autor argumenta que tanto o ticasma como o anacasma não seriam teleológicos o bastante para Peirce. No primeiro, a teleologia seria fraca, uma vez que “qualquer tendência numa direção seria consequência das pressões externas sobre as variações fortuitas”. Já no anacasma, “o *telos* é tão fixo que parece indistinguível de uma força bruta”, não proporcionando, deste modo, espaço para a liberdade afetar os fins. Como enfatiza: “é uma teleologia que não se desenvolve”. Um crescimento genuíno parece ser atingido pelo filósofo por meio do modelo agaspático da evolução que conjugaria liberdade e espontaneidade à teleologia, fazendo com que o *telos* não seja completamente determinado.

Ventimiglia (2001, p.124) sublinha que ao final de seu ensaio Peirce deseja mostrar que o Agapasma combina e transforma os elementos dos dois outros modos de evolução. Este amálgama operado pelo agapasma é sintetizado por Ramalho, “a evolução agapástica tem um *modus operandi* similar ao da lei mental da aquisição de hábitos, na medida em que acolhe o acaso como

elemento para mudança, como na evolução ticástica, mas ao mesmo tempo, fixa estas mudanças com força assemelhada àquela da evolução anancástica” (2006, p.81).

13. Darwin, Peirce e a teleologia

Ao analisar *As Origens das Espécies*, Continenza (2005, p.6) constata que os processos descritos pelo autor, mesmo que desprovidos de bases físico-químicas, são indubitavelmente mecânicos e que não há um princípio de finalidade e direção inscrito na seleção natural.

Tal concepção materialista dos processos biológicos aparece em relevo na seguinte passagem das *Origens*

natural – e falo disso por experiência própria ganhará bastante em interesse (Darwin *apud* Contineza, 2005, 9).

Na realidade, já em seus *Notebooks*, que começaria a escrever logo após o regresso de sua viagem a bordo do *Beagle*, Darwin demonstrava sua adesão ao materialismo, bem como sua rejeição ao criacionismo, como observa a comentarista. Assim, anotava o naturalista cuidadoso: “Evitar dizer o quanto eu aderi ao materialismo; dizer apenas que as emoções, os instintos, os graus de talento, que são hereditários o são porque o cérebro da criança se parece com a linhagem dos pais” (*apud* Contineza, 2005, 9). A cautela do autor, a recomendação que faz a si mesmo no enunciado acima nos leva à tese defendida por Gould (2006, p.9-11), em seu ensaio, “A demora de Darwin”, no qual refere-se à mesma passagem do *M Notebook*.

Atentando para os mais vinte anos que separam o momento em que Darwin formula sua teoria da seleção natural, inspirado pela leitura do *Essay on Population* de Malthus (1838) da publicação das *Origens* (1859), Gould pergunta-se: por que Darwin demorou tanto?

O autor entende que a necessidade de reunir mais dados não pode ser vista como o único fator responsável pela longa espera de Darwin. Para este comentarista, um outro componente deve ser levado em conta: o medo. Medo de quê, exatamente?

Como já comentamos, a idéia de que as espécies evoluem não era incomum no século XIX. Mesmo que estivesse sujeita a opositores, era

discutida pela maior parte dos naturalistas do período. Para Gould, aquilo que Darwin realmente temia expor, sabendo ser considerado muito mais herético por seus contemporâneos do que a própria idéia de evolução, era seu materialismo filosófico, “o postulado de que a matéria é tudo na existência e de que todos fenômenos mentais e espirituais são subprodutos dela” (2006, p.13).

De acordo com o autor, o materialismo filosófico distanciava a teoria de Darwin das propostas de outros evolucionistas do período que empregavam conceitos como “força vital”, que tornavam possível a concepção de um Deus, que se não era o Criador, ao menos agia em favor da seleção natural. Já Darwin, enfatiza Gould, “falava apenas em variação ao acaso e seleção natural”.

Além disso, enquanto que outras doutrinas evolucionárias concebiam a irreducibilidade essencial da mente, Darwin, de acordo com Gould, parecia tomá-la exclusivamente em termos materialistas. Assim questiona: “por que o pensamento, sendo uma secreção do cérebro, é mais maravilhoso do que a gravidade, uma propriedade da matéria? Por nossa arrogância, por nossa auto-admiração”, ou escreve como epigrama do *M Notebook*: “Platão diz em *Phaedo* que nossas ‘idéias imaginárias’ surgem da preexistência da alma, não são deriváveis da experiência – leia-se macacos no lugar de preexistência” (*apud* Gould, 2006, p.15).

O materialismo de Darwin, para Gould, ainda nos perturba, ainda não foi plenamente digerido, mas sua adesão a esta perspectiva é resoluta e é com argúcia que pergunta:

Devemos gostar menos da beleza da natureza porque não é planejada? O potencial da mente deve parar de nos inspirar espanto e medo só porque muitos bilhões de neurônios residem em nosso cérebro (2006, p.17).

Para Mayr (2006), a teoria darwiniana da evolução pela seleção natural é mecânica, não determinista (a variação não se inclina rumo à adaptação) e não finalista. Mas o autor não deixa de notar que declarações claramente teleológicas podem ser encontradas nos primeiros escritos do naturalista,

considera que a evolução pela seleção natural não pode ser entendida enquanto teleológica:

Não obstante, a seleção natural é estritamente um processo *a posteriori* que premia o êxito atual, mas nunca determina objetivos futuros. Ninguém compreendeu isso melhor do que Darwin que se fazia lembrar “nunca utilizar as palavras superior ou inferior”. A seleção natural premia os fatos passados, isto é, a produção de recombinações bem sucedidas de genes, mas não planeja o futuro. Isto é precisamente aquilo que dá flexibilidade à evolução por seleção natural. Com o ambiente modificando-se incessantemente, a seleção natural, em contraste com a ortogênese – nunca se compromete com uma finalidade futura. É enganoso e absolutamente inadmissível designar, como objetivos definidos e determinados, conceitos amplamente generalizados como sobrevivência ou êxito reprodutivo (ibid.).

A não presença de um propósito direcionando à seleção é afirmada também por Dawkins, que retoma a metáfora de Paley para negar concepções semelhantes àsquelas do autor de *Natural Theology*:

A despeito de todas aparências, o único relojoeiro na natureza são as forças cegas da física, ainda que atuem de uma forma muito especial. Um verdadeiro relojoeiro possui antevisão: ele projeta suas molas e engrenagens e planeja suas conexões imaginando um resultado final

com um propósito em mente. A seleção natural, o processo cego, inconsciente e automático que Darwin descobriu, e que agora sabemos ser a explicação para a existência e para a forma aparentemente premeditada de todos os seres vivos, não tem nenhum propósito em mente. Ela não tem mente nem capacidade de imaginação. Não planeja com vistas ao futuro. Não tem nem antevisão. Se é que se pode dizer que ela desempenha o papel do relojoeiro da natureza, é o papel do relojoeiro cego (Dawkins, 2005, pp.23-24).

O futuro não está planejado pela seleção, ao menos é o que sustentam esses dois comentaristas, como também Lewontin (2007), entre outros.

Mayr parece entender ainda que o fim de um processo teleológico é algo específico, portanto considera errôneo conceber a sobrevivência ou sucesso reprodutivo como o *telos* da seleção natural. Como salienta: “É enganoso e absolutamente inadmissível designar como objetivos definidos e determinados, conceitos amplamente generalizados como sobrevivência ou sucesso reprodutivo”(Mayr, 1998b, P.436).

Contra o raciocínio levado adiante por aqueles que, pensando em objetos ou fim generalizados, defendem que a seleção é teleológica, argumenta:

É bastante fácil demonstrar o absurdo das conclusões a que alguém chega através da super generalização do conceito de orientação a um fim. Por exemplo, alguém deve dizer que morrer é o propósito de todo indivíduo porque este é o fim de cada indivíduo, ou que se extinguir é o objetivo de cada linha evolutiva porque foi

isto que aconteceu com 99,9% de todas as linhas evolutivas que existiram (ibid.).

O autor descarta, deste modo, um elo necessário entre um objetivo ou propósito individual e aquilo que acontecerá no futuro com todo o grupo. O fim de uma generalidade não pressupõe que aquele fosse o propósito ou objetivo de cada indivíduo.

Apesar de negar a idéia de que a seleção natural é dirigida a uma meta, Mayr considera legítimo o uso de uma linguagem teleológica na biologia, ao se discutir a finalidade dos fenômenos. Ou seja, em sua perspectiva, existem muitos processos nos organismos que são direcionados a um fim, como as atividades relacionadas à migração e as fases da reprodução, mas este direcionamento é, em seu entendimento, plenamente compatível com explicações causais⁴⁴.

O que nos parece realmente importante no artigo de Mayr para o propósito deste capítulo é que o autor enfatiza a impossibilidade de se

⁴⁴ Com o intuito de destacar os fenômenos, muitas vezes heterogêneos, denominados pelos autores enquanto teleológicos, o autor procura separá-los em classes. Aqueles processos, presentes nos organismos vivos, denomina – teleonômicos. Tais processos devem sua direcionalidade à operação de um programa e podem ter lugar, tanto nos organismos vivos, como nas máquinas, planejadas para realizar atividades direcionadas.

O programa, no caso dos organismos vivos, pode estar completamente assentado no DNA do genótipo ou se conformar, de tal maneira, a ser capaz de incorporar novas informações. Os programas genéticos são todos resultados da evolução pela seleção natural e embora sejam dirigidos a um determinado fim, o processo pelo qual foram adquiridos, a seleção natural, não tem, de acordo com o autor, essa direcionalidade, como reitera na conclusão de seu ensaio, “a seleção premia os eventos passados (mutações, recombinações), mas não planeja o futuro, pelo menos não de uma maneira específica”(Mayr, 1998b, 455).

Não há, para Mayr, nenhuma incompatibilidade entre os processos teleonômicos e explicações puramente causais. O programa é a causa que os direciona. O fato de serem processos dirigidos a um fim não acarreta na adoção de uma perspectiva finalista.

Os processos teleonômicos são distinguidos, pelo autor, daquilo que denomina processos teleomáticos. Estes últimos alcançam seu estado final, a partir da atuação de leis naturais, como a lei da gravidade.

considerar a evolução por seleção natural como um processo dirigido a um fim, ainda que verifique a existência de fenômenos desta natureza entre organismos vivos e saliente a pertinência, em certos casos, do uso de uma linguagem teleológica na biologia.

A crítica do autor a um tratamento teleológico da seleção natural, sustenta-se, ao que nos parece, em quatro fatores fundamentais, já mencionados (1) A seleção é um processo *a posteriore*, premia os fatos passados. As adaptações selecionadas são aquelas que favorecem a sobrevivência, mas isto não é o mesmo que dizer que o processo foi dirigido para tanto. (2) O ambiente é dinâmico. Aquilo que é resultado da seleção natural, hoje, pode não encontrar um ambiente favorável amanhã e se extinguir, tornando o futuro incerto. Nesse caso, como falar numa num fim se este fim está mudando constantemente? (3) Mayr parecer entender como teleológicos, processos dirigidos a um fim específico. Considera equivocadas perspectivas que tomem a sobrevivência ou sucesso reprodutivo como o *telos* da seleção natural. (4) De acordo com o autor, o fim de uma generalidade de organismos não pressupõe que aquele fosse necessariamente o objetivo de cada um.

Ayala (1998, 139-153) está entre os autores que adotam uma perspectiva distinta daquela de Mayr e consideram que o processo de seleção natural é teleológico. Como iremos demonstrar, entretanto, as diferenças entre os dois autores, em relação a esta questão específica, não são tão vigorosas assim.

O autor distingue dois tipos de teleologia, uma natural e outra artificial. Esta última diz respeito a objetos cujas características teleológicas resultam da

intenção consciente de algum agente, como uma faca ou um termostato produzidos pelo homem.

Já a teleologia natural refere-se a sistemas cujas propriedades direcionadas a um fim são resultante de um processo natural e não de uma ação intencionada. Este segundo tipo de teleologia é subdividido ainda em natural determinada e natural indeterminada. A teleologia natural determinada estaria presente, segundo Ayala, quando se alcança um estado específico apesar das transformações do ambiente. Exemplifica este tipo de fenômeno através do desenvolvimento do ovo até a formação da galinha. Já a teleologia natural indeterminada daria conta de fenômenos “cujo estado final ao qual se tende não está pré-determinado de uma forma específica, mas é resultado da seleção de uma das diversas opções existentes”. (Ayala, 1998, p.499).

O caráter teleológico da seleção natural é defendido pelo autor na passagem abaixo:

O processo da seleção natural é teleológico, mas unicamente no sentido de uma teleologia natural indeterminada. Não foi desenhado por ninguém, nem tampouco está dirigido a um estado final específico ou pré-determinado. Não obstante, o processo não é totalmente aleatório ou completamente indeterminado. De todas as opções genéticas presentes em um determinado momento, a seleção natural favorece aquelas que incrementam o êxito reprodutor dos indivíduos que as apresentam, nas circunstâncias particulares em que vive este organismo. O êxito

reprodutor está mediado por alguma função adaptativa, digamos voar, que está determinada pelas variantes genéticas que são favorecidas pela seleção natural (Ayala, 1998, p.501).

Apesar de defender uma perspectiva teleológica, Ayala demonstra um não comprometimento com a idéia de um Criador, como também assinala que não se pode pensar num fim específico na seleção. Em relação a essa primeira consideração podemos perceber que é semelhante àquela defendida por Mayr. Poderíamos pensar que a grande diferença na perspectiva destes dois autores seria que este último considera a teleologia em termos de fins particulares e, por isso, descarta conceitos gerais como a sobrevivência ou a perpetuação da espécie, ao passo que Ayala poderia pensar o êxito reprodutivo como uma tendência geral da seleção, já que exclui fins específicos ou pré-determinados.

5-Recusa da idéia de que os processos da natureza inanimada são dirigidos a um fim.

Parece estar claro assim que a evolução, para os dois autores, está muito longe de ser um processo cujo fim se possa determinar. As características vantajosas dos organismos que favorecem o sucesso reprodutivo e a sobrevivência estão sempre articuladas a um ambiente inconstante, fazendo com aquilo que é favorável num determinado momento não o seja, necessariamente, em seguida. O possível acidente cósmico que levou à extinção dos dinossauros, exemplifica, este aspecto da evolução.

A partir dos estudos de Hulswit⁴⁵, parece-nos possível considerar uma aproximação entre a concepção de teleologia de Peirce e a teleologia natural indeterminada a qual Ayala nos remete para explicar a seleção natural. Talvez seja possível dizer que nos dois casos estaríamos diante de teleologias indeterminadas. O acaso objetivo que Peirce concebe no universo nos indica, de antemão, que não é possível pensar em processos cujo estado final possa ser perfeitamente determinado.

Contudo, como mencionamos no início deste tópico é muito difícil ter certezas inabaláveis em relação a um assunto como esse, sobre o qual parecem se entrecruzar inúmeras idéias, muitas de cunho religioso. Talvez seja possível pensar que a perspectiva de Peirce acerca da teleologia, assim como a de

⁴⁵ Abordaremos o estudo de Hulswit, publicado no verbete “Teleology”, da *Digital Encyclopedia of Charles S. Peirce*, editada por João Queiros. As citações, a seguir, referem-se a esse verbete, que não é paginado. Hulswit desenvolve em outro trabalho uma crítica à visão de Mayr sobre a teleologia, à medida que este último descarta as causas finais no processo de seleção natural. Sobre o tema, ver Hulswit (1997, p.182-215).

Darwin, apresenta oscilações, não é absolutamente fixa e, em alguns momentos, aproxima-se das idéias de um fim definido e de um plano divino.

Antes, porém, de verificarmos, aqueles escritos que, possivelmente, pontem nesta direção, é adequado apresentar a perspectiva de Hulswit, autor que parece ter chegado à especificidade da teleologia peirceana.

O comentarista enfatiza que teleologia peirceana não envolve a idéia de fins determinados de antemão, “causas finais não são eventos futuros, mas possibilidades gerais que podem se realizar no futuro”. Trata-se, assim, de um “resultado ideal ao qual o processo tende”.

Os processos teleológicos não implicariam em caminhos rígidos para se chegar a um resultado, embora a causa final, apreendida em termos humanos através da noção de propósito, determine os meios mais adequados para se chegar ao fim do processo.

Hulsiwit enfatiza ainda que causas finais e eficientes⁴⁶ não são opostas ou excludentes, na perspectiva peirceana, mas complementares e ainda que há em cada ato de causação⁴⁷, um componente final e outro eficiente.

⁴⁶ As concepções de causação eficiente e final peirceanas são escrutinadas por Santaella (1992 p. 77-80). A autora enfatiza que o termo aristotélico “causação eficiente” é empregado pelo autor com restrições porque, “a partir de Hume ficou implícita, uma concepção de causação que Peirce só aceitava relativamente, ou seja, a análise positiva de acordo com a qual dizer que A causou B é dizer que coisas do tipo A sempre são seguidas de coisas do tipo B(...). Sua noção de causação bruta, é uma questão efetivamente bruta, cega e não racional, de *hinc et hunc* (ocasião singular)”. Ainda segundo a autora, do mesmo modo que Aristóteles, Peirce não limitou a causação final a processos conscientes, tomando-a como um tipo geral, que age em cooperação com as causas eficientes. Mas diferentemente do filósofo grego, “não atribuiu a influência das causas finais à perfeição nem ao bem”. De acordo com Santaella, a causação final adquire na obra peirceana o estatuto de ação *sígnica* e implica uma ação guiada por um propósito, à tendência de um processo para chegar a resultados de um certo tipo geral.

⁴⁷ O comentarista nota que a expressão *causa*, no sentido moderno, sugere, alguma coisa concreta, empregando por vezes o termo *causação* que indicaria um processo e seria mais adequado para se entender, atualmente, a concepção peirceana.

Em alguns momentos, possivelmente, a teleologia peirceana adquira outras características, como comentávamos. Na passagem seguinte, o filósofo parece conceber a necessidade de um fim definido ou de um destino no processo de seleção natural:

Talvez, desde que as frases mantenham sua influência na mente dos homens, bem depois que seu significado tenha evaporado, pode ser que algum leitor, mesmo nos dias de hoje, permaneça impregnado com a velha noção de que não há causas finais na natureza, neste caso, a seleção natural e toda forma de evolução seria falsa. Evolução não é nada mais nada menos que a produção de um fim definido. Uma causa final pode ser concebida para operar sem que tenha sido o propósito de nenhuma mente: esse fenômeno que é suposto leva o nome de destino. A doutrina da evolução se abstém de dizer se as formas são simplesmente predestinadas ou se são miraculosas, mas que fins definidos são realizados nenhum de nós hoje pode mais negar. Nossos olhos têm estado abertos e a evidência é muito irresistível (CP 2.258).

Hookway (1997, p.5-9) parece lançar luz sobre o problema, mostrando que em “The Order of Nature” (1878), o filósofo demonstraria uma descrença quanto a um plano geral ou projeto no universo, mas que este cepticismo seria minimizado na resenha que escreve para o livro de Royce, “An American Plato”, quando argumentaria:

Pela minha parte, eu defendo outra teoria, a qual pretendo ter cedo a oportunidade de publicar. Eu penso que a existência de Deus, tão bem quanto possamos concebê-la, consiste nisto, que uma tendência aos fins é tão necessariamente um constituinte do universo que a mera ação do acaso sobre inumeráveis átomos tem um resultado teleológico inevitável. Um dos fins assim trazido se o desenvolvimento da inteligência e do conhecimento; e então eu diria que a onisciência de Deus, humanamente concebida, consiste no fato de que o conhecimento e o desenvolvimento não deixam nenhuma questão sem resposta (W 5.229 *apud* Hookway, 1997,8).

De acordo com o comentarista, a cosmologia evolucionária desenvolvida por Peirce articula-se às suas convicções religiosas. A fé que o autor deposita em Deus caminha em conjunto com sua confiança em algum tipo de progresso e no desenvolvimento da vida humana e da investigação.

Este aspecto da filosofia do autor, é destacado também em “The Law of Mind” (1892), quando considera que uma genuína filosofia evolucionária, “isto é , aquela que faz do princípio do crescimento o elemento primordial do universo, está tão longe de ser antagônica a um criador pessoal, que é realmente inseparável desta idéia”(EP 2.331)

A perspectiva de Hoockway parece-nos esclarecedora e talvez nos ajude a compreender, este outro momento em que Peirce parece defender a importância do plano na evolução.

Todo mundo hoje é evolucionista. Diz-se que é o dia do evolucionismo. Mas na verdade todo filósofo importante, dos tempos de Ferecides aos nossos dias, tem sido evolucionista. Este lado da evolução, o plano, tem, eu estou muito confiante, uma importância muito maior do que a última geração viu nele, e uma afinidade muito maior com o evolucionismo (NEM 4.140).

Embora, Darwin também se remetesse ao Criador, em certas ocasiões, a seleção natural desvincula-se de perspectivas teológicas. Este novo estado de coisas pareceu gerar dilemas reais para os pensadores de seu tempo, se Deus está morto.....

Peirce procura conciliar uma perspectiva evolucionária com a figura do Criador. Mesmo que sua concepção de Amor como princípio evolutivo pareça afastar-se de explicações biológicas propriamente, esta idéia geral soa como um respiro, uma brecha, e também uma crítica a um tempo em que em que os contatos sociais pareciam mais e mais calculistas, como bem perceberam Marx e Engels, quando até as relações familiares, tornam-se meras relações monetárias.

Consideração Finais

Procuramos ao longo deste estudo refletir sobre duas das principais correntes conceituais que emergiram ao longo do século XIX e encontram na filosofia peirceana formulações inovadoras: a valorização do instante e o evolucionismo.

A partir da análise efetuada foi possível apreender, primeiramente, uma intensa similaridade entre a concepção peirceana de primeiridade, quando abordada sob o ponto de vista fenomenológico e o conceito do instante, diagnosticado por Leo Charney. Este autor vê em Walter Pater uma formulação inicial do conceito em 1873, no prefácio e na conclusão de seu livro *Studies in the History of Renaissance*, e entende que a categoria do instante permanece em relevo na obra de pensadores do século XX, como Benjamin, Heidegger, Epstein.

Embora, nestes autores o instante seja um meio de fixar o momento da sensação e a qualidade de sentimento em Peirce não possa ser igualada à sensação, conforme discutimos, a concepção peirceana de primeiridade não está totalmente apartada do universo sensorial, à medida que para o autor, sentimento é uma sensação sem a atribuição dessa sensação a qualquer objeto (CP 1.353).

As aproximações entre a categoria do instante e a primeiridade pareceram-nos bastante significativas. Nos dois casos, deparamo-nos com um

indivíduo imerso, ora na sensação, ora numa qualidade de sentimento, una, total, inseparável. Nos dois casos, encontramos-nos com a problematização da separação entre o momento do instante presente e quaisquer instâncias cognitivas. Nos dois casos, estamos diante de uma experiência fugaz que pode ser rompida a qualquer momento.

Identificamos, assim, tanto na concepção peirceana de primeiridade, quanto no conceito do instante, uma busca pelo presente na sua imediaticidade, uma procura que nos pareceu articulada à alienação do tempo à medida que este é permeado pelo excesso de estímulos.

A revolução industrial, a explosão demográfica saliente nos grandes centros, a atmosfera de caos urbano identificada por vários comentaristas do período, as transformações no universo das comunicações são, todos eles, elementos que criam um ambiente de hiperestimulação para o indivíduo que vive no século XIX. Transformações na subjetividade humana ocorrem. Para autores como Simmel, o indivíduo adquire uma atitude *blasé*. O conceito de instante e a primeiridade, em nossa interpretação, inserem-se nestas transformações e podem ser vistos como uma ruptura a um ambiente de hiperestimulação, muito embora Peirce não estivesse respondendo diretamente às questões urbanas de seu tempo. Sua concepção de primeiridade, não obstante, apresenta, em nossa interpretação, atributos para tanto.

A valorização do instante associa-se ao universo das comunicações sob dois aspectos, em nossa perspectiva. Ao mesmo tempo em que o desenvolvimento de novos meios de comunicação ao longo dos oitocentos - a

fotografia, os telégrafos, o cinema, bem como o acentuado crescimento da imprensa, trazem mais estímulos aos já hiperestimulados habitantes dos grandes centros, esses mesmos meios, especialmente o cinema, podem ser vistos como capazes de isolar o instante que passa nesse contexto em que a experiência se torna mais e mais fragmentária.

No ambiente de profundas mudanças dos oitocentos, a idéia de que as espécies não são fixas, mas mudam de forma contínua e gradual, foi assumida e o evolucionismo se torna uma questão central do período, não se circunscrevendo aos limites da biologia.

Ao debruçar-se sobre os dois principais nomes do evolucionismo oitocentista, Darwin e Lamarck, Peirce inclina-se mais em relação ao segundo, mostrando-se especialmente seduzido pela idéia de esforço presente na teoria da evolução do naturalista francês.

A abordagem que Peirce realiza da teoria darwiniana é variável ao longo de sua obra. Momentos de uma adesão mais explícita, como de uma crítica mais vigorosa, podem ser percebidos. Em nossa interpretação, as críticas de Peirce a Darwin, expressas em seu ensaio *The Evolutionary Love*, concentram-se na concepção de “luta pela sobrevivência”, que já estava presente em Malthus, apesar de revelar-se significativamente diferenciada na obra darwiniana, como procuramos evidenciar, e revelam uma extensa censura do filósofo norte-americano ao pensamento e as relações socioeconômicas de seu tempo. Uma censura, entre outras noções à idéia de progresso, tão cara à burguesia oitocentista.

Além disso, parece ser possível dizer que o caráter não teleológico do mecanismo de seleção natural, salientado pela maior parte dos especialistas do assunto, opunha-se às convicções do filósofo. Para Peirce, parecia ser necessário pensar em um *télos* no processo evolutivo, que em alguns momentos de sua obra atrela-se a sua crença em Deus.

Retomando uma reflexão de Koyré já mencionada nesta tese, embora divisões perfeitamente nítidas em períodos e épocas seja algo para manuais escolares e mesmo que os limites cronológicos sejam vagos ou que algum autor do XX tenha semelhanças às vezes mais fortes com um autor de séculos anteriores do que com seus contemporâneos, a *grosso modo* “os homens de uma época têm muito em comum”(Koyré,1982,p.16). Os homens do século XIX parecem ter se deparado com o problema de como vivenciar o tempo que passa numa atmosfera de hiperestimulação, como também se depararam com a constatação de que as espécies não eram fixas, mas estavam em mudança contínua e gradual. Peirce, apesar de construir uma obra repleta de conceitos abstratos, mostrava-se em sintonia com o período em que produzia e vivia.

Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola (1999). Dicionário de Filosofia. Alfredo Bosi (trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- ARGAN, Giulio Carlo (1999). Arte Moderna. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARISTÓTELES (2005). Metafísica. 3 v. Introdução, tradução e comentários Giovanni Reale. São Paulo: Loyola.
- AYALA, Francisco (1998). Teleología y adaptación en la evolución biológica.
- BARAHONA, A.; MARTÍNEZ, S. (org.) Historia y explicación en biología. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- BAUDELAIRE, Charles (2002). Charles Baudelaire: Poesia e Prosa. Alexei Bueno et al. (trad.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar.
- BAUDELAIRE, Charles (1985). As flores do mal (1985). Ivan Junqueira (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BAUDELAIRE, Charles (1980). Pequenos poemas em prosa. Aurélio Buarque de Holanda (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BAUMAN, Zigmunt (2001). Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BACHA, Maria de Lourdes (1997). A Teoria da Investigação de Charles Sanders Peirce, dissertação de mestrado, PUC-SP.
- BENJAMIN, Walter (1995). Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense.

BENJAMIN, Walter. Passagens (2006). Will Bolle (org.). Olgária Matos, colaboração. Irene Aron e Cleonice Mourão (trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.

BENJAMIN, Walter. (2000).A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. Teoria da cultura de massa, Luis Costa Lima (org.). São Paulo: Paz e Terra, 221-256.

BLEUCHOT, Mauricio (2004). La semiótica. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica

BOLLE, Willi (2000). Fisiognomia da metrópole urbana. São Paulo: Edusp.

BERMAN, Mashall.(1989). Tudo que é sólido desmancha no ar: A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras.

BOTTOMORE, Tom (1988). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BRESCIANI, Maria Stella (2004). Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense.

BRIGGS, Asa e BURKE, Peter (2004).Uma história social da mídia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa (Org.) (2001). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naif.

CHESTERTON G. K. O homem invisível e outras histórias do Padre Brown. Lucia Santaella (trad.).Rio de Janeiro: Imago, 1997.

CONTINENZA, Barbara. Darwin: As chaves da vida. Scientific American Brasil. São Paulo: Dueto Editorial, 2005.

CORBIN, Alain (2003). Bastidores. PERROT, M. (Org.). História da vida privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 325-413.

CORTÁZAR, Julio (1994). As babas do diabo. As armas secretas. Eric Nepomuceno (trad.). Rio de Janeiro: J. Olympio.

CRARY, Jonathan (2001). A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do século XIX. CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. (Org.). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naif, , 81-114.

CRICK, Francis e KOCH, Christof (2004). O Papel da Consciência. Scientific American Brasil. São Paulo: Dueto Editorial.

CURRINGTON, Robert (1993). An Introduction to C.S. Peirce. Boston: Rowman & Corrington.

DARWIN, Charles (1994). A origem das espécies. Eugênio Amado (trad). Belo Horizonte: Vila Rica.

DARWIN, Charles (2006). O diário do Beagle. Caetano Galindo (trad.) Curitiba: Editora UFPR.

DARWIN, Charles (2004). A origem do homem e a seleção sexual. Eugênio Amado (trad.) Belo Horizonte: Itatiaia.

- DAWKINS, Richard (2005). O relojoeiro cego: A teoria da evolução contra o desígnio divino. São Paulo: Companhia das Letras.
- FESSORE, Gisele (2005). O Pragmatismo como Método. Dissertação de mestrado, PUC-SP.
- EISELE, Carolyn (ed.). The New Elements of Mathematics by Charles Sanders Peirce. The Hague: Mouton, v.4.
- FISCH, Max (1986). Peirce, semeiotic, and Pragmatism. Bloomington: Indiana University Press.
- FUTUYMA, D. J.(1992). Biologia Evolutiva. SBG/CNPQ.
- FREUD, Sigmund (1997). O mal estar da civilização. Rio de Janeiro: Imago.
- GAY, Peter (1999). A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos. São Paulo: Companhia das letras.
- GAY, Peter (2002). O século de Schnitzler. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- GINSBURG, Carlo (2004). Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. Eco, U. e Sebeok, T. A. (Org.). O Signo de Três, trad. Silvana Gracia, São Paulo, Perspectiva, 89-130.
- GOMBRICH, E. H. (1985). A História da arte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- GOMBRICH, E. H. (1999). Meditações sobre um cavaleiro de pau. São Paulo: Edusp.

- GOULD, Sephan Jay (2006). Darwin e os grandes enigmas da vida. São Paulo: Martins Fontes.
- GOULD, Sephan Jay (2001). Lance de dados: a idéia de Evolução de Platão a Darwin. Record.
- GUERRAND, Roger-Henri (2003). Espaços Privados. PERROT, Michelle (Org.). História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras.
- GUNNING, Tom (2001). O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. (Org.). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naif, 39-80.
- HAUSER, Arnold. História social da arte e da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HENDRICK, Clyde. The relevance of Peirce for Psychology. Edward Moore (Org.). Charles Sanders Peirce and the Philosophy of Science. Tuscaloosa: The University of Alabama, 1993, p. 333-349.
- HOBSBAWN, Eric (2006). A Era das Revoluções: Europa 1789-1848. São Paulo: Paz e Terra.
- HOBSBAWN, Eric (2005a). A Era do Capital. São Paulo: Paz e Terra,.
- HOBSBAWN, Eric (2005b). A Era dos Impérios. São Paulo: Paz e Terra.
- HOOCKWAY, Christopher (1997). Design and Chance: the evolution of Peirce's Evolutionary Cosmology. Transactions of Charles S. Peirce Society. v. XXXIII. n.1,1-34.

HOUSER, Nathan (1992). Introdução. The Essencial Peirce, Houser et al. (eds). Bloomington: Indiana University Press, xx -xli.

HULSWIT, Menno (1996). Teleology: A Peircean Critique of Ernst Mayr's Theory. Transactions of Charles S. Peirce Society. v. XXXII. n. 2, 182-215.

IBRI, Ivo. Kósmos noetós: A arquitetura metafísica de Charles S. Peirce. São Paulo: Perspectiva.

KUMAR, Krisnhan (1996). Modernidade. Outhwaite, Willian et al. (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

KENT, Beverley (1987). Charles S. Peirce: Logic and the classification of the sciences. Montreal: McGill-Queen's University Press.

KOYRÉ, Alexandre (1982). Estudos da História do pensamento científico. Brasília: Forense Universitária.

LALANDE, André (1999). Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia, Fátima Correia (trad.) e outros, São Paulo, Martins Fontes.

LIMA, Luiz Costa (2000). Teoria da Cultura de Massa, São Paulo, Paz e Terra.

MACHADO, Arlindo (1997). Pré-cinemas & pós-cinemas. Campinas: Papyrus.

MARQUES, Lauro (2005). Estética, Pragmatismo & Semiótica: Bases para uma Filosofia da Arte Peirceana. Tese de doutorado, PUC-SP.

MAYR, Ernst. O desenvolvimento do pensamento biológico. Brasília: Editora UNB, 1998a.

MAYR, Ernst (1998b). Los múltiples significados de teleológico.
BARAHONA, A.; MARTÍNEZ, S. (org.) Historia y explicación en biología.
México: Fondo de Cultura Económica, 1998a.

MAYR, Ernst. Uma ampla discussão: Charles Darwin e a gênese do moderno
pensamento. Ribeirão Preto: Fumpec Editora, 2006.

MARX, Karl (2004). O Capital. v.1. Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2004.

MENAND, Louis (2001). The Metaphysical Club: A story of ideas in America.
New York: Farrar, Straus and Giroux.

MOORE, Edward (1993). Introduction: Charles Sanders Peirce and the
Philosophy of Science. Charles Sanders Peirce and the Philosophy of Science,
Tuscaloosa, The University of Alabama.

MOTTA, Leda. Sobre a crítica literária brasileira no último meio século. Rio de
Janeiro: Imago, 2002.

MOISÉS, Massaud (1985). Dicionário de termos literários. São Paulo: Cultrix.

MUCCI, Latuf (2004). Walter Honoratio Pater & a Febre do Esteticismo. Luiz Edmundo Bouças Coutinho; Irineu E. Jones Corrêa. (Org.). O Labirinto Finissecular e as Idéias do Esteta. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004, 15-30.

MUMFORD, Lewis (2004). A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes.

NOETH, Winfred (2003). Panorama de semiótica. São Paulo: Annablume.

PELLEGRIN, Pierre. Aristóteles, o pai de todas as ciências. Scientific American – Brasil. São Paulo: Dueto Editorial, 2005.

PENNA, Antonio. Percepção e realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

PAPE, Helmut (1997). Love's Power and the causality of Mind. Transactions of Charles S. Peirce Society. v. XXXIII. n.1, 1997, 58-87.

PARKER, Kelly (1998). The continuity of Peirce's thought. Vanderbilt University Press: Nashville, 1998.

PATER, Walter (2005). The Renaissance. Studies in Art and Poetry. Mineola: Dover Publications.

PEIRCE, Charles. S. Collected papers, v.1-6, Hartshorne e Weiss (eds.), v. 7-8, Burks.(ed.) Cambridge: Harvard University Press,1931-1958.

PEIRCE, Charles. S. (1999). Antologia filosófica. Tradução, prefácio e notas de Antônio Machuco Rosa. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

PEIRCE, C. S. (1992). The essential Peirce. Nathan Houser et al. (eds.). The Peirce edition project. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, v.1.

PEIRCE, Charles. S. Essencial Peirce. Nathan Houser et al. (eds.) Bloomington: Indiana University Press, v.2.

PLATÃO (2000). Fedro. Lisboa: Guimarães Editores.

POE, Edgar Allan (1978). Histórias extraordinárias. São Paulo: Abril, 1978.

POE, Edgar Allan (1993). O Homem na multidão. Curitiba: Paraula, 1993.

POTTER, Vincent (1967). On norms and ideals. Amherst: The University of Massachusetts Press.

RAMALHO, Basílio (2006). O todo e as partes: subsídios para a leitura do ensaio “Amor Evolucionário” de Charles Sanders Peirce, dissertação de mestrado PUC-SP.

RAMMSTEDT, O.; DAHME, H. J. (1998) A modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre Durkheim, Tonnies, Weber e, especialmente, Simmel. SOUZA, Jessé & Berthold Öelze. Simmel e a Modernidade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, p. 191-224.

REALE, Giovanni (1997). Introdução a Aristóteles. Lisboa: Edições 70.

REGNER, Ana Carolina (2004). A teoria darwiniana da seleção natural sem a leitura de Malthus. Filosofia e História da Ciência no Cone Sul: III Encontro, Campinas, 47-63.

ROSTAND, J. (1960). Os Grandes problemas da biologia. História geral das Ciências. Coordenação, René Tanon. Tomo II. 3. v. São Paulo: Difusão Européia do livro, 147-167.

RONAN, Colin (2001). História Ilustrada da Ciência da Universidade de Cambridge, v. IV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

RODRIGUES, Antonio (2000). Introdução à semiótica. Lisboa: Cosmos.

ROUDINESCO, Elizabeth ; PLON, Michael (1998). Dicionário de psicanálise. São Paulo: Jorge Zahar Editor.

ROSENSOHN, Willian (1974). The Phenomenology of Charles Sanders Peirce: From the Doctrine of Categories to Phaneroscopy. Amsterdam: B.R. Gruner.

RUSSEL, Bertrand (2003). História do Pensamento Ocidental. Rio de Janeiro: Ediouro.

SANTAELLA, Lucia ; NOETH, Winfred (1998). Imagem: cognição, semiótica, mídia. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SANTAELLA, Lucia (2000). Teoria geral dos signos. São Paulo: Pioneira.

SANTAELLA, Lucia (2001). Matrizes da linguagem e do pensamento. São Paulo: Iluminuras.

SANTAELLA, Lucia (2002). Comunicação e Pesquisa. São Paulo: Hacker.

SANTAELLA, Lucia (1992). A assinatura das coisas. Rio de Janeiro: Imago.

SEVCENKO, Nicolau (1985). Perfis Urbanos Terríveis em Edgar Allan Poe. Revista Brasileira de História, v. 5, n.8/9, São Paulo.

SINGER, Ben (2001). Modernidade, Hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. (Org.). O cinema e a invenção da vida moderna. São Paulo: Cosac & Naif, 115-150.

SIMMEL, Georg. (1987) A Metrópole e a Vida Mental. Velho, O. (Org.) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 13-28.

SOKOLOV, Eugene. The modeling properties of the nervous system. M. Cole e I Maltzman (Eds.). A handbook of contemporary soviet psychology. New York: Basic Books, 1969.

TÉTRY, A. A Ciência Contemporânea. O século XIX. René Taton (Org.). História Geral das Ciências. Tomo II. v. 3. São Paulo: Difusão Européia do livro, 147-167.

TORT, Patrick (2004). Darwin e a ciência da religião. Rio de Janeiro: Objetiva.

WAISBORG, Leopoldo (2000). As aventuras de Georg Simmel. São Paulo: Editora 34.

WITKOWSKI, Nicola (2004). Uma História Sentimental das Ciências. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

WEBER, Max (2004). A ética protestante e o espírito do capitalismo. Flávio Pierucci (ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

WOLF, Mauro, (2000). Teorias da Comunicação. Lisboa: Presença.

ZIZEK, Slavoj (1996). Como Marx inventou o sintoma? Slavoj Zizek (Org.). Um mapa da ideologia, Rio de Janeiro: Contraponto, 297-337.

Arquivos consultados na internet:

HULSWIT, Menno. Teleology. Digital Encyclopedia of Charles S. Peirce ed. João Queiros, São Paulo (PUC). <http://www.digitalpeirce.fee.unicamp.br/>
Acessado em 28/Nov/2006 – 15:55.

VENTIMIGLIA, Michael. Evolutionary Love in Theory and Practice. Pennsylvania State University. Tese de doutorado, 2001.
<http://cat.libraries.psu.edu/uhtbin/cgiirsi/CGsq6nzj56/UP-PAT/129560195/9>.
Acessado em 14/Fev/2007 – 09:15.

CD-ROMs

Freud, Sigmund (1995). Freud Total1.0. Ediciones Nueva Hólade.

Abreviações

As seguintes abreviações foram utilizadas para facilitar a citação das obras de Peirce:

CP refere-se a Collected papers of Charles Sanders Peirce.

EP 1 refere-se a The essential Peirce, v. 1.

EP 2 refere-se a The essential Peirce, v. 2.

NEM se refere a The New Elements of Mathematics

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)